

O SINDICATO DO GARRAUCHO

Brasília Carlos Ferreira

Natal, 2024

© Departamento Estadual de Imprensa – DEI, 2024

Todos os direitos reservados. Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação, ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem a permissão por escrito da editora.

Av. Câmara Cascudo, 355 - Ribeira, Natal - RN, 59025-280
Contato: (84) 3232-6781

Editores

Flávia Celeste Martini Assaf

Pedro Lucas Bezerra

Projeto Gráfico e Diagramação

Letícia Vieira

Produção Gráfica

Afrânio Melo

Pré-impressão

Edenildo Simões

Chefe da Gráfica

Willames Laurentino da Silva

Revisão

Pedro Lucas Bezerra

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferreira, Brasília Carlos
Sindicato do Garrancho / Brasília Carlos Ferreira.
-- 3. ed. -- Natal, RN : DEI RN : Fundação Vingt-Un
Rosado, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-998543-2-3

1. Sindicato do Garrancho - Natal (RN) - História
2. Sindicalismo - Brasil - História 3. Salinas -
Rio Grande do Norte (RN) - História 4. Trabalhadores
de salinas I. Título.

24-228018

CDD-661.4098132

Índices para catálogo sistemático:

1. Sindicato do Garrancho : Rio Grande do Norte :
Estado : História 661.4098132

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Professora Fatima Bezerra

Governadora

Secretaria Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte

Mary Land Brito

Secretária

Fundação José Augusto

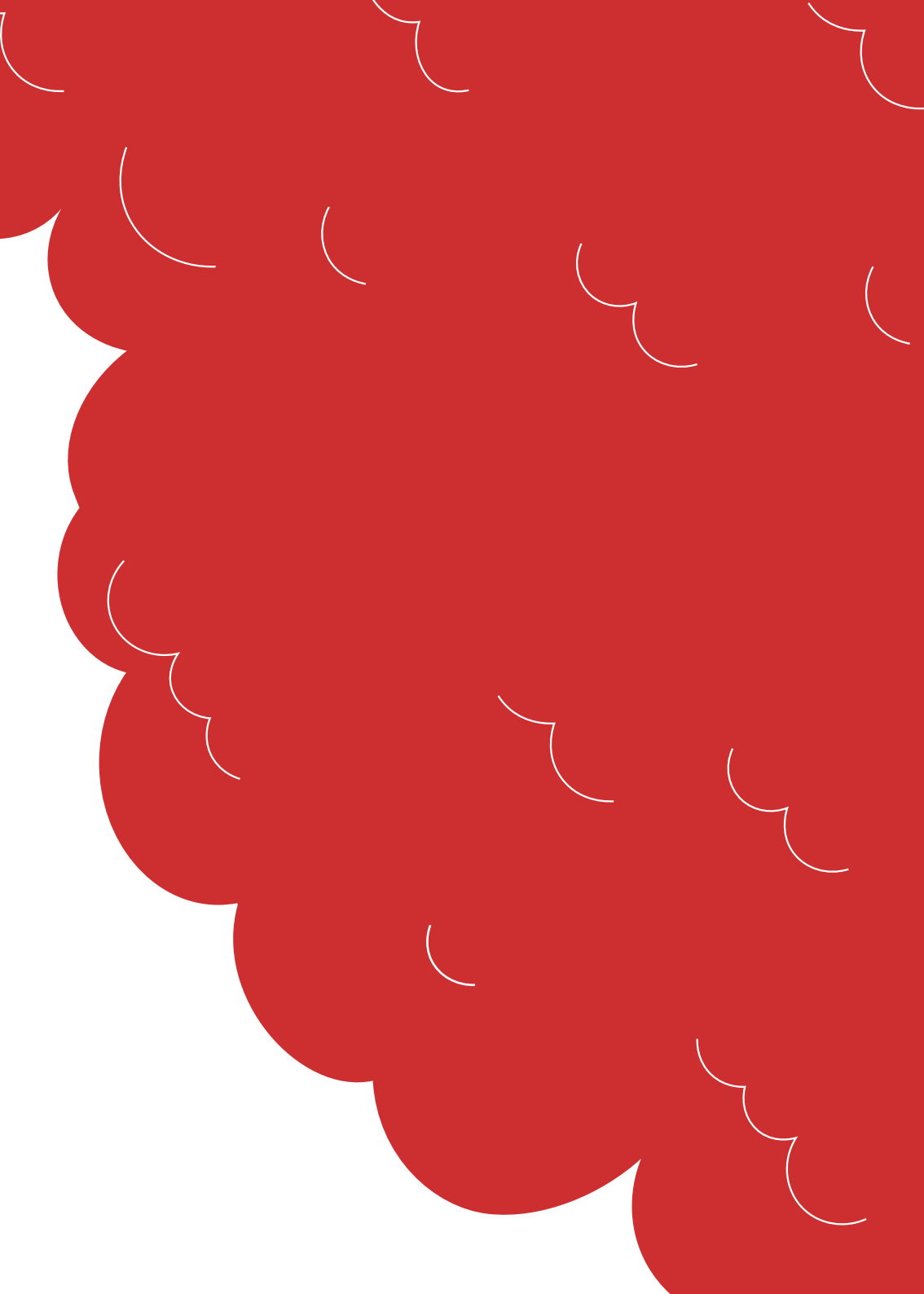
Gilson Matias

Presidente

Departamento Estadual de Imprensa

Flávia Celeste Martini Assaf

Diretora-Geral



Prefácio

DA 4ª EDIÇÃO

Homero Costa

*Professor aposentado de Ciência Política do
Departamento de Ciências Sociais da UFRN*

A reedição do livro *Sindicato do Garrancho* é uma excelente iniciativa do Governo do Estado e da Fundação Vingt-Un Rosado, realizada por meio do Departamento Estadual de Imprensa e da Fundação José Augusto. Publicado em 1986 pela EDUFRN, foi reeditado em 1989 e em 2000 pela Fundação Vingt-un Rosado (Coleção Mossoroense), e é um dos muitos e importantes dos mais de mil títulos publicados na Coleção (na primeira edição, de 1989, é o volume 482, e na segunda, é o volume 1014). O livro é resultado da dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida por Brasília Carlos Ferreira em 1982 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e se soma a um conjunto importante de trabalhos – acadêmicos e não acadêmicos – que contribuem para a compreensão da história e da política do Rio Grande do Norte. Alguns, como é o caso deste, com edições limitadas ou esgotadas, acessíveis apenas em bibliotecas públicas e particulares, portanto sem acesso por um público mais amplo.

Trata-se de uma excelente reconstituição não apenas do sindicato do garrancho, como o título sugere, mas da organização dos trabalhadores do Rio Grande do Norte, especialmente nos anos 1920/30, situados no contexto histórico, social, político e econômico da época. Uma pesquisa e um trabalho muito bem escritos, referência obrigatória para se compreender parte das lutas dos trabalhadores no estado do RN por melhores condições de trabalho e vida.

A autora publicou outros livros, que antecederam a este, como *Lau-ro Reginaldo Rocha, Bangu. Memórias de um militante* (UFRN, CCHLA, 1992) e *Trabalhadores, sindicatos, cidadania. Nordeste em tempos de Vargas* (Editora Ensaio (SP)/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997), este último resultado de sua tese de doutorado (Sociologia) defendida em 1992 na Universidade de São Paulo (USP). Ambos são reveladores de seus estudos, pesquisas e interesses sobre a história social e política do estado e do Nordeste.

Quanto a este livro, trata-se de um trabalho pioneiro, no qual se reconstitui e resgata a história e atuação do Sindicato dos Operários de Salinas de Mossoró, fundado em 1931, que ficou conhecido como Sindicato do Garrancho.

Um aspecto importante a ser ressaltado inicialmente é que, a exemplo de outros sindicatos, desde o início foi crítico em relação à sua vinculação ao Ministério do Trabalho (criado por Getúlio Vargas em 1931) e só teve seu reconhecimento (Carta Sindical) em 1946, com o fim da ditadura do Estado Novo (1937-45) e a nova Constituição. Sua criação faz parte da ascensão do movimento sindical que atua à margem do controle do Ministério do Trabalho e, portanto, da legislação em vigor, que estabelecia a possibilidade de suspensão e até mesmo de intervenção.

A autora analisa, utilizando diversas fontes (jornais, entrevistas, trabalhos acadêmicos, memórias, etc., ou seja, uma extensa e importante bibliografia de apoio), a formação do sindicato inserido no contexto da época, em uma excelente reconstituição histórica, e, para isso, a organização dos trabalhadores que antecede sua criação, a história da cidade (ou, como ela chamou, de “elementos da história de Mossoró”), da economia e da política, como a formação da Aliança Liberal na cidade e seus embates, a Revolução de outubro de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas (que esteve na cidade em 1933), seus antecedentes e desdobramentos, como, no caso dos sindicatos, a criação do Ministério do Trabalho em 1931.

Para compreender o Sindicato do Garrancho e “a teia complexa de elementos que o constitui” a autora mostra como foi resultado de organizações e lutas anteriores, e nesse sentido destaca o papel fundamental do Partido Comunista. Fundado em março de 1922 em Niterói (RJ), teve sua sessão regional na cidade de Mossoró em 1928. Mesmo submetido à intensa repressão, atuando na clandestinidade, ajudou a criar diversos sindicatos no país, entre eles, o Sindicato do Garrancho em Mossoró.

No caso do Rio Grande do Norte, ao analisar as formas de organização da classe trabalhadora, reconstitui as primeiras manifestações desde a primeira entidade à associação dos trabalhadores, em 1883 (na Vila Canguaretama), a União dos Artistas, em 1910 em Mossoró e em especial a Liga dos Operários, criada em 1921, uma espécie de embrião para a formação do Sindicato do Garrancho dez anos depois, em 1931.

A Liga Operária foi importante porque não se tratava apenas de reunir trabalhadores de determinadas categorias para reivindicações específicas, mas como parte de uma luta mais geral da classe trabalhadora não circunscrita apenas à cidade. E destaca o papel fundamental

do professor Raimundo Reginaldo Rocha, que depois, junto com seus irmãos (Lauro, Jonas, Antônio e João) fundaram a sessão de Partido Comunista na cidade; ele e sua filha, Amélia Reginaldo, tiveram intensa atuação na insurreição de novembro de 1935 em Natal, ambos presos e condenados respectivamente a 3 anos e 4 meses e 5 anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional (criado em 1936 para julgar – e condenar – os implicados na tentativa insurrecional no país).

Um dos seus irmãos, Lauro Reginaldo, conhecido como Bangu, chegou a integrar o Comitê Central do PCB nos anos 1930 e, com a prisão de Luís Carlos Prestes, também se tornou Secretário-Geral do Partido, em março de 1936.

A análise do Sindicato de Garrancho é relativa aos cinco anos de sua atuação: 1931 a 1936, período de ascensão do movimento sindical no país, porque, com a derrota do movimento insurrecional de novembro de 1935 (que começou em Natal no dia 23, se estendeu para as cidades de Recife e Rio de Janeiro como parte de uma articulação nacional sob a direção do Partido Comunista, foi derrotado em 27 de novembro), houve intensa repressão, com a criação de um Tribunal de Segurança Nacional, Inquéritos Policiais nos estados e que também atingiram os sindicatos, especialmente os que estavam sob influência ou direção do Partido Comunista, como o Sindicato do Garrancho. Foram milhares de prisões, julgamentos e condenações das principais lideranças, entre elas, Luís Carlos Prestes, preso em março de 1936 no Rio de Janeiro, a direção do PCB no estado, etc. Como disse a autora: “Planejaram uma verdadeira expedição punitiva, através da qual penalizam indiscriminadamente tanto os que de uma forma ou de outra haviam se envolvido, como também numerosas pessoas cujo crime se limitava apenas a serem identificadas com a oposição”. Com isso, o início do descenso, ampliado com o golpe de novembro de 1937 e a instauração de uma ditadura (o chamado Estado Novo), o Garrancho só se reestrutura com o fim da ditadura em 1945, a exemplo de outros sindicatos.

Entre outros aspectos importantes destacados por Brasília Carlos Ferreira, há a menção à organização de uma guerrilha na região Oeste por militantes do Partido Comunista, sob a liderança de Manuel Torquato. Atuando com poucos (e abnegados) militantes na Região, fugindo da repressão, em função da desigualdade de forças em relação à repressão (polícia, exército, etc.), teve um caráter defensivo com o propósito de manter coesos os militantes perseguidos, atuando na clandestinidade, e, mais importante, preparando-se para uma revolta que estava prestes a eclodir (ocorreu em Natal, em novembro de 1935,

mas não chegou a Mossoró, onde o partido estava mais organizado). Ao relatar a guerrilha, mostra que não houve consenso no partido para essa forma de luta naquele momento. Ao reconstituir sua formação até o assassinato (covarde) de seu principal líder, Manoel Torquato, expõe os embates internos no partido; muitos compreendiam os motivos, mas ficaram contra por perceberem – e os seus desdobramentos lhe deram a razão – que não havia condições para ter qualquer êxito, e por isso mesmo, como a autora diz, houve idealismo, grandeza política e humana, mas destaca também a perspectiva política equivocada que a guerrilha expressou. Como enfrentar a repressão sem amplo apoio popular e sem armamentos e militantes suficientes?

Para compreender a organização dos trabalhadores nessa época, ela destaca o papel do jornalista e advogado João Café Filho (que, como se sabe, foi vice-presidente de Getúlio Vargas entre 1951 e 1954, e assumiu a presidência com o suicídio do presidente, em 25 de agosto de 1954). Café Filho foi muito atuante nos sindicatos nos anos 1920. Ela cita a greve geral de 1923, liderada por ele (no livro de memórias *Do Sindicato ao Catete. Memórias políticas e confissões humanas*, publicado em 1966 (dois volumes) pela Livraria José Olympio Editora), ele faz inúmeras referências à sua atuação em defesa dos trabalhadores e dos sindicatos, inclusive em relação a uma Greve Geral em 1923: “No ano de 1923, coloquei-me à frente das primeiras greves havidas no Rio Grande do Norte” (p. 44). Com atuação iniciada em 1921, até tornar-se Chefe de Segurança Pública no governo do Interventor Federal Bertino Dutra, em 1932. E destaca a ascensão ao poder da Aliança Liberal em outubro de 1930 (a chamada Revolução de 1930), aliança que Café Filho, perseguido e fugido, ajudou a organizar no estado. Com Getúlio Vargas e as Interventorias nos estados, inclusive no Rio Grande do Norte (entre 1930-1934), passa a ter grande influência, chegando a criar um partido para disputar as eleições estaduais de 1934 (Partido Social Nacionalista). Com sua integração às forças políticas do estado, as divergências com os sindicatos, especialmente os que estavam sob influências ou direção do PCB, se tornam evidentes, como o Sindicato do Garrancho. Como diz a autora, “Investido nas novas funções, sua prática chocou-se com seu discurso anterior de respeito à atuação dos comunistas”.

Para o governo, os sindicatos deveriam estar atrelados ao Ministério do Trabalho, a quem cabia fazer seu reconhecimento, sujeitos à suspensão ou intervenção, e sobre isso o sindicato de Garrancho desde o início foi contra. E foram poucos os que aceitaram se submeter; em 1933, apenas três sindicatos no Rio Grande do Norte eram reco-

nhecidos pelo Ministério do Trabalho: o Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal, União dos Operários Estivadores de Natal e Sindicato dos Estivadores de Areia Branca.

É importante registrar – e a autora faz isso – que a Aliança Liberal não significou uma ruptura com a estrutura de poder das oligarquias que dominavam os estados, excluindo a classe trabalhadora de qualquer participação. Como ela afirma, se tratou na prática de “uma espécie de rearranjo” entre as oligarquias, que foi chamado de Estado de Compromisso – o termo foi usado e bem fundamentado por Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora Emérita da USP, em sua tese de doutorado defendida em 1979: *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*, a qual evidencia que os grandes proprietários de terra não perderam seu poder, que as oligarquias se mantiveram nos estados e, no caso do Rio Grande do Norte, apenas quatro anos depois da Revolução de 1930, retornam ao poder, com a eleição (indireta) de Rafael Fernandes.

O fim do período de ascensão do movimento dos trabalhadores no estado (e no país) e do Sindicato do Garrancho em particular vai até o início de 1936, pelos motivos já expostos (repressão desencadeada em função do movimento insurrecional em novembro de 1935). Brasília Carlos Ferreira conclui afirmando: “Fim do movimento. Não houve qualquer reação. O sindicato estava mudo. Enfim, os proprietários puderam respirar em paz”. E que não apenas o ideal e resistência do Sindicato, mas trabalhos como este, pela excelência de sua qualidade, sirvam de inspiração. Não se trata de uma análise fria e distante, mas revela o compromisso da autora para o resgate da história dos trabalhadores e do Sindicato do Garrancho em particular (foco do seu trabalho), suas lideranças, lutas e perseguições. E ela o faz a partir da ótica de seus agentes: a classe trabalhadora. Uma luta que não era apenas pelo sindicato, mas por uma sociedade justa e fraterna, sem patrões, enfim, pelo socialismo, que inspirou suas lideranças e motivou os sacrifícios inerentes (perseguições, incompreensões, prisões e condenações).



(Apresentação da 3ª Edição)

Trabalhadores e Sindicatos: Passado e Presente

*“Os camaradas não disseram que havia
uma guerra e era necessário trazer fogo e alimento.”*

Carlos Drummond de Andrade

Este livro fala da luta dos trabalhadores nas salinas de Mossoró para organizar seu sindicato, o “*Sindicato do Garrancho*”. Eram os anos 30, Getúlio Vargas chegara ao poder e promulgava a lei de sindicalização. Os trabalhadores acreditaram em tempos novos e tentaram fundar um sindicato, mas descobriram que não seria uma tarefa fácil. Com o Sindicato, pensavam melhorar suas duras condições de existência, mas o preço da ousadia para alguns deles seria a própria vida.

Esta viagem ao passado mostra o quanto estamos distantes do sindicalismo heroico e até mesmo romântico dos anos 30. Tempo em que trabalhadores buscavam, a partir de ações conjuntas, construir o seu lugar na cena pública. Tempo de desafios e de esperanças. Nada mais distante do tempo desencantado em que vivemos do que esta saga de homens e mulheres pioneiros que ousavam se reunir na calada da noite, em casa de seus pares ou nos garranchos dos arredores da cidade adormecida, para traçar seus “planos de ação”.

Tempos sombrios! Ontem? Aquele em que utopias acalentavam os sonhos de homens e mulheres em busca de realizar sua existência negada pela exclusão social? Em que se devotava a liberdade, homens transmutados em heróis, Chico Guilherme, Bangu, Manoel Torquato, Joel Paulista, Alemão e tantos outros, com ou sem nomes, criando o espaço social para escrever com palavras e atos o evangelho da dignidade do trabalhador. Utopias?

Tempos sombrios! Hoje? Sindicatos institucionalizados, salas iluminadas e equipadas onde a velocidade dos computadores aponta para a modernidade alcançada. Qual o projeto de homens e mulheres que

militam nas sedes envidraçadas dos sindicatos? E hoje, o que a sociedade tem a lhes oferecer no mercado dos sonhos?

A história desses homens que empenharam a vida para realizar o ato fundador de um ser social, a construção da cidadania política, nos leva a refletir sobre os desafios que ainda estão reservados aos trabalhadores brasileiros para realizar a tarefa inacabada. O episódio aqui relatado representa um dos momentos heroicos de uma história ainda incompleta, que é cotidianamente construída pelos homens e mulheres anônimos por todo este País. Lembremos a reflexão de Hannah Arendt de que se o sentido da política é a liberdade, há sempre a esperança de um milagre, não o milagre religioso, mas aquele que é fruto da ação de homens e mulheres. Tarefa para este milênio?

Brasília Carlos Ferreira

Paris, 25 de janeiro de 2000



Sumário

1.	Introdução	17
2.	As Origens do Sindicalismo no Rio Grande do Norte	21
3.	Elementos da História de Mossoró	35
	A Economia	35
	A Aliança Liberal	45
4.	Formas de Organização da Classe Trabalhadora	61
	As Primeiras Manifestações de Resistência	61
	O Partido Comunista do Brasil	68
	A Associação dos operários das Salinas	80
	A Colheita do Sal	88
	As Condições de Trabalho	

5. O Sindicato do Garrancho	97
A Organização	97
As Greves	110
A Greve	115
6. Conclusão	137
7. Pósfacio	153
8. Notas	155
9. Referências Bibliográficas	165



1. Introdução

Este trabalho pretende resgatar a história da fundação do sindicato dos operários de salinas de Mossoró, ou, como é conhecido até hoje, “*Sindicato do Garrancho*”. Uma história que se desenrola entre os anos de 1931, quando foi criada a “*Associação dos Operários do Sal*”, e 1946, quando enfim foi recebida a carta sindical.

Mas a saga dos operários do sal não se limita a este espaço de tempo. Uma aproximação maior com os acontecimentos vai nos mostrar que a fundação do “*Sindicato do Garrancho*” não se explica e não se constitui enquanto história sem uma referência obrigatória à criação da Liga Operária em 1921, pelo professor Raimundo Reginaldo da Rocha. E, principalmente, dela não se pode ter qualquer entendimento, se se ignorar o surgimento da primeira célula do Partido Comunista, em 1928. Este é um elemento fundamental para a compreensão da luta desenvolvida pelos trabalhadores e dos inesperados rumos que ela tomou.

Na verdade, junto com a luta pelo reconhecimento do sindicato, abraçaram outras lutas – ou terão sido aspectos de uma mesma e grande luta? –, foram perseguidos, pegaram em armas, e embrenharam-se na clandestinidade forçada, que está reservada aos que estão do outro lado da lei e da ordem.

E por quê? O que fez com que a luta pela organização sindical, levada amplamente pela classe trabalhadora, aqui se revestisse de uma inusitada violência, capaz de jogar dezenas de operários nas matas, percorrendo veredas noturnas, enfrentando os homens e as armas das forças mantenedoras da ordem, num desafio constante? O que fez com que esses homens de calo no ombro, rosto crestado de sol, trocassem o balaio e a enxada a que estavam habituados por armas e munições? Manoel Torquato, Sebastião Cadeira, Gonçalo Izidoro, Feliciano, Marcelino, Sandoval, José Francisco e tantos outros... Por quê?

Responder a esse questionamento: bem, este é o nosso objetivo. Reconstituindo a luta dos operários do sal, queremos, a partir de uma perspectiva de globalidade dos fatos, estabelecer os nexos entre o “*Sindicato do Garrancho*” e a “guerrilha”. E ao tentarmos buscar o fio condutor desse pe-

ríodo histórico, na medida em que consigamos acompanhar a trajetória desse movimento, seremos necessariamente levados a percorrer outros caminhos, a penetrar outras trilhas, de modo a encontrarmos uma compreensão satisfatória para as questões que ele suscita. Até que ponto a prática do “*Sindicato do Garrancho*” seria um caso singular no contexto do movimento sindical do pós-30? A extrapolação dos marcos tradicionais apontaria para as terríveis condições de vida e trabalho a que estavam submetidos? Ou para o atrelamento do sindicato ao PCB (Partido Comunista Brasileiro)? Será suficiente explicar “guerrilha” pelas orientações do MCI (Movimento Comunista Internacional) ou do PCB? Como justificar o *deslocamento* que se evidencia claramente em vários momentos, entre as orientações do PCB e a prática do núcleo comunista local? Pelas especificações na constituição social do próprio PC em Mossoró? Ou essa radicalidade é o produto dos enfrentamentos de classe, potenciada pela ausência de uma classe numerosa, capaz de amortecer os conflitos? E por último, de que projeto o “*Sindicato do Garrancho*” é portador? De um projeto que aponta concretamente para a emancipação da classe trabalhadora ou que se limita a colocá-la a reboque de projetos idealizados para e em seu nome, estando aí a explicação para os rumos inesperados que o movimento tomou, e as consequências que lhe seguiram?

Evidentemente, estamos longe de pretender responder satisfatoriamente a todas essas questões. De todo modo, parece-nos importante ressaltá-las, na medida em que elas foram emergindo durante a reconstrução histórica, e que refletem a teia complexa de elementos que a constituem. Quando menos, estaremos caminhando em direção a uma maior clareza, que nos leve a pensar criticamente os projetos políticos e – principalmente – a prática decorrente dessas propostas, no interior dos movimentos.

Embora a luta dos trabalhadores das salinas por sua organização sindical se desenrole entre 1931 e 1946, concentraremos nossa atenção no período que vai de 1931 a 1936. Este corte histórico nos parece refletir a presença de conjunturas distintas. Com efeito, esse é um período de ascensão do movimento no qual os trabalhadores se insurgem no cenário mossoroense com uma presença pujante e vigorosa. A partir de 1935, com a repressão que se seguiu ao Levante de Novembro, teria início um longo período de descenso. De início, o movimento recua, ficando restrito ao grupo clandestino, que tentaria resistir, mas seria aos poucos encurralado, sendo a “guerrilha” finalmente derrotada em 1936.

A ausência de qualquer registro histórico sobre o assunto nos encaminhou para a necessária reconstrução histórica, o que foi feito a partir

de duas perspectivas. De um lado, pesquisando exaustivamente a imprensa da época, os jornais publicados em Mossoró e em Natal, capital do Estado, pudemos montar um quadro histórico do período em questão. De outro lado, enfocamos através de depoimentos de trabalhadores que participaram do movimento. Apesar da razoável distância de mais de meio século, encontramos alguns poucos, capazes de ajudar nessa tarefa. Assim a partir de longas e repetidas conversas fomos montando pouco a pouco, a sua história, o seu tempo. Esses recursos, apesar de extremamente dificultados pelas distâncias e pelas sequelas naturais da vida, revelaram-se extremamente produtivos, de modo que a carga de informações a que tivemos acesso nos permitiu recuperar pelo menos os momentos mais significativos desse movimento.

Muito embora este trabalho seja uma resposta às exigências de conclusão do curso de Mestrado, gostaríamos de explicitar nosso interesse pelo “*objeto de estudo*”. Nesse sentido, queremos tornar claro que a escolha do tema, bem como a realização do trabalho, deveu-se menos à questão acadêmica de elaboração de uma dissertação de mestrado, e, muito mais à oportunidade de trazer à luz um pouco de nossa história, resgatar seus personagens e acontecimentos, a partir da ótica de seus agentes: a classe trabalhadora.

Portanto, esse trabalho se circunscreve no meio de tantos outros que pretendem dar vez aos agentes históricos de uma sociedade profundamente excludente e refratária à ideia de admitir a sua existência, na tentativa de eliminá-los enquanto forças vivas e poderosas alavancas de transformação, ignorando suas vozes, suas ações, seus anseios.

Este resgate histórico nos coloca em contato com uma prática sindical que, embora nos apareça – analisados a partir de um distanciamento temporal e crítico – como reflexo de uma perspectiva política equivocada, inclui a existência de atores de uma grandeza política e humana e de um idealismo beirando o patético. Ao nos depararmos com tais atores e a carga de idealismo e ingenuidade que perpassam o conteúdo “*revolucionário*” de suas ações, mesmo elaborando essa crítica, somos levados a lembrar da reflexão de Lênin sobre o sonho e a necessidade de concretizá-lo. E que coisa inspirou mais o homem para o sonho, o que o impeliu à luta, mais que o ideal de liberdade?

Certamente que o tratamento dispensado ao assunto reflete essa disposição interior e anterior. Parece-nos perfeitamente conciliável que o trabalho de reconstrução histórica desse episódio da luta dos trabalhadores, por sua organização, traga junto um resgate das vidas que pos-

sibilitaram tais acontecimentos. Vidas humanas, ricas em sentimento, plenas de atitudes, emoções, virtudes, perplexidades, contradições.

O sindicalismo aqui registrado terá, portanto, gestos, odores, cores. Terá olhos, narizes e bocas. Terá nomes. Tentará apreender a deliberação política, compreender sua motivação e, ao mesmo tempo, captar a emoção que se esconde atrás dessas decisões. Procurará falar da paixão que torna os homens capazes de dedicarem suas vidas a um interesse coletivo. Mostrará um episódio na luta da classe trabalhadora moço- roense pela sua emancipação, não deixando escapar o componente de beleza revolucionária, mas também a poesia que está subjacente ao ato humano de busca da liberdade.

2. As Origens do Sindicalismo no Rio Grande do Norte

No Estado do Rio Grande do Norte, tal como em outros pontos do país, a prática associativa dos trabalhadores tem início com as sociedades mutualistas. Estas sociedades de socorro e auxílio mútuo tinham como objetivo proteger o trabalhador e sua família, de modo a assegurar ajuda e assistência em caso de doença ou morte.

Estas entidades situam o início de nosso processo de industrialização. Sua constituição e natureza traduzem a própria realidade do processo de trabalho à época, pouco especializado e de baixo nível tecnológico. Sua própria composição interna, onde coexistiam operários, intelectuais e artistas, sem especificação por ramo de atividade, de um lado aponta para uma matriz de associação livre, que, de resto, foi a tônica em todo o país, e de outro lado reflete o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

O caráter lítero-recreativo, traço marcante de tais associações, onde os intelectuais tinham livre acesso, aparecia na sua prática cotidiana como variante natural das atividades assistenciais. Embora se registrem alguns pleitos aos poderes públicos no que tange às condições de vida, como por exemplo, carestia dos gêneros de primeira necessidade, em nenhum momento punham em questão as relações sociais estabelecidas a partir do trabalho.

A primeira associação de trabalhadores de que se tem notícia no Estado foi fundada a 02 de fevereiro de 1873, na vila de Canguaretama, região agreste, onde desde 1604 estava em atividade o engenho Cunhaú. Segundo Câmara Cascudo, *“a mais antiga organização de classe do Estado”* (1). Em 1888, com a Fábrica de *“Fiação e Tecidos Natal”* entrando em funcionamento, seus operários vão formar grupos recreativos, desportivos e beneficentes.

Em 1890 é fundado o *“Centro Operário São Luís de França”*, em Natal, do qual não se dispõe de maiores informações. Três anos depois, cria-se o *“Centro Operário Natalense”*, também em Natal, e também de vida

efêmera, pelo menos neste primeiro período. Em 1904 nasce a “*Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense*”, de longevidade invejável, ainda existente, cuja sede própria ostentando seu nome pode ser observada na esquina das ruas Coronel Cascudo e Avenida Rio Branco, em Natal. A Liga Operária, durante quase um século de atividades, assistiu a diversas transformações, como a passagem de atividade mais artesanal para a atividade industrial propriamente dita, mudança na composição da força de trabalho e na sua agregação por setores. A nível interno, ela viveu o suficiente para sentir o reflexo de todas essas modificações que a levaria a um declínio gradativo entre a classe trabalhadora.

Seu numeroso corpo de associados e sua intensa atividade mutualista e cultural sofreram as consequências da especialização da força de trabalho necessária ao processo de industrialização em curso, o que foi ocasionando a sua perda de importância. Contudo, seu declínio foi lento e, mesmo com a constituição das associações profissionais e a seguir dos sindicatos, ainda tinha presença marcante no cenário das entidades dos trabalhadores.

Por volta de junho de 1902, Augusto Leite, intelectual, começa a escrever uma série de artigos sob o título de “Unamo-nos” (2), no jornal Gazeta do Comércio, sobre a necessidade e importância da associação de trabalhadores. A repercussão desses artigos faz com que pessoas simpáticas às suas ideias passem a procurá-lo no próprio jornal. Passam a se encontrar e discutir, e no dia 28 de fevereiro de 1904, cento e seis operários fundam a Liga, com Augusto Leite na presidência da Comissão Provisória e mais Eduardo dos Anjos, Aristóteles Costa, Bartolomeu Moreira, José Façanaro e José Alcino Carneiro (3). Há referências de que sua fundação tenha sido também uma resposta ao convite que Bartolomeu Moreira recebera da “*Federação Cristã Operária de Pernambuco*”, solicitando a adesão do operariado natalense a uma mensagem dirigida ao Congresso Nacional pedindo a promulgação de uma lei sobre sindicatos profissionais, semelhante à já existente sobre sindicatos agrícolas (4).

Primeira entidade voltada para auxílio e proteção do trabalhador, a “*Liga Operária*” aos poucos vai abrigoando um número considerável de sócios.

Em 1911, uma divergência interna ocasionou a formação de uma dissidência, liderada por Eduardo dos Anjos e mais 15 associados, os quais terminam por deixar a Liga e fundam outra entidade similar, o “*Centro Operário Natalense*”. Embora tenha permanecido em atividade por longo tempo, o “*Centro Operário*” não chegaria a igualar a Liga em número de participantes.

A Liga permaneceu em atividade, mesmo depois de fundados e em plena atuação os sindicatos. Hoje, além de uma existência formal e de um presidente que se sucede no tempo desde 1954, restam os velhos militantes e suas lembranças, como João Carlos de Vasconcelos, o Jotacê, ex-presidente e ex-diretor do jornal da Liga. Ele narra com orgulho a atuação da Liga apoiando a greve dos funcionários da Rede Ferroviária por aumento de salário em 1920; recorda as reivindicações pelo congelamento dos gêneros de primeira necessidade, que foram encaminhadas a Getúlio Vargas em conjunto com entidades sindicais, e se emociona ao acusar Café Filho de ter extraviado o Livro de Ata, contendo a Ata de fundação da Liga, quando era Chefe de Polícia, em 1932 (5). Acusação rebatida firmemente pelos partidários de Café Filho, quando afirmam que a Liga estava sendo instrumentalizada pelos derrotados de 1930, os conservadores ligados ao governador deposto, para agir contra o governo da Aliança Liberal e principalmente contra os cafeístas (6).

Até 1920, poucas entidades de trabalhadores existiam no Estado. Por este motivo, é relevante citar, em 1911, a fundação da “*União Caixerai*” na cidade de Mossoró, região oeste, englobando os comerciários; e a fundação, em 1919, também em Mossoró, da “*Sociedade União de Artistas*”. No mesmo ano, em Areia Branca, cidade da mesma região, é fundada a “*Sociedade de Artistas de Areia Branca*” e logo a seguir a sociedade “*União Marítima Areiabranquense*”, que pertencia à “*classe marítima e estivadores*” (7).

A partir de 1920 e até 1930, têm início as associações profissionais, que dariam origem aos sindicatos. Assim é que, a primeiro de setembro de 1920, nasce a “*União de Operários Estivadores de Natal*”, e, a seguir, as sociedades dos padeiros, pintores, carpinteiros, engraxates, lavadeiras e engomadeiras (8). No interior, ocorrem em 1921 as fundações da “*Liga Operária de Mossoró*”, da Liga Artístico-Operária São José, em Macaíba, do Centro Operário Tourense, em Touros, e da Liga Artístico-Operária Caicoense, em Caicó (9).

Nos raros artigos escritos sobre as origens do Sindicalismo no Rio Grande do Norte, têm presença garantida os nomes de Sandoval Wanderley, Viterbino de Paula, João Francisco Gregório, Osmídio de Castro, Pedro Rodrigues, Pedro Alves, Maria Ramalho e Café Filho.

Durante a década de 20, há referência constante a um atuante Sindicato Geral dos Trabalhadores, de orientação cafeísta, liderada por Sandoval Wanderley. Abrigava trabalhadores que não tinham “*sociedade*” específica, contando com mais de seiscentos associados. Além disso, funcionava na prática como uma espécie de Intersindical, estando a ele

associado a quase totalidade das entidades de trabalhadores existentes à época. Publicava o jornal de circulação semanal “*A Folha Operária*”, de grande penetração entre os trabalhadores.

Julietta Calazans refere-se a essa época como sendo o “*pré-sindicalismo*”, em que de parte dos trabalhadores e suas entidades há uma prática pouco voltada para o questionamento das relações de exploração, devido, talvez, ao ritmo lento do processo de industrialização.

Como era de se esperar, um sindicalismo tão incipiente haveria de se caracterizar pela frágil organização e pelo pouco uso de instrumentos de luta mais incisivos. Durante os anos 20, há notícias de apenas dois movimentos grevistas: o primeiro, a Greve Central em março de 1920, envolvendo os operários ferroviários da Great Western. Uma greve de caráter nacional, onde o Governo Federal é que estava na qualidade de empregador, recebendo as reivindicações. Um movimento que terminou vitorioso e sob o qual não há qualquer referência de repressão.

Outro movimento grevista desta década foi a Greve Geral de 1923. Esta greve foi liderada por Café Filho (10). Em seu livro de memórias assim ele se refere ao movimento:

“(...) No ano de 1923, coloquei-me à frente das primeiras greves havidas no Rio Grande do Norte. Os estivadores de Natal reclamavam melhoria de salários. Foi-me fácil, como para outros ainda hoje o é, liderar-lhes a reivindicação. Bastou-me na reunião de portuários, insistir no tema aumento salarial, explorando o seu poder mágico. (...) Vitorioso o movimento, fui procurado pelos operários da fábrica de tecidos, a única que então existia. Deflagramos a greve geral, sob o poder mágico da mesma expressão: aumento salarial. Paralisamos a fábrica e, em seguida, todos os demais setores de atividades da capital” (11).

Café Filho era advogado e jornalista, exercendo as duas atividades, às quais alude da seguinte maneira:

“De muito advogar a causa dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente de suas reivindicações nos sindicatos e nas ruas. Quando mais tarde fundei o Jornal do Norte, já era então conhecido com uma espécie de esperança dos deserdados do poder. Foi minha primeira atividade regular como jornalista, passando eu a agitar, nas páginas que escrevia, a questão social no Estado. Em desdobramento dos artigos que fazia publicar,

atendia ao apelo do pessoal da única fábrica de tecidos que existia no Rio Grande do Norte. Eram mulheres famintas, mães que deixavam os filhos nus em casa. (...) Por estes caminhos, fui chegando à política. Aonde ela me levaria? (...) (12).

Essas greves chamariam sobre o movimento sindical nascente a atenção das classes proprietárias, que passaram a ver com muitas restrições a atividade de Café Filho e, principalmente, qualquer indício da organização dos trabalhadores. A partir daí termina o “*idílio*” com que as elites contemplam a atuação “*dentro dos mais sagrados princípios de respeito à lei e à ordem*”, como eles denominam a ação conciliadora dos subalternos.

A repressão ao movimento, no entanto, se revelaria em toda sua extensão em 1928, durante o governo de Juvenal Lamartine, quando se “*prende e espanca sindicalistas, arrasa as sedes, destrói os arquivos e o jornal, sob a alegação de estar havendo infiltração comunista nestas organizações*” (13).

1930 marca o início de um período de grandes movimentações na área sindical do Estado. Há clima de expectativa, um novo pacto social no poder, com a vitória da Aliança Liberal. Este clima é favorável à retomada da prática sindical. O movimento sindical passou a se reorganizar com a volta dos sindicalistas que sofreram a repressão em 1928, agora já se adequando à legislação getulista e reaparecendo com o nome de sindicatos, depois de cumpridas as formalidades legais de praxe. Permanece atuando ainda a Federação Regional do Trabalho, que agia como uma intersindical, englobando sindicatos de diferentes categorias, em clara oposição à verticalidade contida na legislação sindical posterior a 30. A Federação seria extinta após algum tempo, em decorrência da negativa do Ministério do Trabalho em reconhecê-la.

O Centro Operário Natalense, de 1911, mutualista, também requer sua transformação em sindicato, de acordo com o decreto 9770, de 19 de março de 1931, do chefe do governo provisório, dentro do espírito que se expressa na nota convocatória para a assembleia, e que entre outras coisas diz que:

“A nenhum operário é dado ficar indiferente a tão momentoso assunto, de interesse geral do proletariado, pois a nova lei de sindicalização das classes não tem finalidade senão dar aos homens do trabalho uma assistência mais eficiente de equidade e bem-estar a que eles têm direito” (14).

Durante os primeiros anos de pós-30, os sindicatos estavam ocupados com sua legalização frente ao Estado e sua atitude frente ao “governo revolucionário” era de entusiasmado apoio. Elogiavam a legislação sindical da República Nova, vendo nela um instrumento de valorização não apenas das entidades sindicais como também do próprio trabalhador, que passava a ter a defesa de suas condições de trabalho definida por lei. Não lhe ocorria, portanto, que esta legislação, que eles tanto agradeciam, representava na verdade o seu total controle, manipulação e atrelamento por parte do Estado. Na região Centro-Sul – onde as entidades de trabalhadores eram mais numerosas e já havia influência ideológica da esquerda, como é o caso dos sindicalistas ligados ao PCB – ao menos no início, houve resistência à burocratização; o mesmo não aconteceu onde o contingente operário era mais rarefeito e o movimento sindical incipiente, como é o caso do Rio Grande do Norte.

O movimento sindical aplaudia os governos interventores, mobilizava-se para saudar cada novo interventor que aqui chegava, demonstrando sua confiança no pacto, que lhe reservaria no futuro surpresas bastante desagradáveis. Mas acontecimentos como o de 1935 ainda estavam muito distantes e, naquele momento, a prática corrente era o apoio ao governo da Aliança Liberal.

“Todas as sociedades operárias sindicalizadas da capital e do interior do Estado, pelos seus representantes acreditados junto à Federação Regional, do Trabalho, comparecerão incorporados ao cais do Porto, vindo uma comissão composta de todos os presidentes levar os votos de boas vindas ao Sr. Interventor Federal. Nas sedes dos sindicatos e da sociedade dos estivadores serão hasteadas as bandeiras sociais e nacional, ostentando à noite profusa iluminação em suas fachadas (...) Uma comissão de sindicalistas fará esta noite ornamentação das principais ruas por onde deverá passar o Sr. Interventor” (15).

Mas o dado mais significativo do período é a presença da Legislação Sindical produzida nos gabinetes do Governo Vargas e que vai dar uma fisionomia comum a esse sindicalismo multiforme praticado até então. A criação do Ministério do Trabalho e o Decreto de Sindicalização forçam as associações a enviarem ao Ministério do Trabalho sua documentação para obtenção da Carta Sindical, ou seja, o reconhecimento da “legalidade” de sua atuação.

Logo que tomaram conhecimento da publicação da legislação, as associações passaram a enviar toda a documentação exigida pelo Mi-

nistério do Trabalho e pleitear seu reconhecimento. Um dos primeiros a ser reconhecido foi o Sindicato dos Auxiliares do Correio de Natal, cuja Carta Sindical foi expedida em meados de março de 1933 (16). Logo a seguir, foi reconhecida como sindicato profissional a Sociedade dos Estivadores, passando a ter a denominação de União dos operários Estivadores, a 20 de maio de 1933 (17). A categoria foi comunicada do reconhecimento em assembleia extraordinária, onde discursou o presidente da Federação Regional do Trabalho, Sandoval Wanderley:

“Estabelecendo um paralelo entre a República Velha, que tiranizava o operário e tudo lhe negava, e o regime revolucionário que cerca os homens do trabalho de todas as garantias e liberdade” (18).

Curiosamente, embora as entidades de trabalhadores tenham acatado rapidamente a questão do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, não demonstraram a mesma rapidez em aderir à disciplina que a nova legislação trazia embutida. Parece que a euforia dos trabalhadores frente a um *“novo poder”* junto ao qual eles se julgavam no mínimo parte integrante, dificultava o seu entendimento da amplitude da ação de controle e tutela que a nova legislação lhes impunha. Tanto é assim que, apesar da proibição de *“estranhos”*, a sessão solene dos estivadores contou, tal como antes, com a presença e a oratória de Sandoval Wanderley. Por sua vez, a própria Federação continuou como fizera até então, aglutinando as entidades de categorias diversas, como se fora intersindical, contrariamente ao decreto 19.770, que previa a relação apenas entre sindicalizados de idêntica categoria em quaisquer das entidades, sindicatos, federações e confederações que lhes era permitido formar. No entanto, a Federação continuou incorporando novas entidades como nos mostra a seguinte notícia:

“A Federação do Trabalho reuniu-se em assembleia ordinária com a participação de onze sindicatos, tendo como objetivo o reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores de Ceará-Mirim e dos Trabalhadores das Docas de Natal” (19).

No mesmo jornal, um editorial sobre a sindicalização, depois dos elogios de praxe, afirma:

“A Federação dirigida por Sandoval Wanderley é hoje uma força sindical de primeira ordem, já havendo mandado ao Rio o seu representante” (20).

Também apareceu pela imprensa um genérico Sindicato Geral dos Trabalhadores e um Sindicato das Mulheres Trabalhadoras (21), não havendo maiores informações sobre sua composição. De todo modo, a própria denominação e a existência de outros sindicatos sem especificação de categorias favorece a ideia de que se trata de sindicatos “mistos”, totalmente em desacordo, portanto, com a legislação em vigor.

Aqui, como de resto em todo o país, houve pressão sobre os trabalhadores para que colocassem suas entidades sob o raio de ação do Ministério do Trabalho. De tal forma que o Ministério do Trabalho enviou correspondência ao Interventor, onde alerta no sentido de que sejam admitidos de preferência, na execução de obras ou serviços a cargo das repartições ou funcionários federais, os operários sindicalizados nos termos do decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931, e solicita que em nível estadual se proceda da mesma maneira. Os governos no plano federal e estadual se completam quanto às medidas que apontam para o controle dos trabalhadores. Em resposta à correspondência do Ministro do Trabalho acima citada, o Interventor do Estado informou que já se antecipara, tendo enviado para a administração estadual e todas as prefeituras do interior uma circular com o teor seguinte:

“Recomendo que para a rápida aplicação do decreto do governo provisório sobre a sindicalização de classes seja dada preferência, nos diversos serviços a nosso cargo, aos operários sindicalizados. Recomendo, outrossim, que aos que já se acham no serviço seja marcado o prazo de trinta dias, para apresentarem caderneta de matrícula em sindicato que tenham seus estatutos aprovados pelo Ministério do Trabalho” (22).

Instalada a Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho no Estado, a 5ª Inspetoria, a quem cabe velar pela integral aplicação dos dispositivos em vigor, foi nomeado representante do Ministério do Trabalho em nosso Estado o tenente José Francisco Caldeira. Com a lei de sindicalização compete ao Ministério enquadrar as diferentes atividades e zelar para que somente os trabalhadores de mesma categoria se juntem.

Os trabalhadores passam a enfrentar restrição legal a essa participação legítima. Ao mesmo tempo, são obrigados a aceitar a presença de “estranhos”, pois a partir daí, o tenente José Francisco, delegado do Ministério do Trabalho, vai estar presente às assembleias, principalmente nas solenidades de posse das novas diretorias (23). A Inspetoria, com frequência, faz publicar advertências neste sentido. *“Mais uma vez observe que pessoas estranhas não poderão, sob qualquer pretexto, interferir ou advogar interesses do operariado”* (24).

Torna-se frequente a publicação de notas como esta:

“Nota do M.T.I.C. a Inspeção Regional do 6º Distrito convida os representantes do Sindicato dos Padeiros, Marceneiros e Carpinteiros de Natal a comparecerem à sede provisória desta Inspeção, à Rua Frei Miguelinho, 28, para sanarem irregularidades nos papéis relativos ao pedido de reconhecimento das aludidas agremiações e esclarecerem os motivos da presença de estranhos às reuniões da fundação das mesmas, como determina o Sr. Diretor da 4ª seção do Departamento Nacional do Trabalho, em ofício dirigido a esta repartição” (25).

Para forçar a adesão do operariado ao projeto de sindicalização varguista, decidiu-se que apenas aos sindicalizados caberiam os benefícios da lei. Dessa forma, o governo liberal procurava assegurar a implantação de seu plano de sindicalização, ao mesmo tempo em que desfechava um rude golpe nos setores do movimento sindical recalcitrante à legislação, como nos mostra esta nota, publicada em resposta a uma denúncia formulada pelo jornal.

“Se entre os prejudicados (...) existir alguém que seja filiado a sindicato legal (reconhecido), que reclame por intermédio da agremiação de sua classe, e, excepcionalmente, diretamente a esta fiscalização, a não ser que queira proceder como determina o artigo 7 do decreto nº 22.300 de 4 de fevereiro do corrente ano, pois as reclamações pela imprensa tomam um caráter de anonimato. E mesmo a legislação em vigor proíbe a interferência, sob qualquer pretexto, de pessoas estranhas às instituições sindicais, nos assuntos que lhe dizem respeito” (26).

O movimento sindical está institucionalizado, e é nesse leito que deve correr toda a sua prática, e a transgressão a essas normas é punida imediatamente com a suspensão de diretorias e intervenção – aí sim – de pessoas alheias como demonstra a nota da Inspeção Regional do 5º Distrito:

“Torno pública para conhecimento dos interessados que, por portaria de ontem, o Sr. Inspetor Regional nomeou o tenente José Francisco Caldeira, para dirigir os destinos do sindicato ‘União dos Operários Estivadores de Natal’, cuja diretoria fora destituída por aquela autoridade” (27).

Ao final de 1933, em todo o Estado do Rio Grande do Norte, apenas três sindicatos estão reconhecidos, o Sindicato dos Auxiliares do Co-

mércio de Natal, União dos Operários Estivadores de Natal e Sindicato dos Estivadores de Areia Branca (28). A primeira reação dos sindicatos e associações à constatação de que os trabalhadores filiados a sindicatos já legalizados teriam acesso aos “*benefícios da lei*” é de perplexidade. Acostumados a utilizar “*O Jornal*”, tradicional veículo do cafeísmo, para externar suas denúncias e reivindicações, ao tentar continuar a fazê-lo, têm como resposta as Notas da Delegacia do Ministério do Trabalho, esclarecendo que sua atuação limita-se ao âmbito dos sindicatos legais. Passando o impacto inicial, vão aos poucos se submetendo à legislação em vigor, lutando para satisfazer as exigências da lei, como forma de garantir sua sobrevivência.

As entidades que não conseguem cumprir as normas vão aos poucos sendo esvaziadas e, por fim, desaparecem, como é o caso da Federação Regional do Trabalho, Sindicato Geral dos Trabalhadores e Sindicato das Mulheres Trabalhadoras, que permanecem apenas enquanto registro histórico de uma época em que cabia aos próprios trabalhadores decidirem quanto a sua forma de organização. Morre o sindicalismo livre e toma corpo um sindicalismo burocrático verticalista e atrelado ao Estado. Os sindicatos passam a existir como uma “*prática consentida*” dentro de um espaço precisamente definido e numa estratégia clara de conciliação de classe.

De início, o movimento sindical no Rio Grande do Norte contou com a presença, o apoio e a orientação de Café Filho. Em 1928, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e sua penetração ainda que gradativa entre os trabalhadores vai exercer sobre o movimento sindical e operário do Estado uma influência mais ideológica, avançando um pouco mais do que o cafeísmo que se limitava a tentar negociar, com menor perda, o valor da força de trabalho. No entanto, as diferenças entre as duas orientações não conseguiram aparecer com muita clareza. De um lado, porque a penetração do Partido entre os trabalhadores era muito lenta, seus quadros inexperientes sobre a questão e concentrados mais em atividades artesanais, como os sapateiros (29). De outro lado, porque a atuação de ambas as correntes tinha seus limites definidos pela violência e intolerância do governador Lamartine, que por diversas vezes mandou invadir sedes de sindicatos e dar surras de virola nos participantes (30). O próprio Café esteve foragido do Estado no período imediatamente anterior a 1930, fugindo da grande repressão imposta aos sindicatos por Lamartine, em 1928.

A vitória da Aliança Liberal em 30 vai trazer modificações importantes para o movimento operário e sindical no Estado. Os sindicatos

sob influência do cafeísmo entram num estado de grande efervescência. A ideia predominante é a de que, com a ascensão de Café Filho, também eles chegaram ao poder. Esse clima de otimismo, resultando da instrumentalização dos sindicatos por Café Filho e da subordinação dos interesses dos trabalhadores ao seu projeto político individual, faz com que esses setores adiram acriticamente ao governo liberal, saudando cada interventor e apoiando entusiasticamente a política sindical do Governo Federal. Café Filho assume o papel de agente da política sindical varguista e todo o seu empenho toma o sentido de que a legislação seja cumprida.

Da parte dos trabalhadores sob influência do PCB, a situação não é muito diferente. Embora não tivessem participado do movimento de 30, a presença de Café Filho no cenário político era motivo de satisfação. Afinal ele fora sempre um aliado especial e, em algumas ocasiões, chegara a prometer que *“se algum dia fosse alguma coisa no Estado, não perseguiria comunistas”* (31). Portanto, logo no início dos anos 30 o quadro era de acomodação. A princípio, a posição do Partido era de resistir ao enquadramento pelo Ministério do Trabalho. Ou seu peso no movimento foi insuficiente para manter a posição, ou porque a tenham revisto, não há registro de disputas nas entidades por esse motivo. Tanto assim que um dos sindicatos onde o Partido tinha maior penetração, o dos estivadores, foi dos primeiros a regularizar-se perante o Ministério, solicitando e obtendo a carta sindical.

As divergências começariam a aparecer um pouco mais tarde, com a nomeação de Café Filho para o cargo de Chefe de Segurança Pública, na Interventoria Bertino Dutra. Investido nas novas funções, sua prática chocou-se com seu discurso anterior de respeito à atuação dos comunistas. Pela sua militância junto aos trabalhadores, Café Filho ficara conhecido como *“comunista”*. Na Chefia de Polícia ele procurou se legitimar perante os Ocupantes do poder e esvaziar as críticas que os conservadores ligados ao governo deposto lhe faziam. Com o movimento sindical sob sua influência, ele continuou manipulando, atrelando sua prática aos seus objetivos políticos. A adesão irrestrita desses setores ao projeto Liberal facilitaria enormemente essa tarefa.

Os setores ligados ao PCB, embora minoritários, passaram a atuar com independência e começaram a se chocar com Café. De início, os Incidentes eram contornados, mas, aos poucos, foi se firmando o distanciamento entre eles. O passo seguinte foi a perseguição pura e simples aos comunistas e a repressão policial às atividades por eles lideradas. Na repressão aos trabalhadores comunistas, Café Filho lançou

mão de toda a abrangência de seu cargo, repetindo a violência praticada durante o Governo Lamartine, da qual ele fora uma das principais vítimas. As notas expedidas pelo Departamento de Segurança Pública durante sua gestão são um testemunho irrefutável de violência empregada contra os comunistas:

“Departamento de Segurança Pública – Nota Oficial: (...) previne também ao operariado a fim de não se deixar envolver em movimento de agitação que porventura esteja sendo urdido por meia dúzia de indivíduos, que se dizem comunistas. A polícia tem esses indivíduos sob suas vistas, estando pronta a segurá-los ao primeiro sinal de ameaça” (32).

A tentativa dos trabalhadores comunistas de fazerem funcionar a União Geral de Trabalhadores, uma espécie de Intersindical por eles fundada, é violentamente rechaçada, e os argumentos colocados não são de que a entidade estaria em dissonância com a Legislação em vigor, mas sim por ela estar *“promovendo propaganda subversiva à ordem pública”*. A nota prossegue informando que o Departamento de Segurança Pública:

“(...) Resolveu não permitir o funcionamento desta suposta sociedade, recomendando as autoridades policiais que dissolvam qualquer ajuntamento que se realizar só na sede desse núcleo de agitadores, como em casas particulares, usando de medidas violentas, caso se verifique resistência, prendendo os cabeças que serão processados na forma da lei”.

E conclui ameaçando:

“A polícia, apesar da deslocação de forças para o sul, acha-se suficientemente aparelhado para manter a ordem em todo o Estado, e agirá com o máximo de energia, se as pessoas adversárias do governo entenderem de abusar da tolerância que o mesmo vem mantendo até agora” (33).

Como se vê, não eram exatamente cordiais as relações entre a Aliança Liberal no poder e os trabalhadores que se recusavam a permanecer a reboque de seu projeto político. Além das ameaças, procuraram ocupar todos os espaços existentes de modo a obstar a ação dos comunistas. Tanto é assim que no final de 1932, foi criada a Federação Regional do Trabalho, como forma de esvaziar a atuação da UGT, de orientação comunista. E curioso perceber que neste combate eles usam instrumentos que passam totalmente ao largo do que dispõe a legislação em vigor, que não permitia a participação de categorias diversas numa mesma federação. A

intenção é se contrapor à outra entidade, assumindo o papel de “*sociedade controladora de todas as suas congêneres em nossa terra*” (34).

A perseguição extrapola os limites do movimento sindical e invade a própria atividade de lazer dos militantes comunistas. Um time de futebol, o “*Bangu Futebol Clube*”, é acusado em nota do Departamento de Segurança Pública, de ter “*o propósito de, por esse meio, atrair a mocidade e dela servir-se na campanha de subversão da ordem pública*”. Além de proibir a atuação do time e confiscar todo o material desportivo à secretaria, proibem também a venda de bilhetes de uma rifa, com a qual os comunistas procuravam levantar fundos para a publicação do jornal “*O Proletário*”. Os bilhetes são apreendidos e é divulgada uma lista com os nomes de todos que já haviam adquirido bilhetes com a ameaça de que seriam presos se tentassem passá-los adiante (35).

Mas o pior ainda estaria por vir. No final desse mesmo ano, a polícia reprime violentamente uma passeata operária organizada pelos comunistas, prende seus líderes, e os deporta para o sul do país. Nesse momento, o partido rompe oficialmente com Café Filho a quem passa a combater com veemência. Somente a partir daí as diferenças entre as linhas sindicais ganham contornos mais nítidos, e o partido se lançaria resolutamente na luta para conquistar maiores espaços no movimento sindical, para poder fazer frente à orientação desmobilizadora do cafeísmo. O que pode ser considerado uma pista para entender a priorização da região oeste, onde a concentração de um numeroso contingente operário, exercia forte atração sobre quem desejasse influenciar sua atuação.

Durante 1932 e anos seguintes, além da criação de numerosos Sindicatos, ocorrem muitas greves. O clima é de mobilização, principalmente na região oeste, onde os operários de salinas desafiam seguidamente a intolância dos patrões e se chocam com a ambiguidade do governo liberal.

A prática da Aliança Liberal no poder é que vai mostrando aos poucos que não se trata de uma ruptura com a política anterior a 30 e sim de uma espécie de rearranjo que, se por um lado abre a possibilidade de acesso de novas forças, como é o caso do cafeísmo local, por outro, não exclui nenhuma das frações da classe dominante. Além de passar ao largo dos interesses da classe trabalhadora, vai manipulando-a na busca de respaldo político necessário para o exercício do poder.

A classe trabalhadora não participa no poder e, no início, parece confusa diante da novidade de seus aliados, como Café, estarem próximo ao poder. Aos poucos, a própria atuação dos dirigentes vai lhe mostrando a verdadeira proposta da Aliança. Aí, uns rompem, no caso, os comunistas,

outros se mantêm ligados e aderem ao sindicalismo burocrático, que lhe é reservado pelo poder central.

A ambiguidade do discurso da Aliança somada à imprecisão do discurso tenentista reflete-se sobre os movimentos sindicais, mantendo-os numa posição passiva de espectador e de objeto.

3. Elementos da História de Mossoró

A Economia

A história de Mossoró tem início com a construção da Capela de Santa Luzia pelo Sargento-Mór Antônio de Souza Machado, em 5 de agosto de 1772. Em seu redor surgiria aos poucos a Povoação de Santa Luzia (1).

A origem do nome – Mossoró – embora de certo modo imprecisa, aponta para a cultura indígena aí localizada, e é tomada de empréstimo do rio que corta a região. Assim é que para uns é um termo Tupi “*amo-choró*”, ou seja, rio distante. Outros situam a denominação numa certa tribo indígena, os Monxorós, descendentes dos Cariris, que habitaram a região nos primórdios da colonização brasileira (2).

Somente a 15 de março de 1852 é elevada à categoria de município, quando realiza as primeiras eleições municipais para vereadores e Juizes de Paz. Por iniciativa do vigário Antônio Joaquim Rodrigues, em 9 de novembro de 1870 a vila é promovida à cidade (3).

Atualmente Mossoró,

“O segundo núcleo urbano do Rio Grande do Norte, com uma população municipal de 146.046 habitantes e uma população urbana 118.001 habitantes, é um importante centro regional, cuja área de influência se estende por quase toda a Microrregião Salineira, toda a Microrregião Açu-Apodí e boa parte da Microrregião serrana, chegando sua influência até os sertões do Jaguaribe” (4), no vizinho Estado do Ceará.

Mossoró se inicia economicamente através das atividades agro-pastoris, de comum acordo com outras cidades localizadas no semiárido, voltadas para a agricultura de subsistência, a pecuária e o cultivo do algodão. O desempenho econômico da cidade vai projetando-a para fora dos seus limites e na segunda metade do século XVIII já aparece com os contornos de empório comercial, monopolizando o comércio abastecedor, importador e exportador numa área que extrapolava o Es-

tado, espalhando-se pelos Estados limítrofes, como Ceará e Pernambucano. A justificativa para essa ascensão, de acordo com Lacerda, é que:

“Mossoró apareceu naquele momento histórico como o ‘lugar privilegiado’, sentado na área de transição entre a economia do litoral (o sal, as oficinas de carne seca, o peixe e mais importante, o ‘porto de Mossoró’ (...)) e a economia do sertão (a pecuária, algodão e peles principalmente). Mossoró tornava-se o ‘lugar de troca’, recebia mercadorias de outras praças do país e do exterior e embarcava, pelo seu porto, a produção regional que se destinava aos mercados nacionais e internacionais” (5).

Durante quase todo o primeiro século de existência de Mossoró a pecuária foi a sua principal atividade econômica. Tão importante que determinou os traços gerais da região, no que diz respeito, por exemplo, à utilização da mão de obra escrava. O gado foi o elemento central dessa definição. Não requerendo braços numerosos para seu manejo, não utilizou o trabalho escravo senão em pequeníssima proporção. De acordo com Câmara Cascudo, *“os escravos mandados para o sertão transformaram-se em vaqueiros, cantadores aclamados, padrinhos de ioiôs e derubadores de touros”* (6). O mesmo autor cita um documento Real de 1703 que diz: *“O sertão com facilidade se povoava de gado porque dava lucro com pouca despesa e as plantas haviam mister mais operários e nem todos podiam ter os necessários para eles”* (7).

Esta referência à mão de obra escrava não foi gratuita. Ela nos leva a desmistificar toda a ideologia produzida pela classe dominante mossoroense, quando, em 1883, liberta os seus escravos. Desde então, o 30 de setembro é cultuado e ideologizado com tal intensidade que chega a ser a data maior da cidade, sobrepujando em brilho até mesmo as datas nacionais como o 7 de Setembro. Até os dias atuais, a data reúne as elites dominantes locais, seus membros que estejam fixados fora da cidade e do Estado, as autoridades estaduais, e funciona como pretexto para que os intelectuais a seu soldo e a seu serviço, construam e reconstruam a cada ano todo um imaginário libertário de auto-incensamento das elites. O que viria a ser transformado no marco principal da história mossoroense, tem início em 1873 com o surgimento da Maçonaria através da Loja Simbólica *“24 de Junho”*. Seus associados, retirados entre a burguesia local, 10 anos depois, em 1883, libertariam os escravos 5 anos antes que o governo central adotasse tal medida. Apesar do jogo de cena que é feito com a cumplicidade de todos, sabe-se que já quase não existiam mais escravos na cidade, desde que a crise, iniciada com a seca

de 1877, tornara inviável economicamente a mão de obra escrava ao ser confrontada com milhares de flagelados que se sujeitavam a trabalhar por “*qualquer litro de farinha*”, como afirma Lacerda Felipe (8).

A pecuária, portanto, seria a primeira vocação econômica mossoroense e, somada à existência de sal abundante e de excelente qualidade, à presença de ventos, à proximidade do porto e ainda à baixa umidade relativa do ar, seriam as condições necessárias à ativação da “indústria da carne de sol”. As charqueadas, “*oficinas de carne*”, surgiram dentro do contexto comercial mossoroense. A carne de sol, com um nível de resistência muito maior, podia ser enviada de navio para lugares distantes sem riscos de se estragar. Até então, o Estado fora o responsável por grande parte do gado consumido no vizinho Estado de Pernambuco. Quando começaram as charqueadas, esse abastecimento diminuiu a ponto do Governador de Pernambuco, em carta datada de 27 de agosto de 1784, ao Marquês de Angeja, em Portugal, afirma “*estarem as populações de Recife e dos engenhos, desde 1768, se ressentindo da falta de carne verde. E culpava as charqueadas de Açú e Mossoró*” (9). A reclamação do governador, na verdade, dizia respeito à queda do “*subsídio do sangue*”, ou seja, o imposto que era pago pela comercialização do gado em pé caíra significativamente, já que de “*um boi de 10 arrobas resultavam apenas 2 arrobas de carne seca*”, que dava um decréscimo em cada rês de 1.700 réis para 320 réis (10).

Nesse período, o Rio Grande do Norte dependia administrativamente da Capitania de Pernambuco, cujo Governador resolve proibir em 1788 as oficinas de Açú e Mossoró, a “*fim de que os rebanhos do Rio Grande do Norte voltassem a ser levados e vendidos em pé, vivos, para os centros consumidores da Paraíba e Pernambuco*” (11).

Foi um golpe duro na burguesia mossoroense. Refletiu não apenas no comércio de carne, mas à medida que a proibição não atingiu as “*oficinas*” de Aracati, no Ceará, para lá foram transferidos os lucros da “*indústria de carne seca*”, revertendo em benefício de toda a atividade econômica daquela cidade, que se colocava como um polo comercial importante. Como Aracati se situava mais distante das capitais de Pernambuco e da Paraíba, a concentração da charqueada não competia com o ritmo de entrega do gado em pé, tal como fora denunciado no caso de Mossoró. Inclusive, porque a comercialização do gado em pé continuou sendo feita pelos potiguares nas feiras livres dos dois Estados vizinhos. Até a primeira metade do século XIX, o imposto sobre a criação era a principal fonte de renda do Estado, o que comprova a importância dessa atividade para a economia local. A partir da seca de 1847, essa participação vai decaindo, a agricultura passa a ocupar um espaço maior, embora a pecuária não seja de todo abandonada (12).

Aos poucos, vai-se configurando a vocação comercial mossoroense. Sua concretização como empório comercial tem como marco explícito a chegada dos navios da Companhia Pernambucana de Navegação que a partir de 1857 passam a fazer de Mossoró “*ponto de escala regular de suas embarcações*” (13). E bem visível que a partir de então a cidade passa a exercer uma forte atração para capitais comerciais localizados em outras cidades da região, bem como sobre imigrantes chegando ao Brasil, via Recife, que eram aconselhados a se estabelecerem em Mossoró, tal o dinamismo de seus negócios. Percebe-se por parte do poder local uma atitude explícita de incentivo ao comércio, inclusive com decisões em nível legal. Nesse sentido, em 11 de junho de 1868, foi baixada a lei nº 660, que objetivando desenvolver o comércio em Mossoró, estimulava a chegada de negociantes, oferecendo-lhes 5% de isenção, a quantos lá se fixassem. Essa medida já levava em consideração as características locais propícias ao desenvolvimento comercial, a vocação que já se delineava: Mossoró geograficamente localizada entre o sertão e o litoral, dispondo de porto (14) e funcionando desde algum tempo como um lugar de troca privilegiado.

Os incentivos legais funcionaram. Atraíram imigrantes estrangeiros que estavam chegando ao Brasil, via Recife, bem como comerciantes nativos até então estabelecidos em outros lugares do Nordeste, principalmente em Aracati, no Ceará, antigo empório comercial, que entrara em decadência e passava a ser pressionada pela vitalidade dos negócios mossoroenses.

Assim é que o suíço Johan Ulrich Graf e seus irmãos, que ao chegarem haviam se estabelecido na capital do Rio Grande do Norte, com a Casa Graf, casa exportadora que negociava diretamente com a Europa, transfere-se para a vila de Mossoró em 1868, de onde dá continuidade aos negócios de exportação. Neste mesmo ano, Joaquim da Cunha Freire, depois Barão de Ibiapaba, instala a Casa Mossoró & Cia., que comprava todos os produtos locais como algodão, couros, palha e carnaúba e os revendia tanto para o Sul, quanto diretamente para a Inglaterra. (15)

De acordo com Nonato, entre os anos de 1872 e 1874 são requeridas por numerosos estrangeiros licenças para se estabelecerem na praça de Mossoró, chegando a se registrar, nesse período, 18 firmas estrangeiras, entre elas Léger e Cia., Henry Adams e Cia., Teles Finizola, Gustavo Brayner, Guines e Cia., Conrado Mayer (16). Willian Deffen, alemão que comprava algodão e couros, alardeava em propaganda sua prática adquirida “*nos principais mercados do Norte do Brasil, da Inglaterra e da Alemanha*” (17). Em outro anúncio da época, H. Léger afirmava que:

“No armazém francês encontrarão respeitável público um completo sortimento de fazendas inglesas, francesas, suíças e alemãs, assim como grande sortimento de molhados que serão vendidos a dinheiro por preços nunca vistos nesta cidade.” (18)

Esses estrangeiros tiveram um papel preponderante na dinamização do comércio mossoroense. Chegaram trazendo seus capitais e uma visão comercial mais avançada, ampliando sensivelmente o “mercado de trocas”, principalmente com as facilidades de conhecimento com o mercado europeu, o que favoreceu enormemente a exportação de produtos locais, não industrializados, em troca da importação de produtos manufaturados europeus.

A emigração do Ceará foi responsável pela chegada, em Mossoró, dos Fernandes, durante a seca de 1877, e que viriam a exercer um papel fundamental tanto na economia local, dado o vulto e a diversificação de seus empreendimentos, quanto na política, de vez que seus membros exerceram cargos e mandatos não apenas em Mossoró, chegando ao cargo máximo do Estado, em 1934. Além disso, e o que é mais importante, desempenharam um papel extraordinário na constituição da classe dominante local, como classe cônica de seus interesses, voltada para sua realização, e extremamente eficiente, quando se tratava de fazer frente a eventuais atitudes da classe trabalhadora que viessem a pôr em questão a realização desses interesses.

Essa concentração de capitais cria uma burguesia comercial que produz uma cultura faustosa e refinada, extremamente cosmopolita. Através dos navios chegavam “os melhores tecidos da Inglaterra e França”, tafetás, sedas, tecidos finos que compunham o vestuário das filhas e mulheres dos ricos comerciantes. Mossoró recebe as grandes companhias teatrais europeias, tenores italianos, barítonos, que realizam gloriosas temporadas. Clássicos da literatura chegavam em caixões ao “Porto de Mossoró”; formavam-se grandes bibliotecas individuais. Junto com os artigos manufaturados, os navios faziam chegar fragmentos de comportamento, detalhes do modo de vida, aspectos de uma cultura que fazia eco principalmente junto aos imigrantes estrangeiros, mas que se espalhava por toda a comunidade de negócios. Resulta daí não apenas o farfalhar das sedas e tafetás francesas e inglesas, mas também uma dinâmica cultural atípica da região. Esse cosmopolitismo pode ser expresso, por exemplo, no fato de que, do final do século passado para início do atual, havia em Mossoró cerca de 100 pianos (19).

Esse dinamismo econômico e cultural pode ser evidenciado também através do jornalismo local. Em 1872 é fundado “*O Mossoroense*”, expressão do pensamento conservador, que conseguirá sobreviver até os dias atuais. Nas primeiras décadas do século, surgiriam também “*O Nordeste*”, em 1916, e o “*Correio do Povo*”, em 1925, que viriam a ser porta vozes do pensamento liberal na década de 30.

Mossoró, “empório comercial”, tem seu apogeu em 1877 e permanece pelo menos até 1920, mesmo com alguma perda de importância. Ano de grande seca, 1877 aparece como o momento particular em que tal vocação econômica é consagrada, com a conjunção de interesses entre o capital comercial que estava se fixando na região e a atividade agropastoril que se mantinha desde o início, formando-se a partir dessa aliança uma elite agrário-comercial que se manteve sólida e ativa durante o resto do século e o primeiro quartel do século XX.

A violenta seca de 1877 atraiu para Mossoró levas e mais levas de retirantes. Vinham de toda a região oeste em busca de qualquer meio de sobrevivência e era lá que concentravam suas esperanças, dado o destaque que a cidade tinha para as regiões circunvizinhas. São tão numerosos, que chegam a duplicar a população local, com a presença de milhares de flagelados, que rapidamente chegam a somar 25.000 (20).

Curiosamente, a seca funcionou como definidor do apogeu comercial mossoroense, sendo o elevado número de imigrantes um dos elementos vitais a essa definição. Em primeiro lugar, porque o governo concentrou em Mossoró os recursos destinados a toda a região, dada a situação da cidade, cuja fisionomia fora completamente transformada pelo excedente populacional. Em segundo lugar e em consequência, porque o governo passa a adquirir no mercado local gêneros alimentícios necessários ao consumo desse contingente. Terminada a seca, os comerciantes dispõem de grandes capitais, com os quais passariam a investir em outras atividades econômicas, como por exemplo, na Indústria do Sal.

Com efeito, data de 1877 a exploração regular das salinas locais, montada com dois pilares, os capitais concentrados a partir do comércio e a mão de obra retirante que é incorporada às salinas como força de trabalho quase gratuita.

Esse exército de miseráveis foi de grande importância na concentração da riqueza local. Acossados pela fome, sujeitavam-se a qualquer tarefa, para conseguir um pouco de alimento. A extensão da seca que dizimara o meio de transporte de mercadorias comumente utilizado, o burro, coloca como alternativa de sobrevivência para os retirantes as-

sumir-lhes o lugar. Assim, os comerciantes passam a utilizar essa força de trabalho para cumprir os seus compromissos, de polo comercial, no transporte das mercadorias para as cidades vinculadas àquele empório, mantendo a regularidade nas entregas. A história da época registra que,

“Esses gêneros (...) eram conduzidas para os sertões, como Catolé, em cabeça de gente, recebendo cada indivíduo para transportar até ali o peso de 30 kg., distância de cerca de 192 km., 32 léguas, a quantia de 4.\$000” (21).

Em rápidos traços, assim se “construiu” a riqueza mossoroense no período. Nada de novo no que tange à cor e ao cheiro desses capitais: moedas cheirando a suor e sangue. Capital que se converte em alavanca impulsionadora do padrão de vida das elites mossoroenses. O que foi retirado diretamente de milhares de flagelados atormentados pela fome e pela sede, através da mais valia absoluta, soma-se ao que foi adquirido na violenta especulação dos preços dos gêneros comercializados entre os negociantes e o governo. Ou seja, desde o século passado a seca é esse momento mágico em que alguns aumentam violentamente seu patrimônio, enquanto milhares perdem silenciosamente qualquer possibilidade de uma vida digna.

O ciclo comercial, ou seja, Mossoró como empório comercial que importava e exportava com desenvoltura, começa a dar sinais de exaustão na segunda década do século XX.

Entre 1924 e 1926, podemos situar a derrocada da economia mossoroense, com o êxodo de comerciantes para outras praças, e mesmo falências em grande estilo. O que teria causado o fracasso repentino? De um lado, a ausência de meios rápidos de locomoção, a lentidão com que se fixavam os trilhos da linha férrea, enquanto que outras cidades começavam rapidamente a dispor de linhas de transportes rápidas e seguras. Assim, é que Campina Grande, cidade do Estado da Paraíba, que já há algum tempo crescia como praça comercial, aos poucos vai ultrapassando Mossoró. Favorecida pela rede de transportes automobilísticos, ganha a hegemonia comercial de parte significativa da região Nordeste.

A Estrada de Ferro de Mossoró, velho sonho dos comerciantes locais, como o suíço Ulrich Graf, que em 1875 conseguira do Governo Federal a concessão para sua construção, teve seu primeiro trecho inaugurado somente em 1915. Junto com a corrida pela Estrada de Ferro, Mossoró perdera o privilégio de centro comercial mais importante. Alguns mais previdentes, percebendo a lentidão com que se desenrolavam os trabalhos e principalmente o quanto as cidades que

dispunham de um complexo de transporte eficiente podiam potenciar seus negócios, deixaram para trás os tradicionais comboios e as estradas de difícil trajeto e passaram a se fixar em locais mais acessíveis aos caixeiros-viajantes, a nova tática do comércio, hábeis em manipular as amostras de seus produtos e em providenciar a sua chegada até os clientes. À medida que alguns capitais retiraram-se, a praça como um todo foi abalada. Eram antigos fregueses que passavam a procurar os novos centros, atraídos pelas novidades e pelas condições de pagamento com que os comerciantes mossoroenses em início de crise, já não podiam concorrer. Aos poucos os clientes foram se limitando a enviar para Mossoró a amortização de suas dívidas, carreando créditos para a abertura de contas em novas praças. Gradativamente, a atividade comercial local vai-se encolhendo, riquezas vão desaparecendo como por encanto. *“Da grande e poderosa firma Cavalcanti e Irmãos, um dos sócios mais antigos tinha mais de 700 contos em 1922. Mas, dois dias depois, seus haveres na firma reduziram-se a 150 contos”* (22).

Multiplicam-se casos semelhantes. Pouco a pouco a débâcle comercial se evidencia. Esgota-se assim a vocação de empório comercial mossoroense. A pecuária e a agricultura são retomadas, enquanto que a extração do sal, que desde 1877 começara a ser uma atividade econômica permanente, passa a ser alvo de maior atenção.

Essa referência breve a alguns elementos construtivos da economia mossoroense dá forma por sua vez ao surgimento de um proletariado abundante que será absorvido pela atividade salineira, que demonstrará ser uma fecunda opção de investimento para os capitais liberados da exploração comercial.

A referência às salinas norte-rio-grandenses é uma constante desde os primórdios de nossa colonização. Uma das primeiras citações é a de um documento de 1605, em que Jerônimo de Albuquerque destina aos seus filhos, Antônio e Matias, salinas que se localizariam 40 léguas ao Norte, em terras onde existe sal em abundância, naturalmente concentrado pela disposição do terreno que, de resto, não serviria para qualquer outro cultivo, que não a colheita do sal (23). Frei Vicente de Salvador também se refere na 1ª História do Brasil “às salinas onde naturalmente coalha o sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações” (24). Data deste período, também, as comparações entre o sal norte-rio-grandense e o sal espanhol que abastecia o comércio internacional, que se referem sempre ao nosso sal como sendo melhor, mais alvo e mais forte que o de Cádiz, na Espanha.

Em 1630, Adriano Verdonck, em viagem de observação ao Rio Grande do Norte em favor dos holandeses, dá conta da existência de muito sal, “*havendo depósitos extensos e naturais, alvíssimos, mais forte que o espanhol*”, que era carregado em “*barcas de 45 e 50 toneladas num lugar; 60 milhas para o Norte*” (25).

Até o século XIX, embora as referências à quantidade e qualidade do sal potiguar sejam constantes, a colheita e a comercialização do sal para todo o país se realizam de maneira pouco sistemática. A colheita intensiva do sal somente seria iniciada durante a grande seca de 1877. Tanto assim, que apesar de concentrar significativo pedaço do parque salineiro, a participação deste produto no quadro geral da economia local, somente por esta época passaria a preponderar sobre outros produtos e atividades.

Desse modo, apesar do sal vir sendo colhido e comercializado desde o século XVII, era uma atividade apenas parcialmente explorada. O ano de 1877 marca então o momento em que a classe dominante se volta com mais interesse sobre ela, principalmente porque a quantidade de mão de obra disponível, a preços baixos, favorecia a exploração intensiva das salinas. Contudo, somente no início do século XX é que o sal começa a participar com crescente importância da receita do Estado.

Vale ressaltar que a produção do sal é uma atividade bastante sensível às influências climáticas. Chuvas em abundância, as invernações, por exemplo, alagam os cristalizadores, soterram o sal embaixo da lama e “*desmancham o sal amontoado nos aterros*” (26).

A relativa importância que o sal vai assumindo na economia estadual faz com que sua colheita seja olhada com mais seriedade e que se busque resolver problemas relacionados com as intempéries e – principalmente – que se busquem processos de trabalho mais rentáveis, o que vai acontecer a partir de 1915.

Durante a década de 20 a indústria do sal em Mossoró permaneceu muito pouco produtiva, contrariando o verdadeiro “*boom*” registrado na década anterior e principalmente durante a Primeira Grande Guerra. Os métodos de extração do sal, considerados deficientes, eram responsáveis pela produção de um sal, que, embora fosse naturalmente de boa qualidade, terminava por determinar um produto com pouco rigor em seus elementos constituintes, como demonstram análises feitas de amostras do sal, colhidas de uma mesma fonte e na mesma hora.

De outro lado, havia ainda o problema do transporte marítimo do produto, que punha em dificuldade as firmas produtoras que não eram

proprietárias de navios de carga. Aquela época, o grande consumo do sal partia das charqueadas do Rio Grande do Sul. O transporte para varar os extremos do país era de fato um grande problema, mas não era o único. O baixo controle de qualidade, sem que se levasse em conta criteriosamente o tempo de “cura” do sal, fazia com que ele fosse rejeitado nos pampas gaúchos, o que forçou a que se fizessem uma observação mais rigorosa da qualidade. Aos poucos, o sal melhorado passou a ser recebido com mais facilidade, o que foi vital para um novo impulso na indústria salineira. De outro lado, a crise econômica mundial que se espraia pelos anos 30, opera no caso do Brasil, no sentido de limitar as importações. As facilidades de mercado trazem, em consequência, a valorização da atividade, que passa a atrair inclusive grandes capitais do eixo sul e sudeste. Inaugura-se assim um novo ciclo de expansão da indústria do sal.

Recorde-se ainda que depois de meados de 1928 o empório comercial sucumbe, restam os capitais que se livraram da bancarrota, e estão à procura de novos objetos de investimento. A indústria salineira, agora mais fortalecida com a barreira às importações, lhes parece uma promissora atividade. Tanto mais, que os sucessivos malogros dos comerciantes entre 1924 e 1927, forçaram seus capitais a ser subdivididos, o que impôs um reordenamento na fração da burguesia que se dedicava ao comércio. A possibilidade de lucro mais tentadora é a da indústria do sal. Os comerciantes atiram-se a ela. Lá, a recém-formada burguesia industrial encontrará uma mão de obra mal remunerada, trabalhando sob as condições mais precárias, desenvolvendo processos de trabalho totalmente manuais, um verdadeiro exército disposto a trabalhar duro em troca de magros salários, produzindo alqueires e alqueires de sal alvíssimo, quase incandescente, que seria despachado para todo o país. Poderia haver perspectiva mais auspiciosa?

Como consequência direta desse reordenamento econômico, temos a concentração de um expressivo contingente de trabalhadores nas salinas. Diferentemente da pecuária ou do comércio, que demandavam escassa mão de obra, a produção do sal, desenvolvida de forma artesanal, de baixo teor tecnológico, com todas as tarefas manuais, dependia de numerosa força de trabalho para sua realização.

Esse proletariado emergente vai expressar essa magnitude ao marcar definitivamente a história urbanística da cidade, tal como ressalta Felipe Lacerda:

“A reorganização do espaço urbano pode ser observada pelo surgimento dos bairros operários como, Bom Jardim, Paredões e Baixinho, povoados numa fase de ocupação pelos trabalhadores das salinas” (27).

A sazonalidade da atividade salineira, provocada pela chegada das chuvas que impedem a colheita do sal, teria consequências na formação desse proletariado e exerceria uma influência decisiva sobre sua trajetória. O contingente operário diferenciava-se em 2 categorias: os chamados operários *“profissionais de salina”* ou trabalhadores permanentes, e os temporários, que combinavam essa atividade com o trabalho no campo. Esses últimos fazem a colheita do sal e, em janeiro, com as primeiras chuvas, retornam à agricultura. Limpam, plantam, colhem e entram em novo período de ociosidade. E o tempo em que se reinicia o trabalho nas salinas e para lá são atraídos assalariados rurais, parceiros, meeiros e até mesmo pequenos proprietários que buscam assegurar a sobrevivência durante a entressafra agrícola.

Em Mossoró, essa composição de jornada de trabalho era muito praticada, sendo um dos grandes fornecedores dessa força de trabalho, a região do Vale do Açu, tradicional área de cultivo de grãos e de carnaúba. De lá, a cada setembro saía um número expressivo de trabalhadores que durante alguns meses trocavam as enxadas pela picareta e o bisaco pelo balaio.

A Aliança Liberal

Ao final da década de 20, chegam a Mossoró os rumores dos embates políticos que, em nível nacional, a sucessão presidencial suscitava. A ressonância em termos locais era pequena. Os políticos tradicionais do Estado estavam comprometidos com o Governo Washington Luís e, em nível da administração estadual, o Governador Juvenal Lamartine não permitia qualquer espaço à oposição. Formalizada, a Aliança Liberal passa a contar com o apoio de Café Filho. Em Mossoró, a adesão à Aliança se dá principalmente entre setores de classe média, jornalistas e pequenos comerciantes, já comprometidos com o cafeísmo.

Mesmo de maneira tímida, a campanha da Aliança Liberal se desenrola em Mossoró, chegando, inclusive, a receber por duas vezes a *“Caravana Luzardo”*, que percorria o Brasil levando a pregação liberal. Apesar dos comícios, a repercussão não chega a ser significativa. O apoio à Aliança Liberal permanece restrito aos *“cafeistas”*, não se ampliando com adesões dos políticos locais, principalmente, porque cada

um podia ter até suas preferências em nível nacional ou estadual. Mas em Mossoró, vigorava um acordo político pelo qual as famílias tradicionais se juntavam e decidiam quem seria o candidato a prefeito, deputado ou vereador. Não havia disputa política.

Em primeiro de agosto de 1929, é fundado o Comitê Pró-Aliança Liberal. Em fevereiro de 1930, há o primeiro comício da Aliança na cidade, com diversos políticos do Sul do País, Batista Luzardo à frente (28). Em 26 de fevereiro, se dá o segundo e último comício da Aliança na Praça da Redenção. Chega o dia da eleição. Apurados os votos, das 1981 pessoas aptas a votar, votaram 801 com a oposição e 1004 se abstiveram. Os 86 votos na oposição dos “*Liberais de Mossoró*”, vistos com a distância histórica de hoje, embora pareça não ter grande significação, representam um ato de grande coragem, de heroísmo até. Naqueles tempos de voto em aberto não se ficava contra o Governo, sem que isso tivesse o seu preço. E eles pagariam caro pela rebeldia.

Dado a conhecer o resultado final das eleições, as conversas de “*co-meço-de-noite*” passam a ter como assunto o “*Conflito de Princesa*” (29). Dizia-se que o Deputado José Pereira, chefe político de Princesa, na Paraíba, homiziava cangaceiros e que estava colocando-os na luta política. Havia rumores insistentes de que esses cangaceiros estariam atravessando a fronteira para o Rio Grande do Norte, para açoitarem pessoas que tivessem votado com o Governo da Paraíba. A proximidade geográfica entre Mossoró e o cenário desses conflitos tornava a todos temerosos.

A situação local também era preocupante. A seca prolongada acrescentara à população urbana centenas de trabalhadores rurais que, sem trabalho, corriam para a cidade em busca de uma ocupação que lhes garantisse o sustento. No dia 13 de abril de 1930, fazem circular um manifesto, assinado “*O Povo*”, e saem em passeatas pela cidade, reivindicando trabalho (30).

O “*Conflito de Princesa*” continua a ressoar. A imprensa lhe dedica grande espaço, principalmente pelas consequências que ela traz aos mossoroenses. Em julho, chegam as famílias Maia e Saldanha, “*procedentes da Paraíba e perseguidas pelos elementos de Princesa que dão morras à Aliança*” (31). Quinze dias depois morria João Pessoa. Comoção geral. O clima fica tenso. Os jornais escrevem artigos inflamados. “*O Nordeste*” dá destaque à frase de um operário: “*Mataram o Brasil*” (32).

Chega outubro e com ele a Aliança Liberal toma o poder. Em Mossoró, os liberais exultam.

“Nesse dia, o povo de Mossoró vibrou de contentamento, principalmente os membros em evidência do Comitê Liberal Revolucionário desta cidade que já vinham sendo vítimas de perseguições políticas uns e ameaças, outros. Ao anoitecer, uma grande passeata percorreu as ruas da cidade vivendo a revolução, entusiasticamente” (33).

Os liberais, até então muito discretos, assumem publicamente sua posição e passam a se comportar como vitoriosos. Dirigem-se em passeata à Prefeitura e em nome da Revolução, José Otávio, um dos líderes da Aliança Liberal, recebe as chaves das mãos de Saboya, o Prefeito àquela época. A Força Pública é assumida por Joaquim Saldanha, fazendeiro tangido da Paraíba, por votar em João Pessoa, que é investido na patente de Coronel.

Mas a vitória da Aliança Liberal traria grandes decepções aos liberais mossoroenses. Logo de início, houve uma denúncia à Junta Provisória, que assumia o comando do Estado, de que, em Mossoró, um grupo de centenas de comunistas iria atacar as autoridades e o comércio. A denúncia, cuja autoria deve ser creditada aos opositores da Aliança, criou na cidade um clima de grande apreensão. Chegaram a ser organizados grupos que percorreram os subúrbios à procura dos tais comunistas e nada encontraram. As repercussões da denúncia vieram sob a forma de muitos boatos, constrangedores para os aliancistas, de que estaria sendo esperada uma lista que viria do Rio de Janeiro, a qual conteria o nome dos comunistas da cidade, e que incluiria pessoas de destaque. Evidentemente esses boatos tinham um endereço certo: visavam a desgastar perante a Junta Revolucionária e perante a comunidade mossoroense os vitoriosos.

No Rio Grande do Norte, a Aliança Liberal expressava uma nítida tensão entre as duas alas que a constituíam. Entre 1930 e 1934, quando afinal os “*decaídos*” retornaram ao governo do Estado com José Augusto, no interior da Aliança, essas duas alas, o cafeísmo e a facção mais conservadora, estiveram sempre empenhadas numa disputa acirrada pelo poder, na qual os cafeístas pouquíssimas vezes conseguiram saborear pequenas vitórias. Em Mossoró, no entanto, essa disputa não se registraria. Lá, os cafeístas eram a única força a apoiar a campanha liberal. A composição do cafeísmo era basicamente setores de classe média, além da tentativa de incorporação de setores do proletariado onde disputavam espaço político com o PCB. Mas, mesmo sem ter que lutar por hegemonia, os cafeístas mossoroenses sofreram duros reveses. Além de não contarem em suas fileiras com nomes de ressonância fora dos limites da cidade, a prática política de Café Filho, ao buscar a adesão da classe trabalhadora, atraíra para seus seguidores o ódio de toda a bur-

guesia local. Afinal, por sua escolha estava à frente da Prefeitura Municipal, Saboinha, Diretor da Estrada de Ferro e notório perseguidor do operariado, desde os tempos da Liga Operária. O recurso encontrado pelas elites locais, para bombardear a vitória dos aliancistas, foi colocá-los, a todos, sob suspeição como comunistas. Daí os boatos e denúncias que penalizaram os vitoriosos, como expressa a queixa do jornalista, um dos atingidos: *“E de admirar que esses perrepistas venham influir tanto na vida revolucionária em prejuízo dos liberais”* (34).

Como resposta a essas denúncias, foi despachado de Natal um contingente policial com ordem de prender os *“comunistas”*, ou seja, os nomes mais expressivos entre os aliancistas locais como Amâncio Leite, José Otávio, Raimundo Juvino e outros. Tal ordem não se concretizou porque o jornalista Martins de Vasconcelos, também liberal, sendo informado antes da chegada do contingente, apressou-se a encontrá-lo na entrada da cidade e desmentiu a acusação. Não foram presos, mas esse episódio foi um rude golpe jamais absorvido. Durante o período em que a Aliança Liberal esteve no poder, sentiram-se sempre constrangidos, principalmente diante dos adversários políticos, pelo tratamento que lhes fora dispensado pelos correligionários liberais. Essa perplexidade seria uma constante. Entre 1930 e 1934, se por breve período sentiam-se prestigiados, no momento seguinte caíam em total ostracismo, chegando mesmo a serem diretamente hostilizados. Essa situação prosseguiu alternando-se de tal modo que, mesmo que em algum momento alguns de seus integrantes tenham chegado a ocupar cargos importantes, jamais puderam sentir-se no poder, como pode ser ilustrado a partir do seguinte fato: Em 1933, Getúlio Vargas visitou Mossoró. As elites locais planejaram a recepção em sua homenagem e toda a programação, excluindo a presença de *“todos os representantes da ala cafeístas, inclusive o prefeito a quem foi negado o direito de cumprimentar Getúlio. Só com muita relutância, foi permitida a sua presença no encontro”* (35). O prefeito, Raimundo Juvino, fora um dos iniciadores do movimento liberal em Mossoró.

Essa série de desencontros entre os aliancistas mossoroenses e a direção do movimento no Estado tivera início quando da nomeação do primeiro prefeito revolucionário. Estava respondendo interinamente pela prefeitura o jornalista José Otávio, desde quando, à frente da passeata comemorativa no dia da vitória, solicitou e recebera as chaves das mãos de Saboya, ficando como prefeito interino. Aguardava-se a nomeação do prefeito efetivo e a expectativa era de que a escolha recaísse sobre algum dos aliancistas históricos. No entanto, foi nomeado o Cônego Amâncio Ramalho, de notórias ligações com os perrepistas, frus-

trando profundamente os liberais, tal como se depreende pelo comentário: “*consta que os membros do Comitê Liberal desta cidade, que arrastaram o ódio do governo decaído, não receberam com simpatia a nomeação (...)*” (36). Embora ligado localmente aos perrepistas, o Cônego Amâncio Ramalho, durante o “*Conflito de Princesa*”, foi visto, frequentemente, rompendo as madrugadas, atravessando o sertão, carregando armas para a luta de João Pessoa. Sua indicação, com toda certeza, deve ter partido de lá, tal como a do 1º Interventor do Estado, Irineu Joffily, importado da Paraíba para o Rio Grande do Norte.

Logo que Irineu Joffily toma posse, nomeia Cônego Amâncio Ramalho prefeito de Mossoró. Os liberais perplexos entram em contato com Batista Luzardo, que envia uma carta ao Interventor, onde aborda a questão:

(...) “Sem querer ferir nem suscetibilizar quem quer que seja, pediria licença ao nobre correligionário para solicitar sua atenção para os correligionários de Mossoró, aqueles que, desde os primeiros dias da Aliança Liberal, se colocaram ao lado da nossa causa, por ela se bateram valorosamente nas cenas e se identificaram em todas as suas fases. Cito nominalmente o município porque testemunhei pessoalmente, quando da minha excursão ao Norte, a vibração e o entusiasmo cívico do seu povo, orientado criteriosamente pelo Comitê Local da Aliança Liberal, a cuja frente está o Sr. Dr. Alberto Medeiros, portador desta. Acresce que sendo Mossoró, como incontestavelmente é, uma cidade culta e de próspero desenvolvimento, deve, por isso mesmo, merecer os nossos cuidados, para que não seja cobiçada pelos oportunistas e adesistas de todas as horas, sempre alertas para formarem à frente os verdadeiros vanguardistas” (37).

A carta prossegue com mais um parágrafo, onde Luzardo insiste na questão. Foi uma carta incisiva e Irineu recuou, demitindo Amâncio Ramalho, quando os “*perrés*” de todo o Estado já comemoravam sua escolha.

As atribulações porque passaram os aliancistas de Mossoró depois da vitória de outubro, pode ser explicada por dois ângulos. De um lado, o quadro político do Rio Grande do Norte, onde a expressividade da Aliança era muito modesta, sobressaindo-se apenas na região oeste, Mossoró e arredores. O resultado da votação de 1930 não deixa dúvidas. Os representantes da Aliança Liberal no Estado eram elementos de pouca projeção política fora do Estado, sem qualquer mandato, oriundos de classe média, a maioria dedicando-se à atividade jornalística. Café Filho, a figura

de maior densidade política como oposição, era conhecido como “*comunista*”, o que lhe valeu a desconfiança dos próceres da Aliança, extensiva a todos quantos dele se aproximassem. As elites souberam trabalhar o fantasma do anticomunismo muito bem. Os políticos, derrotados com a ascensão da Aliança, aproximaram-se dos Interventores, influíram em suas administrações, mas mantiveram sempre muita reserva para com Café Filho e seus seguidores. Assim desabafa um dos seus grandes amigos:

“Era um homem honesto. Tudo quanto se disse a respeito da honestidade dele não foi mais do que intriga de seus inimigos. E ele os teve tremendos. Os piores do Rio Grande do Norte foram inimigos de Café. Eram impiedosos. Inclusive Dinarte Mariz, no começo. Era adversário tremendo dele. Arrumou 6 bandidos para matar Café. Todo mundo sabe disso aqui no Rio Grande do Norte. Quem não diz é porque não quer dizer” (38).

Por outro lado, a decepção dos liberais mossoroenses encontra explicação na própria natureza daquele movimento político, que em nenhum momento se dispôs a mudar as regras do jogo, e nisso estava incluído um bom relacionamento, a não ruptura com as forças que se dizia derrotar. A resposta que os aliancistas procuravam dar, era demonstrar publicamente o seu compromisso, na esperança de que isso lhes fosse favorável. Assim, a 29 de dezembro de 1930, reúnem-se e fundam a “*Legião Revolucionária de Mossoró*” (39). Mas, isso não parece autorizá-los perante os dirigentes da Aliança. Os jornais, porta-vozes desse grupo, publicam sempre artigos lamurientos, onde rememoram os acontecimentos de outubro e reclamam da pouca atenção dada pelas Interventorias Estaduais aos Liberais: “*em nenhum Município, o elemento liberal foi tão decepcionado, em começo principalmente, pelas forças do novo regime da capital, como em Mossoró*” (40).

Amâncio Leite é nomeado para suceder ao Cônego Ramalho na Prefeitura Municipal. Apesar do regozijo dos liberais, sua permanência no cargo é pequena, entrando logo em atrito com o Interventor e pedindo demissão. Ocorre que o “*Correio do Povo*”, jornal ao qual era ligado, publicou artigos criticando a permanência, nos cargos de direção do Estado, de pessoas notoriamente ligadas ao perrepismo. O Interventor, irritado com o jornal, pede ao prefeito que “*tenha entendimento com o diretor do mesmo jornal, evitando sejam tomadas medidas de outra natureza*”. Em resposta, Amâncio Leite, telegrafa dizendo:

“Lastimo cumprir primeiramente indeclinável dever de estranhar também atitude V. Excia. em nunca haver respondido, desde assumir Interventoria, um só despacho entre muitos que tenho endereçado a V. Excia, sobre interesses desse Município” (41).

Esta era a relação entre os Liberais mossoroenses e o Governo revolucionário no Rio Grande do Norte.

Mais um centro aglutinador do pensamento liberal é formado, em nível estadual, em 15 de setembro de 1931, por Café Filho e seus aliados, o Centro de Defesa dos interesses do Rio Grande do Norte. Todos os presentes repetiram o juramento:

“Prometemos, pela nossa honra cívica, dar toda nossa energia em defesa dos ideais da revolução de outubro, implantando no Rio Grande do Norte, o regime de moralidade, justiça e liberdade” (42).

Em janeiro de 1932, os liberais se reúnem no 1º Congresso Revolucionário do Rio Grande do Norte. O Congresso contou com a participação de Café Filho, Sandoval Wanderley e Enzo de Gusmão e discutiu os seguintes assuntos: A Constituinte e sua oportunidade, problemas do sal, problemas da seca e o prolongamento da Estrada de Ferro (43). A realização de congressos e formação de centros pelos liberais parece ter a clara intenção de apresentá-lo como o polo liberal do Estado, o que não adiantava muito, porque não contavam com o apoio sequer dos Interventores, que dado o clima político tenso no Estado, ficavam divididos entre a aproximação com as elites conservadoras e o apoio ostensivo que os liberais lhes pressionavam a aceitar.

A propósito da permanência dos perrepistas em cargos administrativos e políticos, “*O Nordeste*”, em longo artigo, analisa a ambiguidade política da Aliança e cria a categoria dos Cascardistas: “*gostam de Cascardo, não gostam de Café*”, leem “*A Tarde*”, não gostam de “*O Nordeste*” e “*O Jornal*”. O mesmo jornal comenta a recepção insultuosa de que foram vítimas Café e sua comitiva, quando em campanha pelo Centro de Defesa do Rio Grande do Norte, estiveram em Flores e em Caicó, encerram “*quase foram linchados pelos Prefeitos*” (44).

Por essa época, agrava-se a situação de seca que tivera início há algum tempo. Mossoró, cidade polo da região, transforma-se em destino de levas e levas de flagelados, à procura de qualquer trabalho, qualquer oportunidade de resolver a fome que grassava. Lá chegando, deparavam-se com a inexistência de trabalho; a construção da Estrada de Ferro fora

paralisada e nenhuma grande obra que pudesse absorver tanta mão de obra. As sociedades Liga Operária, União dos Artistas e Centro dos Artistas, se reúnem e enviam telegramas aos Ministérios do Trabalho e da Viação, expondo a situação da miséria e sugerindo 3 medidas para criar empregos: continuação da Estrada de Ferro de Mossoró, construção de Estradas de Rodagem e construção do Açude Canto da Lagoa (45).

Continua a seca e os flagelados perambulam pela cidade. O Ministério da Viação responde às constantes solicitações de ajuda, autorizando o prosseguimento das obras de construção da Estrada de Ferro no trecho Caraúbas-Boa Esperança. Rapidamente foram incorporados 2.500 homens. Ao mesmo tempo, liberou a contratação de quantos procurassem serviço na construção de Estradas de Rodagem. O prefeito, em resposta, propõe que seja construída a Estrada Mossoró-Limoeiro, o Açude Passagem Funda e encerra o telegrama dizendo que *“se reserva o direito de doar passagens para as pessoas que queiram tentar a sorte noutra lugar”* (46). A Cruz Vermelha também é convocada e chega a Mossoró, com a tarefa de profilaxia e demais medidas de saneamento da população flagelada, que se concentrava na zona oeste de Mossoró e Açú. Por todas as cidades próximas aos trabalhos públicos se encontravam alguns milhares de famintos, entre os que haviam conseguido lugar nas obras e os que permaneciam desocupados. Acrescia esse contingente as inúmeras levadas de flagelados que para lá se locomoviam, atraídos pela esperança de um emprego nas obras, a chance de mitigar sua fome e de sua família. *“Muito humilhante, uma multidão de seres humanos, famintos, esfarrapados, doentes a implorar trabalho para não perecer de fome”* (47).

As Associações Operárias procuram intervir telegrafando aos Intervenores do Sul e ao Ministério. Solicitam ajuda em gêneros alimentícios. Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, em resposta, envia para os flagelados *“3 toneladas de charque, feijão e arroz”* (48), mas o aumento diário do número dos necessitados tornava essas medidas insuficientes. A administração municipal passa a incentivar a migração de parte desse contingente, oferecendo-lhes transporte gratuito para a região Norte. A partida dessa primeira leva de flagelado foi assim descrita por *“O Nordeste”*:

“Eram pouco menos de 900 homens e mulheres que apinhavam 6 pranchas enormes, descobertas, ao sol, sem conforto algum. Essa enorme massa era quase exclusivamente desse município, contando-se até uma grande parte de agricultores que deixaram a sua vivenda, onde outrora a roça lhe dava o sustento e a alegria da vida. Em Areia Branca, esperava um enorme contingente para juntos seguirem para Manaus e Pará no vapor Itapagé” (49).

As atividades da cidade sofrem a influência da crise causada pela seca. A própria fisionomia da cidade se transforma, com a presença dos flagelados. Outras pessoas que não chegam a disputar lugar nas obras públicas procuram formas alternativas de resistir à fome, como deixa perceber esse artigo:

“Todos os dias perambulam pelas ruas, pobres pais de famílias e crianças, vendendo cargas de lenha, trazidas em magros jumentos, sem acharem quem as compre! Faz pena ver tanto esforço sem um apoio que lhe venha amparar. Senhores ricos vão comprando essa lenha, que vos servirá, ao mesmo tempo em que ireis, assim, matando a fome de nossos miseros irmãos” (50).

Continuam as doações de passagem para quem quiser ir para o agreste, menos castigado pela seca. Diariamente, cerca de 60 pessoas procuram essa alternativa (51).

Com a posse de Bertino na Interventoria do Estado, os cafeístas são prestigiados com a nomeação de Tertuliano Ayres Dias para Prefeito de Mossoró. Por essa época, em São Paulo, o movimento constitucionalista está efervescente e de Mossoró são enviados contingentes para lutar em defesa da Aliança. Por outro lado, circulam insistentes boatos de que haveria um levante do Tiro de Guerra aí sediado em favor do movimento paulista. Foram detidos *“Lauro da Escóssia, João Marcelino, Joel Carvalho, Francisco Queiróz”* (52), opositores da Aliança Liberal, sob a acusação de estarem articulando um movimento armado de apoio a São Paulo.

A atenção da cidade, voltada para o movimento do sul, é quebrada pela notícia de saque nos Armazéns da Estrada de Ferro, que abasteciam os operários absorvidos no trecho Mossoró-Porto Franco:

“Eram operários e exploradores segundo verificou a policia que já aprisionou mais de 40 pessoas. houve luta e foram baleados 2 meninos flagelados que se acham no hospital. A grande maioria de atacantes pôs fuga os guardas, dando ensejo à execução do saque” (53).

Isso demonstra a natureza das relações entre a Aliança Liberal e os trabalhadores. A iniciativa dos flagelados premiados pelo desespero da fome, os liberais respondem jogando a polícia em cima de hordas famintas e maltrapilhas. Onde há diferença entre esse comportamento e o do Governo anterior a 1930?

É nessa conjuntura de crise social que tem início o trabalho de organização sindical em Mossoró, sob orientação do Partido Comunista.

Os liberais, na condição de agentes de sindicalização do governo Vargas, incentivam a iniciativa dos trabalhadores, abrindo espaço em seus jornais para artigos sobre o tema:

“Opera-se neste município um verdadeiro ressurgimento do direito das classes com a criação de sindicatos (...) sindicalizam-se os pedreiros, outras classes e as diversas sociedades locais” (54).

Esse apoio, no entanto, perderia bastante em intensidade à medida que os trabalhadores, em sua prática sindical, passaram a lutar contra a super exploração a que estavam submetidos, transformando o sindicato em instrumento de seus interesses de classe.

Muda novamente a administração municipal. Com a renúncia de Tertuliano Ayres, assume Raimundo Juvino de Oliveira, membro do “*Club 3 de Outubro*”. Logo no início de sua gestão, ocorre a primeira greve dos salineiros, que vão em comissão até o Prefeito, pedindo “*melhorias de trato e salário*”. O prefeito expede convite aos proprietários de salinas para discutirem a questão. Realizado o encontro, que contou com a presença de poucos proprietários, não se chegou a um acordo, assim se referindo ao fato jornal “*O Nordeste*”, porta-voz oficioso da Administração.

“Não se pode porém agora dizer que nas salinas os operários estejam trabalhando pela hora da morte, como nas obras públicas de rodagem, que mal ganham para passar miseravelmente. A padronização das medidas do sal, a higiene, a regulamentação de preços nos fornecimentos e outras medidas, são de fácil viabilidade e incontestável valor para a boa marcha da organização do próprio trabalho, para a boa vontade do operário e para a aprovação do público” (55).

Quer dizer, o apoio do poder público liberal à reivindicação salarial foi insignificante, embora tivesse “*dourado a pilula*”, apoiando outros pleitos melhoria das condições de trabalho e a regulamentação dos preços. Primeira saída é compará-los aos flagelados, desgraçadamente sobrevivendo às custas das esmoladas do poder. A superexploração das salinas não comove os corações liberais, do mesmo modo que não comove os corações de seus proprietários.

Começa o ano de 1933 e o inverno abundante escancara mais uma vez a verdadeira razão de produção e reprodução de tanta miséria. A chegada do inverno não modificou a existência dos milhares de flagelados, pois até os que têm terra não dispõem de recursos para a compra de

sementes e outros insumos que lhes possibilitem dinamizar uma produção mesmo que de subsistência.

Em abril deste ano, é fundado em Natal o PSN Partido Social Nacionalista – Café Filho à frente, que conta com a adesão dos liberais mossoroenses. Compõem o Diretório, além de Café Filho, Pe. José Calazans, Tenente Sérgio Marinho, Dr. Aníbal Martins Ferreira, Rodopiano Azevedo, Joaquim Saldanha e Pedro Dias Guimarães. Contaram como apoio de dois prefeitos, também da região oeste: Benedito Saldanha, de Apodi e Jonas Gurgel, de Caraúbas. Como se vê, desde outubro de 30, até abril de 33, a corrente liberal do Estado, teoricamente no poder, não fora acrescida pela adesão de qualquer dos membros políticos locais, o que nos leva a supor que o PSN, fundado logo depois de outubro, contaria com a mesma constituição. Aproximam-se as eleições de 1933 e o Partido recém-fundado, através de jornais, seus porta-vozes, passam a convocar os operários do Estado a votarem no PSN. A propaganda não chega a sensibilizar as massas, que se mantêm à margem do processo eleitoral. “O Nordeste”, logo depois em editorial, comenta a ingratidão dos que não voltaram no PSN, e critica os padres que *“Trabalharam na mais desenfreada cabala, contra o Partido que tinha candidato entre outros católicos, Dr. Ricardo Barreto, Presidente da Liga Eleitoral Católica no Estado”* (56).

Findas as perorações sobre o fracasso eleitoral do PSN, Mossoró e todo o Estado são surpreendidos pela notícia do atentado contra Café Filho. O elemento desencadeador foi a prisão de Gentil Ferreira, por ter escrito um artigo violento contra a administração estadual no jornal conservador *“A Razão”*. Café, Chefe de Polícia na época, suspende o jornal e manda prender o jornalista. Em consequência, é agredido pelo Capitão Everardo Vasconcelos do 29º BC, sendo ferido à bala. O acontecimento enche de nuvens escuras o horizonte político estadual e tem como consequência imediata a transferência do 29º BC para o Recife em meados de junho (57). Café permanece afastado do cargo em licença de saúde e reassume ao final de julho, depois de noticiada a nomeação de Mário Câmara, novo Interventor.

Começa um período de intensas articulações políticas, entremeados de muitas pressões e de violência. Mário Câmara, ao assumir, trata de fazer aliança com os conservadores aglutinados em torno do recém-fundado PP (Partido Popular). Não chegando a um acordo, volta-se para o PSN e junto com o grupo liderado por Café Filho fundam a Aliança Social, para concorrer às eleições de 1934. As divergências existentes somaram-se ao clima agitado pela disputa eleitoral, gerando um período

do de graves turbulências em todo o Estado e especialmente na região Oeste, onde as duas forças se digladiaram violentamente.

Foi a primeira eleição realmente disputada no Estado. Para José Augusto e seus correligionários, tratava-se da volta à direção do Estado, de onde o movimento de outubro os afastara. Entraram na campanha, para ganhar, recrutando todos os possíveis aliados e marchando pelo interior do Estado, em busca de votos. Mário Câmara tenta a todo custo negociar com o PP um acordo político. Frustrado em seus esforços, restou-lhe a Aliança com o grupo cafeísta. Formalizada a Aliança Social, foram demarcados os campos: eram situação e oposição enfrentando-se com todas as consequências. Para o Interventor e aliados, tratava-se de caracterizarem-se como a proposta liberal e progressista, ou seja, “*revolucionária*” em contraponto à proposta conservadora de seus opositores, junto de quem as elites proprietárias cerraram fileiras.

A classe trabalhadora mossaoroense foi muito solicitada durante a campanha. A Aliança Social, ao incorporar o cafeísmo, ganhou a adesão do sindicalismo praticado nos limites da legislação varguista, do qual Café Filho era o agente mór no Estado. Os setores do operariado, sob influência do PCB, se negaram a dar apoio à coligação de Partidos, preferindo espaço político através de candidatos próprios, inscritos na chapa “*União Operária Camponesa do Brasil*” que lançava alguns nomes do Partido ao Legislativo estadual e federal. A Aliança Social formou os operários que lhes emprestavam apoio em caravanas que foram para Mossoró disputar no interior dos sindicatos o voto dos trabalhadores. As dificuldades de relacionamento com a Aliança Liberal no poder, bastante presentes para os trabalhadores, era um obstáculo a ser ultrapassado. Nos seus discursos as Caravanas Operárias apelavam pelo apoio a um genérico “*partido dos pobres do Rio Grande do Norte*” (58) como forma de superar o impasse, ao se confrontar com a campanha dos candidatos do PCB, que afirmavam representar os interesses da classe operária, para não ficarem atrás, os liberais pediam o voto do operariado, em nome de Marx e Lênin:

“É princípio fundamental da doutrina marxista, formarem os trabalhadores ao lado do partido mais aproximado de suas ideias quando não tenham seu partido organizado. No Rio Grande do Norte atualmente, fere-se uma luta de morte. De um lado os velhos burgueses exploradores do operariado; de outro, a pequena burguesia composta de homens de poucos recursos, artistas, comerciantes, agricultores e a massa dos pobres e humildes, (...) O operariado consciente não pode ficar ao

lado dos que lhe surraram, quebraram os seus sindicatos, violaram suas filhas, roubaram o seu suor, pagando salário de fome (...). E à falta de partidos genuinamente de classe, só lhe resta um caminho: ajudar a pequena burguesia a alijar o seu inimigo maior! Marx e Lênin, os pregadores da reforma maior, assim orientaram os trabalhadores (...) marchai às urnas de 14 de outubro contra os oligarcas assim como Lênin combateu os tiranos de sua pátria” (59).

Os liberais apelavam para Marx, Lênin e o “voto útil”. Os populistas contra-atacavam propondo “*tolerância e harmonia*”. A União Operária e Camponesa, cuja chapa foi registrada quase ao final da campanha, não conseguiu sair da obscuridade e funcionar como uma alternativa concreta para os trabalhadores.

Pela primeira vez, desde o movimento de 1930, os campos políticos se diferenciaram, mostrando claramente o Governo do Estado em oposição às figuras tradicionais que dominavam a política estadual desde a República Velha. Pela primeira vez Café Filho e seus correligionários participaram de uma contenda política, não como uma terceira força, combatida tanto pelos elementos ligados ao poder, quanto pelos que haviam sido destituídos em 1930.

O clima tenso, a disputa acirrada, qualquer coisa era pretexto para um dos lados exorbitarem. O Interventor não tinha a lealdade da oficialidade da polícia, a maioria ligada por laços de amizade a José Augusto e Lamartine, sendo fiéis a eles. Mário Câmara sentiu-se inseguro, e pediu ao Exército que lhe cedesse alguns dos oficiais para integrarem a polícia. Completou o quadro com a nomeação de outros elementos não militares, escolhidos entre de confiança da Aliança Social. Daí espalhou-se a história de que ele havia incorporado cangaceiros à polícia (60).

A violência da campanha aparece em todos os depoimentos sobre o período, seja de um ou do outro lado. Dinarte Mariz, um dos líderes do Partido Popular, afirma:

“Foi uma das lutas mais renhidas que já houve politicamente neste país. Perdemos cerca de 11 companheiros assassinados pela polícia. Então a campanha se desdobrou num ambiente quase de guerra civil” (61).

Na zona Oeste, a eleição foi muito tumultuada. Benedito Saldanha, ligado à Aliança Social, fazendeiro, tinha fama de cangaceiro e era muito

ligado a Mário Câmara. Como todo “Coronel”, dispunha de um número contingente de homens às suas ordens. Colocou todo o seu efetivo para pressionar os eleitores do PP no dia das eleições. Em Açú,

“Foram caminhões de cangaceiros que chegaram na cidade e se espalharam por todo o lugar Todos de “ligeira”, um rebenque largo, para dar no povo”. No cabo, tinha uma fita encarnada. Eles primeiro passavam de casa em casa, botavam a policia para passar e tomar todas as armas. Eles chegaram em Carnaubais, ficaram bebendo cachaça e dizendo que à noite iam fazer um baile com as filhas dos perrés. Agora, o pessoal do lugar se afugentava dentro do mato, eles iam nas casas que estavam na estrada, mas no mato eles não entravam porque não tinham confiança. O povo sabia da região, eles não sabiam. Foi uma coisa tão horrível, foi muito pior do que o movimento de Manoel Torquato. Foi uma coisa incrível, de muito mais horror pra gente, pode você ficar certa” (62).

Por outro lado, Areia Branca foi sacudida no dia da eleição pelo impacto da morte de Chico Bianor, um feitor de salina, famoso como torturador de trabalhadores. O Partido Popular, do qual ele era membro, explorou o acontecimento, responsabilizando o governo Mário Câmara, criando assim um grande escândalo político. Os jornais liberais reagem criticando a ação:

“Não temos dúvidas em afirmar que os nossos trabalhadores não comungam dessas ideias terríveis e lamentam que alguns companheiros fossem arrastados a essa aventura sinistra encabeçada pelo agitador Zé Mariano. O Correio do Povo, que advoga para o operariado regalias a que tem direito para viver como homens úteis à sociedade, (...) incita todos os trabalhadores à luta dentro da ordem, pela conquista dos seus direitos e a protestar contra os crimes de natureza do que foi cometido em Areia Branca”... (63).

A polarização entre as duas chapas transformou a eleição num momento de violência política verdadeiramente incomum. As queixas pela presença de piquetes nas estradas impedindo o acesso de eleitores, açoitamentos, pressões, violências, as mais diversas, permearam o pleito que acabou por ser anulado em grande número de cidades, realizando-se posteriormente eleições suplementares garantidas pelo Exército.

A Aliança Social foi, no Rio Grande do Norte, o que os liberais de Mossoró esperaram inutilmente que acontecesse desde a queda de Lamartine. Mas, se deu um pouco tarde demais, essa aliança temporã.

Como consequência, apesar do esforço hercúleo de todos os seus integrantes, foram fragorosamente derrotados, com graves consequências para os que se empenharam na luta, muitos dos quais pagariam caro o crime de terem afrontado as tradicionais elites proprietárias, as quais aproveitariam os acontecimentos de 1935 para revidarem a afronta.

O clima da campanha e da eleição permeou a apuração que foi cercada de boatos, ameaças, tentativas de impugnação e recursos judiciais, culminando com a proclamação da vitória do Partido Popular. Voltam então aos postos de comando do Estado, todos os que haviam sido deslocados com o movimento de 1930.

Mesmo com a definição do Partido vitorioso, não se encerram os conflitos entre os adversários políticos. Começa a circular pelo Estado boatos de sublevação no interior para impedir a posse de Rafael Fernandes. No dia da posse, diz-se que no alto oeste se iniciou uma rebelião liderada por um proprietário rural vinculado à Aliança Social, tendo sido prontamente debelada.

O clima de agitação vivido durante toda a campanha permanece após a posse. As mágoas, os desentendimentos, os rancores suscitados nesta disputa iriam explodir com redobrada violência em 1935. O processo eleitoral de 1934 é uma das pistas para se entender os acontecimentos da desforra, enquanto os conservadores pretendiam destruir a oposição mesmo já derrotada no que ela pudesse representar em termos de ameaça à sua hegemonia.

O ambiente no Estado é tão tenso que, no movimento de 1935, muitos maristas e cafeístas entraram no movimento acreditando estarem lutando pela volta de Mário Câmara e até mesmo alguns Zé-Augustistas pensavam tratar-se de um movimento para depor Getúlio Vargas. Apenas os comunistas sabiam exatamente do que se tratava. Mas, a repressão não distinguiu os envolvidos, por grau de comprometimento, ou por nível de entendimento das ocorrências. Pelo contrário, além de nivelar, como se fossem homogêneas, todas as participações, ainda procurou-se envolver pessoas não participantes, a partir da vaga denúncia de simpatia. Assim, limpou-se o Estado de quase todos os elementos oposicionistas e sepultou-se, pelo menos por algum tempo, os movimentos sociais. As elites conservadoras puderam, enfim, varrer do horizonte qualquer ameaça de quebra de sua hegemonia e de alteração de seus privilégios.



4. Formas de Organização da Classe Trabalhadora

As Primeiras Manifestações de Resistência

A primeira entidade associativa de trabalhadores de Mossoró foi fundada a 14 de setembro de 1919 e denominada União dos Artistas. Seus estatutos, aprovados a 19 de outubro, a definia como uma “*associação de benefícios entre a classe artística desta cidade, para o auxílio mútuo de seus associados*”. Não tinha caráter reivindicatório, objetivava “*socorrer os sócios em caso de moléstia que os prive de trabalho*”, sendo “*proibida*” qualquer interferência em questões políticas ou religiosas (1). Constituiu sua primeira administração, tendo à frente Francisco Negócio da Silva, alfaiate. A União dos Artistas, como suas congêneres em outras partes do País, congregava basicamente artesãos, ou trabalhadores que desenvolviam algum tipo de ofício individualmente ou em conjunto, como alfaiates, gráficos, sapateiros, etc.

No dia 10 de abril de 1921, é fundada a “*Liga Operária*”, sociedade com fins beneficentes. Ao ato de fundação compareceram mais de 100 operários. Sua diretoria é constituída, ficando como Presidente Joaquim Casimiro de Carvalho, reunindo mais 20 nomes distribuídos entre a Executiva, o Conselho Fiscal e Suplentes. Como Orador, é escolhido Raimundo Reginaldo da Rocha, idealizador da Liga.

Na Escola Paulo de Albuquerque, mantida pela Prefeitura e destinada a filhos de trabalhadores, deram-se as primeiras discussões preparatórias para a fundação da Liga, da qual participavam além de Raimundo Reginaldo, Sebastião Magi de Oliveira, Cícero A. de Oliveira, Lindolfo de Andrade Torres, Raimundo Calixtrato do Nascimento, Mário Cavalcanti, Luiz Gonzaga Leite, João Gadelha e Joaquim Casimiro de Carvalho (2).

Embora tivesse sido criada com um caráter beneficente e tal como sua coirmã, a União dos Artistas, mantivesse o pagamento de pecúlio em caso de morte de seus associados, bem como demais obrigações de uma entidade de auxílio e assistência mútua, a Liga Operária logo começou a se diferenciar, ultrapassando os limites mutualistas e enver-

dando pelo caminho da defesa das condições de vida e salário da classe trabalhadora local. Nessa época, a produção nas salinas concentrava, em Mossoró, um contingente operário expressivo, totalmente submetido à lógica do capital, superexplorado pela jornada excessiva, pelo baixo preço do alqueire de sal e pelas péssimas condições de trabalho. A precariedade de suas condições de vida levou-os à Liga, em busca de auxílio nas horas mais difíceis. Portanto, embora estivesse aberta à entrada de qualquer pessoa, como era praxe nessas sociedades, aglutinou parte significativa da força de trabalho local. Outra peculiaridade da Liga era a participação de algumas pessoas que procuravam dar uma direção mais consequente à Liga, empurrando-a para uma atuação nitidamente sindical. Nesta tarefa, destacava-se seu fundador Raimundo Reginaldo, dono de um pensamento que se distinguia dos outros membros e sintonizava-se com o discurso socialista que atravessara fronteiras, trazendo os ecos da Revolução de 1917. Nesta tarefa era ajudado por outros membros da família Reginaldo, como atestam suas presenças em todas as diretorias que se sucediam.

Com toda certeza, essa orientação não contava com a unanimidade de seus pares. Tanto é assim que, logo seis meses após a fundação da Liga, é publicada num dos jornais locais uma nota assinada pela “*União dos Artistas*” através de seu Presidente, Tertuliano Aires Dias, em que se lê:

“Comentando-se nesta cidade sobre a formação de um sindicato operário, que esteve reunido neste domingo, restringindo as horas de trabalho e dando-se como promotora desse movimento a “União dos Artistas”, declaramos que nenhuma influência temos nisso, que é de autoria exclusiva de alguns operários e até pessoas estranhas à classe trabalhadora em questões”.

Curiosamente, logo abaixo, lê-se uma nota da Liga Operária com praticamente o mesmo teor:

“Chegando ao nosso conhecimento que se comenta desfavoravelmente sobre a sociedade “Liga Operária” como tendo sido promotora de um movimento que domingo esteve em comício por horas de trabalho, nos apressamos, como genuínos representantes da dita sociedade, a declarar que esta nada tem com aquele movimento, útil ou não, todo de autoria de diversos operários e até pessoas estranhas a esta sociedade e às lides operárias.” (3)

As associações correm pressurosas a tranquilizar as classes dominantes locais de seu não envolvimento com a luta pela jornada de 9 horas de trabalho. Os fatos a que as duas notas aludem é a uma assembleia em que 77 operários da construção reúnem-se e deflagram a luta pela regulamentação das horas de trabalho, constituindo um “*Comitê pró 9 horas*”. Por essa época, o regime de trabalho era de “*sol a sol*”. Raimundo Reginaldo é autor do manifesto onde revela uma das grandes preocupações que marcaria toda sua militância em favor da classe trabalhadora, ao introduzir o seguinte:

“Torna-se oportuno lembrar aos colegas que devem frequentar as escolas noturnas, procurando combater o analfabetismo, um dos mais terríveis flagelos que nos humilha e impede a nossa marcha vitoriosa. Para isso, temos a Escola “Paulo Albuquerque”, mantida pela Intendência Municipal, com professores competentes, sempre prontos a atender qualquer dos nossos camaradas que queira aprender” (4).

A luta pela regulamentação de jornada de trabalho desemboca numa greve, que parece ter sido a primeira deflagrada no interior do Estado. A esse respeito, há o seguinte registro:

“O que nele há realmente de original é o seu sentido de pioneirismo, sem dúvida, primeiro movimento grevista ocorrido no interior do Estado. Essa ideia (...) dos trabalhadores de Mossoró, em 1921, era, como se pode perceber, natural consequência da greve deflagrada pelos operários da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, no ano anterior; (...) Como ponto de convergência de seus promotores a Escola “Paulo de Albuquerque” (...) serviu de centro de fermentação às intenções da parede. Ali se encontravam para discutir o assunto a assentar os planos, numerosos profissionais pedreiros, carpinteiros, mestres de obras, sendo figuras mais conhecidas, Chico Teófilo, Joãozinho de Zuza, João Calixto, João Dias e Américo Julião. O professor, verdadeiro artífice intelectual da ideia, redigiu um manifesto (...) onde se encontravam condensadas as reivindicações” (5).

Começa assim a classe trabalhadora mossoroense, aos poucos, a tomar consciência de si, de suas necessidades, de seus direitos e do caminho para atingir seus objetivos.

Raimundo Reginaldo também começa, com a Liga, sua militância ao lado da classe operária, combatendo em duas frentes: de um

lado procurando incentivar os trabalhadores em nível do movimento sindical e do outro, por uma intensa atividade educativa que se desdobra em dirigir escolas para filhos de trabalhadores, publicar artigos em jornais e revistas locais, procurar contatos com outras entidades similares, como atestam suas viagens frequentes a Natal. Toda essa intensa atividade leva-o ao encontro do PCB, do qual seria um dos fundadores em Mossoró, por volta de 1928.

Na eleição para segundo mandato da Liga, Raimundo é eleito Secretário. Na gestão seguinte fica como Presidente. Continua seu trabalho de organização dos trabalhadores. Sua liderança na Liga, incontestável, e o conteúdo político de seus discursos, começaram a incomodar o patronato local.

Em maio de 1922, surge em Mossoró a revista ABC, publicação dos alunos da Escola Normal, onde Raimundo Reginaldo, também aluno, passa a escrever, quase sempre, artigos sobre as contradições entre o mundo do capital e o mundo do trabalho. No nº 3, por exemplo, escreve sobre *“Reivindicações Operárias”*, *“comentário corajoso sobre o capitalismo talvez tenha causado escândalo naquele distante 1922”* (6). Em outubro do mesmo ano, funda o jornal *“O Trabalho”*, voltado exclusivamente para a classe trabalhadora local. Sua influência no interior da Liga fazia com que esse jornal fosse oficiosamente considerado porta-voz dos interesses daquela agremiação.

A atividade incansável de Raimundo Reginaldo, em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, levou-o a priorizar a formação escolar como se depreende pela leitura do nº 7 da Revista ABC, que elogia as iniciativas da Liga Operária de combate ao analfabetismo. A Liga, que acabara de criar um Conselho Escolar, mantinha duas escolas, com 80 alunos cada, sob a direção de Raimundo Reginaldo e apresentava planos de criação de uma escola noturna para adultos e outras pelos bairros da cidade (7).

A ênfase na prestação de educação formal aos segmentos da classe trabalhadora pode ser questionada, quando se raciocina a partir do princípio de que cabe ao Estado tal tarefa. No entanto, se se pensa em termos de um poder público totalmente alheio às necessidades prementes da população trabalhadora, numa cidade em que à escola estava restrito, pela existência de apenas dois colégios religiosos e privados, aos filhos das classes abastadas, poderemos aquilatar como foi importante a criação dessas escolas e até deduzir o papel que elas tiveram na formação política do operariado mossoroense.

Em 1926, noticia-se a criação da Universidade Popular de Mossoró, funcionando em qualquer parte, sob o apoio das classes e associações operárias dessa cidade (8). A não existência de qualquer referência posterior indica que o empreendimento não logrou êxito.

Por essa época a Liga Operária já começara a incomodar a classe dominante local, que via, nas primeiras tentativas de organização do operariado, a influência marcante da atuação de Raimundo Reginaldo. Com efeito, os jornais da época mostram numerosas referências ao seu nome, seja como orador de atos públicos, integrando comissões de operários, escrevendo artigos críticos ao sistema capitalista e criando escolas operárias. No plano político estadual, sua ligação com Café Filho também lhe atraía a atenção das elites dirigentes, cujos métodos de atuação não eram cordiais, como nos mostra este depoimento de um sindicalista histórico:

“Café a princípio tinha muita influência em Mossoró. A primeira vez que ele veio a Mossoró, em 1926, foi hóspede de Raimundo Reginaldo. A tribuna foi improvisada em cima de um caixão de querosene, depois a reação bateu em cima, ele fugiu, caiu fora num carro, que era coisa muito difícil nessa época, mas foi preciso cair fora” (9).

Tudo isso fizera Raimundo Reginaldo ser mal visto e as elites locais começaram a procurar uma maneira de boicotar sua atuação.

Nessa época, era Superintendente da Estrada de Ferro, Vicente Saboya Filho. A Estrada de Ferro estava em construção, empregando centenas de operários na expansão do trecho Mossoró a Governador Dix-sept. Era um trabalho muito pesado, feito na padiola, no carrinho de mão, no balaio. Esses operários eram chamados de cassacos e trabalhavam sob intensa exploração. Recebiam 80% de seus salários em gêneros, que eram fornecidos pelo barracão, sob preços mais altos e qualidade inferior aos do comércio local. Os 20% que recebiam de dinheiro, também pelo barracão, sofriam atrasos constantes. Uma comissão de operários procurou o jornal *“O Trabalho”* e denunciou a exploração. Raimundo Reginaldo publicou a matéria e acompanhou a comissão aos jornais da cidade, fazendo a denúncia. Vicente Saboya desmentiu através de jornal e começou a tentar influir nas eleições da Liga Operária para derrubar Raimundo, sem sucesso. Por volta de 1927, Saboya mandou que os operários da Estrada de Ferro se associassem à Liga que, como sociedade beneficente, não podia se recusar a aceitar o pedido de filiação de quem a procurasse com essa finalidade. Como primeira consequência dessa ocorrida em massa foi discutida a questão do jornal operário, *“O Trabalho”*, e decidido que:

“Tomará uma feição moderada, deixando de ser órgão patrocinado pela Liga Operária, conforme vontade de sócios desta. Defenderá os interesses da classe operária que o apoiar dentro dos limites da ordem e do direito natural. Assim, poderá ser útil” (10).

Foi a primeira derrota de Raimundo Reginaldo no interior da Liga. Mas, as elites locais continuaram a luta.

No carnaval deste mesmo ano, os Reginaldo tiveram oportunidade de conhecer de perto o senso de humor da burguesia e suas consequências. Organizaram um bloco de carnaval, que faziam críticas satíricas ao Superintendente da Estrada de Ferro.

“Munidos de picaretas e pás, uns fingindo de cassacos, outros de fornecedores ou chefes de turmas. Os cassacos queriam receber o seu salário. Os pagadores só o podiam fazer com descontos de 50%. Daí o protesto dos operários que ameaçaram abandonar o trabalho. O encarregado ameaçava com multa”.

Saboya não achou graça e veio a polícia dissolver a troça. Houve altercação com um sargento que derivou numa luta corporal, mas o bloco foi desfeito. Na manhã do terceiro dia de carnaval chegam dezenas de soldados de Areia Branca e São Sebastião, cidades vizinhas, e espalham-se o boato de que iriam prender os irmãos Reginaldo. Retiram-se todos de casa. Às 10 horas da manhã chega a tropa, arromba a casa, quebra baús, potes, panelas, revira tudo. Mas os rapazes haviam se retirado para Tibau, praia próxima, e acabaram prendendo Raimundo Reginaldo, que não participara do desfile carnavalesco. O jornal assim explica os motivos de sua prisão:

“O Sr. Reginaldo lidera uma corrente operária, desde tempos, agora tomando vulto com o advento da candidatura de Café. (...) Diretor de “O Trabalho”, suas ideias (das quais somos adversários antagônicos conhecidos) estavam assanhando os conservadores (dos quais somos adeptos) e daí uma certa prevenção contra o homem. Não gostamos de socialismo, dessas ideias só compatíveis com todas as Rússias”.

Os irmãos foram cercados pela polícia em Tibau e presos, sem qualquer resistência. *“Passaram a metade da noite anterior, entre o aconchego comunista das pulgas e percevejo da mucura”* (11). Esta foi a primeira prisão de Raimundo Reginaldo em Mossoró e a segunda derrota que Saboya lhe infligia. Tratava-se de combater não uma pessoa, mas uma linha de

pensamento e ação que começava a esboçar-se na classe trabalhadora mossoroense, e que deveria ser extirpada antes que fosse tarde demais.

E a ocasião não se fez esperar. Aproximava-se o período de escolha da Diretoria da Liga para o biênio 1927/1928. Raimundo Reginaldo era candidato a presidente, tendo a adesão de todo o quadro associado. Saboya monta uma estratégia capaz de modificar a tendência eleitoral. Reúne os cassacos da Estrada de Ferro e orienta para que se inscrevam na Liga. Chegou o dia das eleições. *“Os cassacos encheram a Liga e derrotaram Raimundo Reginaldo”* (12).

Sua derrota foi saudada com grande entusiasmo pela imprensa local, apressada em afastar *“influência tão nefasta do meio operário”*, como se expressa o Correio do Povo:

“A nova Diretoria foi o produto do choque de duras correntes ali antagônicas. Uma, a vitoriosa, composta da maioria dos sócios, de ideais liberais moderados; a chamada comunista, chefiada pelo Prof. Raimundo Reginaldo, que embora viva de empregos públicos, aderiu ao comunismo” (13).

A partir desse episódio a Liga Operária passou a atuar, especificamente como mutualista. A posse da nova Diretoria demonstra a nova linha, a sessão solene sendo presidida pelo Prefeito Coronel Rodolfo Fernandes e a presença das sociedades locais, das autoridades, do comércio, da imprensa, das indústrias, das repartições públicas (...). *O orador, Amâncio Leite, falou sobre a volta da Liga aos seus ideais:*

“O mutualismo, o auxílio recíproco, incentivando a todos o amor à ordem, ao trabalho e à economia, fatores de riqueza particular e pública (...). A Liga deve isolar-se desde logo do suborno político comunista (...) não é a vitória da expulsão, nem da revanche, mas da ordem” (14).

Tal como era a intenção das elites dominantes, a repercussão dos acontecimentos eleitorais da Liga foi intensa. O cerco estava feito e a *“União dos Artistas”* cuidou de expressar uma declaração firme *“seus princípios mutualistas de cooperação pacífica, sem ideias de socialismo, política ou outra qualquer, somente adstrita à linha de seu Estatuto”* (15). Durante algum tempo a Liga foi assunto constante nos jornais. O pensamento conservador querendo exorcizar definitivamente o período em que a Liga saíra da esfera do permitido,

“Esquecendo-se do Art. 4’ de seu regimento (...) a Liga chegou ao ponto de tomar iniciativa em manifestações políticas, cujos fins discrepavam de seu feito, imiscuía-se em questões operárias doutrinárias, pregando, nas assembleias, ideias comunistas, violentas” (16).

A Liga reformulou os seus estatutos, onde restringia a associação aos operários e definia como os seus objetivos apenas os de caráter de mútua assistência e amor ao trabalho. Ao publicar o estatuto reformulado, apresenta o parecer do Departamento de Segurança Pública do Estado sobre ele, onde se lê: (...) *“nele não se encontra, ainda que de leve, algo desse germe revolucionário que da Europa se tenta transplantar para o Brasil”* (17). Naturalmente que nem todos no interior da Liga eram coniventes com a mudança de atuação. Tanto é assim que, a entidade entrou numa grande crise, e na próxima eleição, apenas 5% dos seus associados compareceram. Mesmo assim, a Diretoria reeleita felicitava a realização do pleito por ter se dado na ausência de pressões. Vencera a paz da apatia, da omissão, do descompromisso, da alienação. Encerra-se uma fase que poderíamos considerar a pré-história do sindicalismo mossoroense. A partir daí, a Liga Operária, a União dos Artistas e mais o Centro dos Artistas que fora fundado por último, se mantiveram alheios a qualquer assunto que não dissesse respeito ao pagamento de pecúlios e que tais e assim permanecem as que sobreviveram até nossos dias, como é o caso da Liga Operária, ainda em funcionamento.

O Partido Comunista do Brasil

Em 1928, com a fundação do Partido Comunista em Mossoró, tem início um período bastante significativo para a classe trabalhadora.

A reconstituição histórica desse momento é extremamente difícil, dada a ausência de documentos e a quase inexistência de militantes da época, em condições físicas de lembrar os fatos.

A partir das entrevistas realizadas com antigos militantes, chegamos à conclusão de que a história do PCB em Mossoró está indissoluvelmente ligada à família Reginaldo. Impossível reconstituir sua trajetória sem referências constantes à atuação dessa família numerosa, cujos membros na sua quase totalidade dedicaram parte de suas vidas às causas da transformação social. Uns mais, como Raimundo, Jonas e Lauro Reginaldo, outros menos, como Antônio, Glicério, João da Mata e Amélia Reginaldo, tiveram de enfrentar a violência da repressão, as

prisões, a clandestinidade. Conheceram de perto o tratamento que a sociedade reserva aos que ousam pensá-la diferente e através da ação buscam concretizar esse sonho. Principalmente, quando essa modificação implica alterar os próprios fundamentos da sociedade.

No início de sua militância, dizem-se socialistas. Nessa condição, Raimundo Reginaldo empreende suas primeiras incursões no movimento sindical através da Liga Operária. Sua orientação à frente da Liga foi responsável por uma atuação em que as reivindicações por melhoria nas condições de vida e trabalho assumiram uma dimensão superior ao mutualismo e assistencialismo que caracterizam as sociedades beneficentes. Essa orientação, que faria da Liga o núcleo de origem do sindicato, irrita as elites dominantes que acabam por conseguir sua expulsão da Liga, em 1927.

Sua saída extrapolou a Liga, ocupou espaço em jornais e o pensamento conservador solidarizando-se com a Liga que voltara a trilhar o caminho *“da lei e da ordem”*, fez algumas referências explícitas ao comunismo que estaria afastando a entidade de sua vocação natural.

Raimundo Reginaldo, sentindo-se perseguido, sem espaço para exercer o magistério, transfere-se para Natal, onde recomeça a dar aulas.

Na falta de informações mais precisas, tudo leva a crer que os contatos iniciais com o Partido tenham se dado através de Raimundo, frequentemente se locomovendo para Natal por interesse da Liga. Outra possibilidade é que a aproximação com o PCB tenha ocorrido por ocasião de uma viagem sua ao Rio de Janeiro em fins de 1926(18). Há notícia também de que teria se candidatado a uma vaga no legislativo estadual, em 1928, pelo Bloco Operário Camponês – BOC (19).

Portanto, as evidências nos levam a supor que o PCB tenha se iniciado em Mossoró por volta de 1928. Até então, apesar dos exageros da crítica conservadora da burguesia mossoroense, as informações apontam para a inexistência de ação política organizada do PCB em Mossoró.

De acordo com essas informações e os depoimentos de velhos militantes, o Partido foi fundado em Mossoró por iniciativa dos irmãos Reginaldo, Raimundo, Jonas e Lauro e a participação de Luís Saraiva, Luís Quaresma, Manoel Ludovico e Francisco Florêncio Jácome, único dos fundadores ainda vivo (20). Dos Reginaldo, Lauro Reginaldo teria uma carreira vertiginosa no Partido e, em 1934, já fixado no Rio de Janeiro, faria parte do Comitê Central, onde era conhecido por *“Bangu”*.

Vale ressaltar que o PCB surge em Mossoró, quando ainda não havia qualquer sindicato organizado, dado importante para o entendimento dos desdobramentos que terão as lutas sindicais e política, em Mossoró.

Em todos os depoimentos sobre o assunto há uma referência obrigatória: a iniciação dos Reginaldo no marxismo, que derivou na criação do PCB em Mossoró. De acordo com esses depoimentos, por volta de 1913 o ensino em Mossoró estava dividido entre dois colégios religiosos particulares, o Ginásio Diocesano e o Colégio Santa Luzia e uma escola pública, o Colégio 30 de Setembro, que era dirigido pelo professor Elizeu Viana e sua esposa Celina Viana. Essa professora teria sido certa vez procurada, certa vez, por Luzia Reginaldo, viúva pobre e mãe de muitos filhos. Queixou-se a senhora de que, por algumas travessuras, seus filhos haviam sido expulsos do Grupo escolar. Sem posses suficientes para mantê-los em escola particular, argumentava, seus filhos permaneciam analfabetos. A professora Celina intercedeu junto ao Diretor e este reviu a punição, voltando as crianças à escola.

Os diretores da escola, intelectualizados, viviam em dia com o lançamento de livros, mas tinha formação muito conservadora. Chegaram às suas mãos algumas obras de Marx e Engels. Discordando de seu conteúdo, procuraram desfazer-se delas. Mas a professora preferiu doá-los àquela família que não dispunha de recursos, os livros serviriam para os já alfabetizados treinarem leitura. Num depoimento concedido a Walter Wanderley, ela se confessa com remorso porque *“foi através deles que os rapazes Reginaldo tiveram acesso ao socialismo e ao comunismo, a ponto de serem presos, massacrados, deportados, desterrados”* (21).

Um contemporâneo de Raimundo Reginaldo, na Escola Normal, acrescenta:

“Ele quando chegou na escola já tinha ideias materialistas. Ele lia muito. Havia um irmão dele, Jonas, era o intelectual da família. Adquiria muitos livros de Marx na nossa livraria. Chegavam os livros, mandávamos avisar e ele vinha buscar” (22).

Ele também confirma a ida de Raimundo Reginaldo para Natal, em 1927, e afirma que ele não voltou mais para Mossoró. Ao ser perguntado sobre a existência do PCB em 1928, declara: *“Não, Lamartine nunca deixou, ele não permitia”* (23). Contudo, todas as evidências vão neste sentido. Inclusive, a nota que é publicada por um dos irmãos, Antônio Reginaldo da Rocha, na imprensa local, em meados de janeiro de 1929, onde ele afirma que:

“Lendo no jornal que se publica no Rio de Janeiro, “Classe Operária”, um artigo contra o Senhor Saboya Filho e o comércio local, vem pela imprensa fazer público que não é solidário com tais indiscrições, afirmando mesmo que ao cidadão visado é dever de finessas como também parentes do próprio autor do artigo”. (24)

Desse período, portanto, os únicos sinais de existência do Partido são os artigos que saíram na *“Classe Operária”*, seu jornal oficial, editado no Rio de Janeiro, que denunciavam as condições de superexploração a que estavam submetidos os trabalhadores mossoroenses o qual circulava entre os operários das salinas.

Mossoró era um terreno muito propício ao trabalho político. Já na época concentrava um expressivo contingente operário, oscilando conforme a época entre 3.000 a 5.000, ocupados principalmente nas salinas, cuja atividade era toda manual. *“Todo o dinheiro que girava nas salinas corria aqui para Mossoró”* (25). Havia a exploração da semente de oiticica, beneficiamento de peles de animais e da cera de carnaúba. O comércio e a construção civil estavam em ascensão. Então, Mossoró era um polo aglutinador do operariado, numa proporção bastante superior às outras cidades do Estado e desenvolvia uma atividade produtiva de maior importância para a economia regional e nacional. Além disso, Mossoró era o ponto de convergência de toda a região oeste, de modo que tudo que aí acontecia tinha ressonância imediatas nas cidades circunvizinhas.

Ser um polo concentrador de riqueza correspondia a ter uma classe dominante particularmente avessa a qualquer indício de organização dos trabalhadores. Portanto, o Partido começou sua atuação a partir de poucos elementos e cercado pela mais absoluta clandestinidade.

Aos poucos foram começando a aglutinar novos membros, principalmente operários salineiros. Aliás, a criação do PCB em Mossoró teve desde o início o objetivo bem definido, qual seja, o de organizar as diversas categorias em Sindicato. A partir dessa orientação, foram atraindo os trabalhadores mais dispostos e esclarecidos como Francisco Florêncio de Almeida, Joel Paulista, Francisco Guilherme, Manoel Feitosa, Manoel Torquato de Araújo (26).

A partir daí, vamos verificar que a história do PCB se confundirá com a história do movimento sindical, com a peculiaridade de o Partido ter surgido primeiro, o que talvez seja uma pista a ser considerada para podermos interpretar a direção que tomaria o movimento por ocasião dos acontecimentos de 1934/1935.

Em 1928 estava no Governo do Estado Juvenal Lamartine, que administrava o Estado como sua propriedade. Não havia espaço para o pensamento divergente. A seu respeito são unânimes as alusões à violência:

“Lamartine era um pouco violento, ele mandava dar de virola mesmo, nos inimigos dele; os cafeistas, como eram chamados, chiavam na virola. E esse fato de ele fechar sindicatos e tudo isso, naturalmente criou animosidade com todas as classes populares” (27).

Em nível local, também o clima era tenso, com os confrontos com o Sr. Saboya e com as denúncias desencadeadas a partir da Liga Operária. Toma posse como Prefeito, em 1929, Rafael Fernandes, numa conjuntura social agitada pela seca, que redundava em fome, carestia e falta de trabalho. Para aumentar a crise são paralisados os serviços de construção da Estrada de Ferro, nessa época atuando no trecho Mossoró-Caraúbas. Sem trabalho, os operários vagueiam famintos e há registros frequentes pelos jornais da violência policial sobre os trabalhadores, e denúncias de *“formidável surra de virola”* (28).

O Partido começa a se organizar. Aos poucos, passa a aglutinar operários em torno de seus militantes, os quais passam a ser uma referência para parte da classe trabalhadora. Por essa época, há um saque no mercado público. Além da crise desencadeada pela seca e pela falta de trabalho, os operários andavam às turras com os marchantes do mercado que lhes roubava o peso, com suas balanças adulteradas. Jonas Reginaldo também era marchante. Organizou todo o movimento, de tal modo que os operários se reuniram e silenciosamente entraram no mercado retirando todos os gêneros. Segundo testemunhas, em 5 minutos o mercado estava limpo, os balcões e as prateleiras vazias. Houve algum comentário que falava em ação orientada de fora, ação política, mas não houve repressão (29).

Por mais que as elites locais contestassem a atuação, a situação era de muita gravidade e para não aumentar seu próprio desassossego, mas sem qualquer atitude mais enérgica em relação aos saqueadores.

O Partido começou a crescer:

“Quando a gente saía da reunião do Partido, ficava com a incumbência de cada um levar um sócio a mais para o sindicato. Na outra reunião, sempre era semanal, ficava cada um com a incumbência de recrutar mais um elemento para o Partido e assim por diante” (30).

As células eram denominadas em ordem alfabética AM, BM, CM, etc. e chegaram a funcionar regularmente 12 células em Mossoró. As célu-

las eram organizadas por local de moradia e cada uma aglutinava até 20 pessoas. O Partido chegou a contar com 300 militantes, afora os simpatizantes e pessoas próximas (31). O Comitê Regional se localizava em Natal e de lá chegavam os documentos, as circulares, as orientações e eram distribuídos na reunião do Comitê Municipal que contava com a presença da Direção Municipal e mais o Secretário de cada célula. Aos poucos, a Direção passou a destacar militantes para organizar o Partido nas cidades próximas como Açu, Macau, Areia Branca. Depois de iniciadas e constituídas, essas células passavam a se ligar diretamente a Natal, recebendo material e prestando contas do trabalho no Município. O elemento de contato da Direção Estadual em Natal, com os Comitês Municipais nos interiores, era Zé Praxedes, um sapateiro e, depois dele, já na década de 40, Luiz Maranhão funcionou como elo de ligação. Zé Praxedes, com a repressão intensa que se desencadeou depois do movimento comunista de 35, ficou na clandestinidade, desde esse tempo, morando na Bahia, onde morreu em 1985(32). Luiz Maranhão desapareceu, foi uma das vítimas da repressão que voltou a se abater depois do golpe militar de 1964.

A primeira Direção Municipal do Partido era constituída por Jonas Reginaldo da Rocha, Secretário Político; Lauro Reginaldo da Rocha, Secretário da Agitação e Propaganda; Francisco João de Oliveira e João Reginaldo da Rocha. A Direção era formada do secretariado e mais um representante de cada célula. Faziam reuniões semanais onde se prestava contas da atuação e se programava novas tarefas.

A composição social do Partido era majoritariamente operária. Participavam trabalhadores de diversas categorias, sendo os operários da salina os mais numerosos.

O Partido chegou a contar ainda com a simpatia de algumas pessoas de classe média, principalmente componentes da Aliança Liberal. Chegaram a assistir a algumas reuniões, contribuía, davam cobertura. Amâncio Leite era advogado provisionado, ligado ao jornal *“Correio do Povo”* e chegou a ser Prefeito da cidade, no início da década de 30. José Martins de Vasconcelos era proprietário do jornal *“O Nordeste”*, apoiava a Aliança Liberal e chegou a ocupar provisoriamente a Prefeitura. Durante algum tempo, foram simpatizantes e contribuintes do Partido. *“Estavam por dentro de todo o nosso movimento”* (33). Frequentavam as reuniões.

Logo que conseguiu alguma estruturação interna, o Partido começou a se voltar para aquele que seria seu grande objetivo: a fundação de sindicatos, de modo a armar a classe trabalhadora com instrumentos capazes de se contraporem à superexploração a que estavam submetidas.

Até então, a única experiência associativa dos trabalhadores mossaoroenses se dera através de entidade de caráter mutualista, como a União dos Artistas, o Centro dos Artistas e a Liga Operária. A Liga que extrapolou o caráter beneficente ao colocar, através dos Reginaldo, um conteúdo classista em sua atuação, pode ser considerada como a iniciação sindical do operariado mossaoroense.

O grupo que fundara o PCB não tinha qualquer experiência anterior de organização sindical e recorre ao Partido que envia elementos de fora do Estado, quadros experientes na questão de formação sindical, para ajudá-los na tarefa. A atuação prioritária do Partido seria no campo sindical. Entre 1931 e 1935, todos os sindicatos fundados não apenas em Mossoró, mas em toda a região Oeste, foram organizados pelo PCB, com uma peculiaridade: em todos os casos a fundação do Sindicato era precedida de organização do núcleo do Partido.

Além de aglutinar os trabalhadores em sindicatos, o PCB também foi responsável pela fundação da *“Associação das Mulheres Trabalhadoras de Mossoró”*, que não tinha caráter sindical e visava congregar as mulheres das classes populares. Participavam operárias das fábricas de redes, empregadas domésticas, engomadeiras, e donas-de-casa. Dessa forma o Partido conseguiu atingir as mulheres, filhas e irmãs de grande parte do operariado mossaoroense. Essa associação foi fundada por Policárpia e abrigava as mulheres filiadas ao Partido, já que as mesmas não tinham acesso às células. Policárpia, era uma mulher com grande capacidade de liderança, organizou as mulheres donas-de-casa e empregadas domésticas, chegando a reunir mais de cem mulheres. Através da Associação elas participavam do Partido. Quando um operário ia preso, elas organizavam passeatas até o presídio e pressionavam por sua libertação. Também passavam informações para os operários presos, faziam atos de protestos contra a carestia. Sua diretoria era constituída por Policárpia, Odete Maria do Nascimento, companheira de Joel Paulista e Francisca Clara de Souza, companheira de Francisco Guilherme. Formavam comissões para pressionar o Prefeito por suas reivindicações, pressionar o Delegado para soltar operários presos.

A organização das empregadas domésticas foi um feito realmente notável. A sede da Associação funcionava no bairro operário de Bom Jardim e semanalmente promoviam festas em benefício de sua manutenção e para fazer finanças para o Partido. As empregadas domésticas começavam a frequentar às reuniões. Aos poucos foram participando das reuniões e se inscrevendo como sócias. Elas trabalhavam nas casas da burguesia, e, nas reuniões, passavam a ser conscientizadas do

que essa burguesia representava enquanto classe, agindo contra seus pais, irmãos, filhos e maridos, que eram operários de salinas, fábricas, indústrias e comércio e que militavam no movimento sindical. À medida que elas iam entendendo, saindo do seu estado de embrutecimento, de alheamento do que se passava ao seu redor, passaram a ouvir com interesse as conversas que ocorriam nas casas dos patrões, acerca das medidas de repressão que iriam ocorrer com os sindicatos, e reproduzi-las nas reuniões da Associação. Também descobriram a existência, em muitas casas, de armas escondidas. Despertaram para esse fato, quando uma delas narrou que ao sentar sobre um baú ouvira do patrão: *“menina, saia daí que isso são armas para matar os comunistas”* (34). Então, elas foram orientadas para descobrir em cada casa se havia armas e onde eram guardadas. Na reunião informavam o local exato e se fosse em algum aposento reservado, procuravam levar a chave com todas as indicações. Durante a noite, as armas eram retiradas pelos militantes do Partido para local seguro. Essa foi uma das fontes das armas que seriam utilizadas posteriormente, por ocasião da “guerrilha”.

A Associação conseguiu atingir um bom nível de mobilização, como se depreende de sua participação em diferentes momentos da conjuntura. Assim é que, por ocasião do Movimento Aliancista, chegou a realizar um comício em frente à sede com a presença de numeroso contingente feminino. Inclusive, uma de suas organizadoras, Maria Odete do Nascimento, viria a se lançar candidata pelo Partido à Constituinte de 1946, sem no entanto, conseguir se eleger.

Por essa época, o Partido já montara toda uma infraestrutura de apoio para sua atuação. Os sindicatos estavam se estruturando. O material escrito necessário às atividades do Partido e do sindicato, era redigido por Miguel Moreira, muito talentoso, que frequentemente escrevia artigos em defesa do socialismo, e que se filiara ao Partido. Era advogado provisionado, e no exercício da profissão estava sempre se deslocando de Lages para Mossoró, circulando por toda a região Oeste. Começou a escrever artigos contra as elites conservadoras e passou a ser perseguido. Muitas vezes teve que se retirar de Mossoró, disfarçado, para fugir da polícia. Numa dessas ocasiões, fugiu vestido de mecânico, um boné enterrado na cabeça, e uma caixa de ferramentas. Ao descer do trem em Areia Branca, leu no jornal uma notícia sobre sua fuga, onde afirmavam:

“Chamamos a atenção da zona Oeste, que acaba de rumar para lá o perigoso agitador Miguel Moreira que, segundo tudo indica, foi para Areia Branca despistado como mecânico” (35).

Foi forçado a entrar para a clandestinidade, onde permaneceu até 1935, quando foi preso por sua participação na “guerrilha”. Os documentos eram impressos de início na “*Tipografia Nordeste*” de José Martins de Vasconcelos, um simpatizante. A polícia começou a investigar e identificou o tipo. A partir de então, a Tipografia passou a imprimir apenas o material legal usado pelos sindicatos. O material relativo ao Partido era mandado para impressão em Fortaleza e algumas vezes em Natal. Embora não chegasse a se filiar ao Partido, Martins de Vasconcelos simpatizava com suas propostas, tinha conhecimento de suas atividades, auxiliava financeiramente e chegou a ajudar por ocasião da formação da “guerrilha” com armas e munições.

“Chegou a receber ameaças de empastelamento, do jornal e fechamento de sua gráfica. Ele continuou a nos apoiar, inclusive nos ajudando por ocasião da guerrilha, sendo preso por esse motivo, em 1935” (36).

Nas reuniões do Partido, as avaliações davam conta de que, em Mosoró, o trabalho estava em ascensão e se implantando gradativamente no interior da classe trabalhadora. Decidiu-se deslocar militantes para iniciar o trabalho nas cidades próximas. De um lado, essa decisão buscava fortalecer o Partido na região, através de sua horizontalidade. De outro lado, esse trabalho solucionava a situação de muitos militantes, àquele momento sendo procurados pela repressão e tendo que conviver na clandestinidade.

Esta tarefa, vale salientar, objetivava também à criação de sindicatos. Em cada cidade para onde foram destacados, os quadros do Partido se empenhavam em montar um núcleo do Partido, a partir do qual eram formados os sindicatos.

O sindicato e o Partido funcionavam tão superpostos que é difícil, se não impossível, se discriminar os limites, onde um termina e começa o outro. Os militantes do PCB entrevistados, justificaram, regra geral, com esse tipo de explicação:

“O Partido estava na ilegalidade, perseguidos a todo custo, o único instrumento legal que a gente tinha eram os sindicatos. A palavra de ordem do Partido era todos os comunistas atuarem nos sindicatos. E isso era feito de forma que todas as reivindicações dos trabalhadores das salinas, da construção civil, ou de outra qualquer categoria, nada era feito sem que tivesse passado minuciosamente pelo Partido. As tarefas desciam do Partido para os trabalhadores. Eles não podiam identificar a gente no meio dos trabalhadores, conseguia seu apoio geral e a gente ficava afogado no meio daqueles trabalhadores” (37).

Ao observarmos o interior do Partido, veremos que tudo se dava a partir de uma dose de sectarismo muito forte, comungando o obreirismo que se praticava a nível do Comitê Central. O militante comunista tinha de ser operário, não era permitido que conversasse com elementos de classe dominante. Conversar com um burguês era já então praticamente adotar sua estrutura ideológica, sua visão do mundo, ou pelo menos, renegando o que era colocado pelo Partido. Jonas Reginaldo, o mais velho dos Reginaldo, foi uma das vítimas do obreirismo que grassava no Partido.

“Jonas Reginaldo era um camarada muito bondoso. A luta naquele tempo era muito sectária, não era brincadeira. Naquele tempo, por exemplo, se um companheiro do Partido pegava você pelo menos conversando com um rico, você ia ser duramente criticado na reunião, porque você estava tendo aproximação com a burguesia. Jonas era marchante, havia certas desconfianças de que ele era burguês, porque vivia mais ou menos bem. E Jonas pra viver livre daquelas criticazinhas que faziam a ele, passou a botar tudo quanto tinha no mato, vender a carne quase de graça ao povo, fornecer a carne quase de graças às salinas. Fazia tudo para acabar com o que ele tinha para se tornar completamente proletário. E no dia em que ele já estava mesmo considerado proletário, ele considerou aquilo como uma vitória pra ele” (38).

Havia um profundo ascetismo na prática do Partido àquela época. A admissão ao Partido era inclusive precedida de uma investigação profunda sobre a vida do candidato principalmente severa no que tange aos chamados “prazeres do mundo”. Como relembra Francisco Florêncio:

“Naquela época a gente era sondado, depois começava a sondar outros. Havia critérios para ir para o Partido. A gente não queria ninguém que se confessasse, beber nós também não queríamos, jogar também não podia (...). Tinha que ser um sujeito expurgado dessas coisas” (39).

Além do que, havia a preocupação com a segurança, de modo que todas as precauções eram tomadas para evitar a delação.

Numa cidade relativamente pequena como Mossoró, onde a maior parte das pessoas se conhecia, apesar das preocupações, era muito difícil manter a discrição. De início havia apenas suspeitos, mas, à medida que a atuação do Partido na área sindical começou a aparecer, as elites locais passaram a acompanhar atentamente cada movimentação dos trabalhadores. A repressão sempre foi feita com muita violência, mas atingindo

os trabalhadores como membros do sindicato, que era o mais tangível, enquanto que a atividade partidária, por mais que eles tivessem desconfianças, os cuidados com que era feita, dificultava uma denúncia concreta.

“A burguesia aqui começou a sentir. Ninguém ia dizer eu sou comunista, mas pela ação do indivíduo que deixava de ser um capacho deles, de viver adulando para merecer um favor, o sujeito se destacava logo. Ai eles diziam: ‘ah, é um comunista, tá todo orgulhoso!’... E lá na salina esses indivíduos se destacavam, ficavam assim como um líder” (40).

Por isso a intensidade do furor repressivo. Via-se cada trabalhador como sendo duplamente perigoso: estar organizando o sindicato e pior que isso, estar em surdina, participando de um Partido Comunista que, pelo menos em termos de programa, se propunha a alterar seus privilégios ao condenar a exploração. *“A burguesia sabia que tinha o Partido no meio. Ela tinha muito medo do sindicato. O sindicato tinha uma força estupenda. Aquelas greves paravam tudo” (41).*

Quando surgiram os primeiros sindicatos, a polícia passou a fazer ronda à noite, *“porque isso aqui na época era lugar ermo, não tinha uma casa, então botavam os soldados para procurar, investigar” (42).* Àquela época, os operários das salinas se concentravam em bairros, afastados da cidade e de difícil acesso, tanto pela distância, como por intercalarem espaços ainda não habitados, cobertos de mato, e sem rede elétrica de iluminação. Aventurar-se a uma ronda naquelas circunstâncias era uma tarefa de alto risco para o pequeno contingente policial, que não dispunha de automóvel e tinha de arriscar-se a enfrentar a hostilidade dos operários, que já tinham claro serem eles os agentes legais da violência dos patrões. Os trabalhadores costumavam enfrentar os policiais que se aventurassem a penetrar *“seu território”*.

Para efetivar a repressão, a burguesia contava com as armas que utilizaram em 1927 para rechaçar o bando de Lampião em sua tentativa de entrar na cidade. Essas armas permaneceram guardadas em suas casas, onde as empregadas domésticas localizaram-nas e através da Associação de Mulheres, a informação foi passada para o Partido que tratou de confiscá-las. Essas armas seriam usadas, tanto pelos grupos de *“autodefesa”*, quanto posteriormente por ocasião da *“guerrilha”*.

O Partido conseguiu grande penetração entre a classe trabalhadora mossoroense. Principalmente entre os operários das salinas, que se sentiam estimulados a lutar para melhorar a situação de opressão e miséria. O convite inicial não era feito em nome do Partido, *“chamavam o*

trabalhador e diziam: olhe, é uma reunião para lutar em nosso benefício, porque ninguém ia assim com a foice e o martelo logo na frente porque o povo se assombrava” (43). Depois que o núcleo inicial estava formado, passava a convocar para as reuniões dizendo que era para discutir a formação de um sindicato. Quer dizer, desde a origem, Partido e sindicato estão bastante interligados e essa ausência de limites entre um e outro se expressa em muitos depoimentos, tal como esse:

“(...) era só a máscara, por traz era justamente o Partido. O sindicato era quem tinha a ação, mas era o Partido que estava agindo. Aí tirava o elemento e dizia: Você vai organizar uma célula lá no seu bairro. Aí o cara chamava cinco ou quatro elementos, marcava a reunião e no dia, vinha um cara do Comitê” (44).

Cada nova reunião, cada um dos membros da célula era estimulado a levar mais um companheiro, até que completados 15 membros, eram orientados a destacar alguém para iniciar a formação de outras células.

“Não era um apelo não, era uma palavra de ordem e quem não trouxesse um elemento, não era propriamente criticado, assim duramente, mas eles sempre diziam: você deveria ter trazido” (45).

A ligação com a Direção Estadual era feita através de José Praxedes, um sapateiro que fora um dos fundadores do Partido em Natal. Os documentos chegavam do Comitê Central para Natal e de lá eram encaminhados para os Comitês Municipais. Havia um motorista de praça, Homero Couto, que era simpatizante do Partido e, nas suas idas a Natal, trazia os documentos, chegando por isso a ser preso durante o movimento de 1935.

O Partido em Mossoró ficou mais restrito à classe operária. A penetração entre a classe média foi muito pouco expressiva. Certamente que entre os militantes havia alguns que não eram operários, como os irmãos Reginaldo, pequenos proprietários, comerciantes, professores e Miguel Moreira, advogado. Mas a proposta do Partido não conseguiu mobilizar os setores mais progressistas da classe média, ligados ao cafeísmo. Alguns, individualmente, chegaram a contribuir financeiramente e até a participar de reuniões como simpatizantes, mas jamais seriam organicamente ligados ao Partido. Apenas a “*Juventude Comunista*” chegaria a aglutinar alguns jovens de classe média, poucos dos quais posteriormente viriam a se ligar ao Partido. “*O articulador era Glicério Reginaldo. A gente se reunia com um baralho, para despistar. Ele explicava as coisas e cada um de nós ia ter uma tarefa. Tinha umas 25 pessoas*”...) (46).

Essa composição social, majoritariamente proletária, certamente é mais uma pista para entendermos O rumo que posteriormente o movimento tomaria, ou seja, a radicalização do processo que empurraria o Partido para uma atuação, àquela época, bastante diferenciada da orientação da Direção Nacional e da prática corrente em outros lugares do País.

A Associação dos operários das Salinas

Logo após sua fundação, o Partido se estruturava, aglutinando em torno de si os operários mais conscientes e esclarecidos; esse recrutamento se dava basicamente entre o contingente dos trabalhadores de salinas, os quais além de formarem categoria mais expressiva numericamente, permaneciam agrupados durante toda a semana. Essa convivência intensa, em que centenas de homens permaneciam juntos, tanto no desempenho das tarefas, quanto no alojamento onde repousavam os corpos cansados da dura jornada, revelou-se um terreno propício para jogar a proposta do Partido. As conversas, que de início envolviam uns poucos operários, vão aos poucos ampliando seu raio de ação e fazendo surgir um núcleo comunista entre os operários das salinas.

Desde o início, havia por parte do grupo que fundara o Partido a intenção de organizar os trabalhadores das diversas categorias em sindicatos. Primeiramente, investiram na ampliação e estruturação do Partido, atraindo os operários mais conscientes e procurando proporcionar-lhes uma formação política que lhes capacitasse para o exercício dessa tarefa. Durante o intervalo que vai de 1928 a 1930, portanto, vão surgindo os grupos de operários vinculados ao Partido, que daria início à organização da classe trabalhadora mossoroense em sindicatos.

Mas essa não seria uma tarefa fácil. As categorias mais expressivas eram os salineiros e a construção civil. Ocorre que a atividade da salina é sazonal e aquele contingente que de agosto a dezembro mourejava na colheita do sal, era o mesmo que, nos primeiros seis meses do ano, lutava com a terra a partir das mais diversas relações de trabalho: pequeno proprietário, parceiro, meeiro, etc. Eram pessoas que vinham sem qualquer experiência associativa, a maioria das vezes analfabetos, sem qualquer intimidade com a existência de direitos para o trabalhador. Além disso, a repressão era muito forte. Um feitor de salina era dono da vida dos seus comandados. Podia despedir, podia castigar. O horário de trabalho começava com a madrugada e se prolongava até o sol estar alto, quando então a intensa luminosidade refletida nas pirâmides de sal alvíssimas, somada ao calor causticante obrigava a uma parada. Esses homens rudes, que passavam a semana arranchados nas salinas e apenas no sábado e do-

mingo desciam para a periferia da cidade onde moravam, começaram a ouvir nas conversas com alguns companheiros um assunto diferente: a necessidade de se juntarem os operários de todas as salinas, de conversarem sobre a vida que levavam, sobre a brutalidade dos feitores, e sobre os direitos que tinham. Aos poucos foram se interessando, foram se chegando, se aproximando, o zum-zum passando de boca em boca. Uma conversa que ninguém ainda conheceria, e que poucos conversavam, já ocupava um bom espaço no barracão apenas coberto, onde descansavam o corpo moído, o vento entrando à vontade, sem paredes que limitassem seu assobio, nem o balançado das redes amarradas nos caibros. Quando não era a chuva, que obrigava a ficarem acordados, encolhidos, no fundo da rede, para fugir do frio que lhes enrijecia os músculos.

Os trabalhadores temporários eram menos permeáveis a essas propostas de organização. Sua vivência durante parte do ano, submetidos às diversas formas com que a exploração se processa no campo, é um componente fundamental para se entender essas dificuldades. Afinal, algumas dessas relações, onde o trabalhador não aparece totalmente excluído dos meios de produção, em que aparentemente ele se encontra apenas de modo parcial submetido à sua lógica, suscitam mecanismos ideológicos particulares, necessários à sua reprodução. Essa cimentação ideológica que se realiza através de relações de amizade, de compadrio, se expressa pelo estímulo constante aos laços de proximidade de convivência e de relacionamento harmônico com os proprietários da terra, cuja imagem produzida ideologicamente é a de parceiro ou aliado na produção. Sintomaticamente, ao mesmo tempo em que essa forma disfarçada de dominação age no sentido da integração, dificulta a apreensão por parte do trabalhador de necessidade da organização, ao mascarar os contornos da relação capital/trabalho.

E para os trabalhadores que, mesmo no campo, já estavam submetidos às relações de assalariamento? Para esses também, falar em sindicato, era falar de alguma coisa muito distante de sua realidade de vida. A lei que conheciam era a lei do coronel. Escrita na ponta da virola, ensinada no salto do tacão. Uma lei que não respeitava o tempo, que passava firme pelas quatro festas do ano, e por todas as gerações. Afora essa, ouviam falar de outra, através de histórias de meter medo, pior que assombração. Era a história dos bandos que viviam pelos matos, traçando no bacamarte outra constituição. Eram muitos e suas aventuras, contadas com tantos detalhes, povoavam as estradas escuras, enchiam de poeira a curva lá ao longe, quase no infinito, e de vozes, de gritos, de cantigas, as noites percorridas do sertão.

Poucos já os tinham visto, mas sabiam seus nomes, conheciam sua história e os detalhes de cada combate, onde os “*macacos*” arrenegavam da profissão. Agora não entendiam porque esses homens assim tão valentes, capazes de dar de frente com a Força e não correr, porque eles, – dizia-se – maltratavam os pobres viventes, que nada tinham de seu, a não ser os olhos espantados, espreitando por trás do cerrado as sombras que podiam a qualquer hora ir mostrando suas caras: Lampião, Massilon, Jararaca, Beija-flor, Jesuíno, eram tantos...

Os operários da construção, contingente bem menor, estavam distribuídos entre as pequenas obras da cidade, colocando o meio-fio nas ruas de chão batido, tendo que trazer o material ao pé da obra, até mesmo as pedras, recebendo uma diária miserável, e trabalhando para a administração municipal. Para esses também essa história de sindicato, de direitos, era ideia muito distante, era muita fantasia.

A economia mossoroense que, historicamente sempre se destacou em relação às outras cidades circunvizinhas, fez a cidade funcionar como um polo de atração para a mão de obra da região. Em consequência, a classe dominante local acostumou-se a dispor de uma força de trabalho abundante e barata, competindo entre si por um “*serviço*” que lhe garantisse a sobrevivência, submetendo-se aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho. Sem qualquer experiência organizativa, tiveram até então de render-se aos mais violentos níveis de exploração.

O início do processo de organização dos trabalhadores, portanto, levaria as elites locais a sentirem-se ameaçadas em seus privilégios e a colocarem-se desde logo frontalmente contrárias a qualquer iniciativa nesse sentido. Lançavam-se não apenas em nível de discurso e da intenção mas, como para a guerra, onde todas as armas deveriam ser usadas e cujo limite seria a destruição completa do inimigo.

Como a grande tarefa do Partido era a organização dos operários das salinas, contaram, para isso, com a adesão do grupo de operários que havia sido cooptado pelo PCB e que era composto por elementos que já se destacavam por exercerem alguma liderança na categoria. Sob orientação direta dos quadros dirigentes do Partido como os Reginaldo, Luiz Saraiva, e Miguel Moreira, é criada em 1931 a “*Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal*”. Entre os fundadores figuram os nomes de Manoel Torquato de Araújo, Cândido Benedito e João Crisóstomo da Silva (47).

Criada a Associação, foi constituída a Diretoria Provisória com Manoel Torquato na Presidência. Tem início uma história que não apenas marcaria profundamente a classe trabalhadora mossoroense em seu

conjunto, mas que também transformaria em definitivo a trajetória individual de seus integrantes, ou pelo menos, dos que se colocaram à frente das inúmeras lutas que se sucederiam, como foi o caso desse primeiro presidente. Uma reconstrução rápida de sua história anterior nos mostrará a dimensão exata dessas alterações.

Manoel Torquato era um homem calmo, temente a Deus, sua casa sempre pronta para receber os irmãos para os cultos na boca da noite, quando as pessoas se espremiavam pela sala e se acotovelavam pela janela, do lado de fora, já na rua, para ouvir a pregação. Era homem de poucas posses. Seus pais, pequenos proprietários, continuaram agarrados à terra, buscando a sobrevivência, junto com seus irmãos, do mesmo jeito que fizeram seus avós e para trás, todos os outros a perder de vista. Manoel mudou de profissão. Foi ser tropeiro, tanger burros, que levavam os caçuás cheios de miudezas que ele vendia nos lugarejos por onde passava. Daí tira o seu sustento e o de sua família. Assim vivia. Em Mossoró, tinha sua residência, onde descansava as pernas e descarregava a poeira das estradas e tinha também o maior comércio da região, onde abastecia os caçuás para novas caminhadas.

Corria o ano de 1927. De todo lado vinham notícias de bandos de cangaceiros percorrendo a região fronteira entre o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Até se dizia que eles faziam mesmo era atacar as cidades perto do Ceará, sempre voltando para lá, pois lá tinham guarida. Diziam até que o próprio Governador era coiteiro desses homens. O que se sabe é que, em 1924, quando a Coluna Prestes se avizinhava em sua marcha pelo sertão, o próprio Pe. Cícero do Juazeiro, com ordens do Governo, chamou Lampião e lhe deu patente de Capitão para combater a Coluna.

Manoel Torquato está em Mossoró. Véspera de viagem, vai ao comércio completar seus estoques de miudezas. Havia notícias de que o bando de Massilon tinha atacado a cidade de Apodi e que Lampião se encontrava nas proximidades de Mossoró. Manoel Torquato saiu na madrugada em direção a São Sebastião, atualmente Governador Dix-sept Rosado. Na primeira noite encontrou o bando de Lampião e foi feito refém. Conseguiu fugir, deixando os animais e todo o carregamento, todo o seu capital. Chegando em Mossoró, procura emprego na salina.

Começa a trabalhar. Trabalho duro, todo manual: furar o sal, rechejar, carregar em balaio suspensos por cordas amarradas em pau apoiado no ombro. Dois balaio, dois homens, em passo ritmado, o pau ferindo o ombro. De início o sangue escorre, a dor é muito grande, descem lágrimas que as mãos ocupadas segurando as cordas, para auxiliar na cadência dos passos, não podem enxugar. Depois a ferida vai endu-

recendo, vira calo, uma protuberância no ombro, capaz de aguentar o peso dos balaios sem sangrar. Mas, nas batidas noturnas pelos bairros operários é aí que a polícia passa a mão em busca de sua identificação.

Aos poucos Manoel Torquato vai se acostumando.

Homem inteligente e conversador, ele começa a se interessar pelos assuntos que circulam entre alguns dos grupos que se formam depois da jornada diária. Principalmente, porque nessas conversas o assunto principal são eles mesmos. Mas, é uma conversa diferente. Não se trata da vida de cada um, do trabalho de cada um, dos problemas de cada um, e sim, discute-se a situação deles todos, como um conjunto, trabalhando juntos, sob as mesmas condições, ganhando o mesmo salário e fazendo as mesmas tarefas. Além disso, chama a sua atenção o fato de que alguns trabalhadores conversam sobre aquelas coisas, naturalmente, como se estivessem falando da colheita, da limpa ou da queima.

Manoel Torquato e outros trabalhadores de salina ligam-se ao PCB e no final de semana participam de reuniões nas casas de um ou outro companheiro, no bairro operário de Bom Jardim. A luz acesa e todos em volta da mesa, o baralho à mão, que aquilo era coisa séria e todo cuidado era pouco. Era Governador na época, Juvenal Lamartine, e a virola era a sua resposta a qualquer pensamento divergente.

Quando o Partido avalia que o grupo já demonstra conhecimento suficiente de sua proposta e de seus objetivos, delibera que iniciem o trabalho de organização sindical. Começariam pela formação do sindicato dos operários de salinas. A partir de sua estruturação, procurar-se-ia, num segundo momento, levar a proposta partidária e sindical – sempre nessa ordem – às demais categorias locais e dependendo do sucesso alcançado na empreitada, seu raio de ação seria ampliado para outras cidades da região.

Nessa tarefa, os operários contavam com o apoio e orientação da direção local do Partido, o qual, por sua vez, Sem nenhuma experiência concreta no trabalho sindical, recebeu auxílio das instâncias de direção nacional do Partido, através da presença de alguém experiente para ajudá-lo na tarefa. Daí a vinda de Zé Mariano para Mossoró, logo no início de 1932. Aliás, a presença sucessiva em Mossoró de outros militantes do Partido, destacados para atuarem também em outras áreas, é uma pista para se pensar a importância com que era visto o trabalho na região, em termos do potencial de organização e de lutas a ser estimulado. Tanto é assim que, se compararmos a atuação do Partido em Natal, onde se supõe que tenha sido formado primeiro (48), vamos observar uma presença

bem mais tímida, bem mais individualizada e restrita a alguns notórios militantes, sem, no entanto, conseguir se fazer presente de uma maneira marcante no cenário político, tendo mesmo na área sindical uma atuação proporcionalmente muito menos expressiva. Claro que não se pode desprezar o fato já citado de Natal não contar com uma atividade produtiva com o peso social e econômico das salinas, funcionando mesmo como polo administrativo do Estado. Mas, mesmo nas atividades que aglutinavam numeroso contingente, como por exemplo na estiva, o trabalho do Partido não consegue atingir a dimensão da região Oeste, seja em termos quantitativos, seja na qualidade da atuação aí desenvolvida.

A formação do sindicato dos operários das salinas, posteriormente “*Sindicato do Garrancho*”, marcaria o início da organização não apenas dessa categoria, mas de grande parte da classe trabalhadora mossoroense, como também viria a tentar se expandir em toda a região Oeste. Portanto, sua história sindical está necessariamente ligada ao “*Sindicato do Garrancho*”, tendo como matriz política o Partido Comunista do Brasil.

Ao ser fundada a Associação dos Operários do Sal, não contava com mais do que um pequeno núcleo de trabalhadores.

A primeira providência da Diretoria foi alugar uma sede para instalar fisicamente a Associação. Concluída essa tarefa, iniciou o trabalho de organização da categoria. Surge assim a primeira tentativa concreta de organização sindical dos trabalhadores daquela região. A experiência mais próxima que eles haviam tido fora a Liga Operária que entre 1921 e 1927 saíra dos limites impostos pelo seu caráter beneficente e buscara organizar a classe trabalhadora, numa tentativa duramente reprimida pelas elites proprietárias locais. Mas, se naquela época o trabalho era realizado sutilmente, não se colocava sequer o caráter sindical e foi destruído, o que aconteceria agora quando a classe operária ousava se por para fora, na tentativa de se organizar, de se assumir?

Aos poucos os operários vão aderindo. “*Todo mundo queria ir para a reunião. No dia da reunião era mulher, era menino, era tudo. Tal qual um comício.*” As reuniões são no domingo. É o primeiro Sindicato que se forma em toda a região e os trabalhadores das mais diversas categorias enchem a sala para ouvir os salineiros e os intelectuais do Partido, como Lauro Reginaldo e Luisinho Saraiva, fazendo o trabalho de propaganda do Sindicato. As elites proprietárias das salinas começaram a se sentir ameaçadas.

“O Governo da época era muito reacionário, estava nas mãos dos Fernandes, que era uma família que controlava aqui em Mossoró salinas, indústrias e comércio. Era uma oligarquia danada, uma prepotência danada. Aí foi obrigado a gente a fechar o Sindicato. Ninguém pôde mais se reunir. Se fosse, a polícia prendia” (49).

A Aliança Liberal está no poder e o Decreto nº 19.770, da sindicalização, já é uma realidade mas, para as elites locais, não existem limites ao seu poder, principalmente quando se trata de preservar as relações de trabalho que lhes garantam lucros exorbitantes.

Surge o Sindicato do Garrancho.

“Ai nós tratamos de nos reunir no mato. Tinha árvores aqui logo perto, na época, daqui a uma légua mais ou menos, tinha árvores grandes e era lugar ermo. A gente dizia: tal dia é debaixo de árvore tal, por exemplo, uma quixabeira, que é uma árvore frondosa que nós temos aqui e que é muito frondosa, nunca falta sombra nela. E a gente ia para lá e traçava os planos. Não era uma assembleia, mas ali estava a fina flor do operariado mais consciente. Ali se traçava o plano para por em execução no dia seguinte. Discutiam-se todos os problemas da classe e saía-se nas salinas. A gente sempre procurava trazer um elemento de cada salina porque aquele elemento era porta-voz não só do Sindicato, mas também do Partido”.

A organização do Sindicato é feita entrelaçada com a constituição do PCB, sendo que, na maioria das vezes, nesse período inicial, o trabalhador é recrutado pelo Partido e só depois é que adere ao Sindicato. Como nos mostra este depoimento de Francisco Guilherme:

“Entrei para o Sindicato em 1932, por intermédio do Partido. Porque eu pouco me interessava. Quando eu entrei para o Partido em 1931, aí em reunião disseram: todos os comunistas têm que fazer parte do Sindicato, porque a força do Sindicato é o Partido. Então, obedecendo à palavra de ordem do Partido, entrei para o Sindicato, não fiz nenhuma objeção” (50).

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Salinas, bem como dos outros sindicatos que surgiriam em seguida, era parte integrante da reação que o PCB fazia na época ao controle dos Sindicatos pelo Estado. Com efeito, travava-se uma batalha violenta em nível nacional contra a sujeição do Sindicato ao Estado, via o Ministério do Trabalho recém-criado. O PCB defendia total independência e os Sindicatos, sob sua orientação, passavam ao largo das exigências legais de reconhecimento. Chamavam os Sindicatos que procuravam se adequar ao Ministério do Trabalho, de Sindicatos Amarelos, uma antecipação do que hoje chamamos de pelegos, e em troca, eram denominados Sindicatos Vermelhos. Era uma luta muito desigual porque o Governo Vargas matreiramente vinculou o acesso aos Direitos Trabalhistas aos Sindicatos reconhecidos

por lei. A tática do PCB foi criar mais Sindicatos sob sua orientação, na intenção de ter peso suficiente no movimento sindical, para se contrapor à legislação em vigor.

No caso do Sindicato dos Trabalhadores do Sal, a proposta inicial era mantê-lo fora da administração do Ministério do Trabalho. Mas, a reação da parte dos trabalhadores foi muito grande. Eles temiam que sem respaldo legal, as classes proprietárias teriam todas as facilidades para reprimi-los para ignorar os seus pleitos. *“E então, nós resolvemos criar o Sindicato mais ou menos de acordo com o MT”* (51). Os trabalhadores, pela pouca experiência concreta na luta de classes, não supunham até onde a classe dominante era capaz de ir, os recursos de que ela lança mão para manter a exploração.

“Esse Decreto 19.770, da sindicalização só tinha valor por lá, no pé do Palácio, quando chega aqui já perde o valor, perde a ação, porque ninguém cumpre. Nós tentamos por todos os meios legais fundar o Sindicato legal, mas os patrões não permitiam. Foi por isto que fundamos o Sindicato clandestino. A gente tinha que sair para o mato na calada da noite, ou mesmo ao meio-dia, portando espingarda de caça para despistar os agentes dos proprietários das salinas”.

Os patrões reprimiam porque era ilegal e ao mesmo tempo impediam sua legalização. Criavam obstáculos à legalização. Tanto assim que ao mesmo tempo em que se reuniam clandestinamente, tentavam obter o registro da associação como estava previsto na legislação. *“Até que conseguimos o registro de Associação e aí viemos para a legalidade. Mas essa legalidade foi conseguida à força, não foi dada pelos patrões”.* A partir dessa *“vitória”* os trabalhadores passaram a atuar legalmente, a associação representando a categoria como de direito. Mas os patrões não reconheceram o registro da associação, o que implicava não admitir que a associação representasse a categoria, que negociasse em nome dela, sob a alegação de que não era Sindicato. Ao mesmo tempo, procuravam impedir que a carta sindical fosse conseguida, através de interferências diretas do próprio Ministério do Trabalho. Eram ações mais ou menos sigilosas, até 1934, quando Rafael Fernandes é eleito Governador do Estado pelo Partido Popular, que congregava as elites conservadoras do Estado. Rafael Fernandes era proprietário de salina em Mossoró. *“Tratou de perseguir o Sindicato a ferro e fogo, a ponto de garantir que enquanto ele fosse Governador o Sindicato não seria reconhecido.”* (52). De fato, continuaram agindo enquanto sindicato, representando a categoria, fazendo greves, de-

fundendo reivindicações, mas sempre sob a mira da polícia. Atravessaram momentos difíceis, como a repressão de 1935 que praticamente destruiu o Sindicato, pelas prisões e deportações em massa de sindicalistas, recomeçaram a luta, mas somente conseguiram o reconhecimento de entidade como Sindicato em 1946. Durante 16 anos, enfrentaram a arrogância dos patrões e a conivência do Estado.

Portanto, o eixo de luta foi desviado para o plano institucional-legal.

Para o PCB, não se tratava mais de combater o atrelamento do Sindicato ao Estado, e sim de lutar para ser reconhecido por esse Estado e desta maneira aceito pelos patrões.

Os proprietários de salina, acostumados a disporem de um exército industrial abundante e alheio aos seus direitos, ao se defrontarem com a perspectiva de serem modificadas as regras do jogo, reagiram com violência brutal. Para eles estava claro que daí adviria, com toda certeza, alterações nos níveis de exploração fundados na mais valia absoluta, retida à custa de longas jornadas, baixos salários e – sobretudo – péssimas condições de trabalho.

A Colheita do Sal

A trajetória do sal, desde os cristalizadores até o embarque nos navios, compreende algumas tarefas bem definidas. Durante o período que estamos estudando, a primeira metade da década de 30, não havia nenhuma salina mecanizada. Todo o conjunto de tarefas era feito manualmente, artesanalmente, pelos métodos mais rudimentares. A burguesia, dispondo de mão de obra abundante e barata, não sentia nenhuma necessidade de modificar os esquemas de trabalho, porque isso envolvia alterar as condições de trabalho e portanto implicava em custos.

Uma descrição rápida do trabalho na salina deve começar pelos cristalizadores. Também chamados baldes, é o espaço cercado em que a água se concentra, cristaliza, vira sal. No período de atividade da salina os baldes se apresentam solidificados. A primeira atividade é a do colhedor do sal. O operário corta aquela laje de sal que está petrificada e começa a quebrar e fazer um monte. Nessa época o transporte era feito em balaio e o sal era colhido 2 a 2 para facilitar a proximidade do parceiro para carregar os baldes. A segunda tarefa é transportar para os aterros. É feita pela mesma dupla que colheu o sal. Tomam os baldes, suspensos por cordas amarradas em um pau de galão e saem ritmadamente, num mesmo compasso até o aterro, onde despejam o sal. O aterro é o lugar onde o sal vai

ficar descansando, cumprindo o período de cura. E forrado com sal velho, sal imprestável. Jogado o sal no aterro entra em cena o rechegador. Cabe a ele organizar o sal, empilhá-lo até formar uma pirâmide, organizar de tal maneira que dê condições de passar uma trena para medir quantos alqueires foram colocados e assim poder calcular a remuneração dos colhedores que é feita por produção. O trabalho do rechegador é considerado mais leve e é mais bem remunerado que o dos colhedores. Outra tarefa é a do conferente, que fica com lápis e papel na mão anotando a saída dos balaies, ou seja, a produção de cada dupla. Os colhedores vão passando com o balaio carregado e vão dizendo, eu o 1º, eu o 4º, eu o 10º etc. O trabalho é de controle, bem mais leve e melhor remunerado do que em todas as outras tarefas. *“Esse é o peixinho do patrão, de alta confiança”* (53).

O diarista é o encarregado da limpeza e conservação dos baldes ou cristalizadores dos aterros. A limpeza dos cristalizadores é muito importante. O sal solidificado em um balde cheio de sujeira exige uma tarefa suplementar ao ser colhido: lavar o sal. Isso faz desperdiçar o tempo do colhedor que trabalha por produção. Os operários sempre se revoltaram pela não conservação dos baldes, inclusive há indícios de que antes mesmo da organização do Partido e do Sindicato, tenha havido pequenas greves, em salinas isoladas, motivadas unicamente por esta questão.

Houve casos, também, em que os trabalhadores ao se depararem com baldes sujos e na impossibilidade de reclamarem, por não terem organização, temendo ficarem na lista negra, preferiam abandonar silenciosamente a salina, sem sequer receber pelo trabalho já realizado. Saíam fugidos e preferiam perder o salário já trabalhado a enfrentar o feitor. Ficar naquela salina tendo que lavar todo o sal colhido era desperdiçar energia e tempo. Preferiam sair. Mas sair sem qualquer alteração com o feitor que pudesse trazer dificuldades para arranjar colocação noutra salina. Isso demonstra a dificuldade que os trabalhadores enfrentavam e a intolerância dos patrões e dos feitores, seus testas de ferro.

Quanto aos aterros, cabe ao diarista limpar o local onde vai ser depositado o sal, e depois espalhar cuidadosamente sal velho, de tal modo que ele forme uma crosta, uma placa, para proteger o sal que ficará empilhado durante o tempo de cura. São chamados Diaristas de Conservação e ganhavam menos do que em qualquer das outras tarefas.

O tempo de cura do sal varia de 6 a 8 meses. Enquanto isso vai endurecendo. Ao final, aquela pirâmide está transformada numa imensa laje de sal. Então a próxima tarefa é quebrar outra vez o sal, rechegar, quebrar mais, rechegar, até que o monte se transforme em pedaços pe-

quenos Essa é uma das tarefas mais perigosas, onde o trabalhador corre enormes riscos de acidente.

“Fica uma pedra terrível, que o sujeito tem de cavar e vai chegando, para depois cavar outra barreira (...) por conta disso muitos companheiros morreram debaixo das barreiras, porque eles cavam por baixo e deixam assim como se fosse uma loca. E depois aquele sal que estava em cima despencava. Eu conheço vários que morreram desse jeito” (54).

A última tarefa é o transporte do sal para as barcaças que o levará para os navios. Quebrar o sal e embarcá-lo, embora fossem duas tarefas distintas, eram realizados pela mesma pessoa. Era considerada uma tarefa mais especializada e portanto melhor remunerada. Não era tarefa fácil cortar o sal, e o embarque era realizado por cima de pranchas de madeira muito escorregadias. A prancha era uma espécie de passarela de madeira, estreita, que ficava entre o sal e a barcaça. A maioria das vezes o embarque se dava durante a noite. Não havia energia elétrica e a iluminação era feita por uma espécie de farol grande, uma lamparina com capacidade para 1 litro de querosene, que se chamava piraca. A ventania muito forte às vezes apagava a chama, mas o percurso tinha que ser feito, e era feito no escuro, rapidamente, sobre uma prancha que dependendo da inclinação media de 3 a 4 metros de altura. *“E uma tronqueira danada esperando lá embaixo. A gente ia só no giro”* (55). Havia muitos acidentes. A pessoa perdia o equilíbrio e despencava lá embaixo.

Na ausência de qualquer socorro por parte da empresa, cabia aos trabalhadores resolverem aquela emergência. *“O transporte era uma rede. Amarravam a rede colocando um pau bem grande, botavam o sujeito na rede e o pessoal vinha deixar aqui em Mossoró”* (56). Faziam o trajeto a pé de ida e volta. Ainda perdiam o dia de trabalho. Mesmo assim o pessoal vinha. A solidariedade entre os trabalhadores de salina é sempre ressaltada em todos os depoimentos sobre o período. *“Na barra de Mossoró, Areia Branca, Grossos e Macau, trabalhavam uns 5.000 trabalhadores e nunca se registrou um assassinato”* (57). Essa afirmativa vinha sempre acompanhada com referências a outras categorias, principalmente aos ferroviários, bem inferiores numericamente, cerca de 2.000, e que de *“vez em quando vinham 3 ou 4 esfaqueados para Mossoró”* (58).

Essa solidariedade, essa harmonia entre os operários do sal, tão enfatizada, talvez tenha a ver com dois aspectos. Em primeiro lugar, eles ficavam retidos na salina, convivendo no trabalho, e no galpão durante toda a semana e às vezes até durante 15 dias corridos. Ao final de cada semana se dirigiam a Mossoró principalmente os que moravam aqui.

Outros, oriundos das cidades circunvizinhas, onde inclusive ficara a família, desciam da salina apenas de 15 em 15 dias. A convivência diária e contínua sob uma disciplina de trabalho violenta, debaixo de condições de trabalho as mais duras, e principalmente antes da existência do sindicato, sem uma organização, nestas circunstâncias é como se voltassem entre si, uma comunidade unida pela fraternidade e marcada pelo fato de estarem submetidos às mesmas condições de exploração.

Sua importância, econômica era incontestável, seus ombros carregavam a parte mais significativa das riquezas geradas na região. Na época da safra havia sempre cerca de 10 navios cargueiros ancorados à espera do carregamento de sal que seria levado para abastecer o mercado do sul do País. Nesse período, as salinas absorviam toda a mão de obra assalariável da região, sob um regime de trabalho tão brutal, capaz de transformar homens jovens e fortes em indivíduos precocemente envelhecidos, às vezes cegos, a pele de tal forma castigada pelo contato com o sal que, em muitos casos, os pés cheios de rachaduras deformavam os dedos, separando-os a ponto de não mais poderem calçar sapatos.

Terminada a vida útil, quando esvaziados de toda a energia já não dispunham de forças para furar o sal, para fazê-lo em pedaços ou transportá-los nos ombros, restavam-lhes poucas alternativas de sobrevivência. Combalidos para exercer atividades que demandassem grande esforço físico, o futuro muitas vezes lhes reservava viver às custas de familiares ou até mesmo a mendicância sem disfarces. Com o agravante de, no caso de acidentes de trabalho - que não eram poucos - como não havia nenhum respaldo por parte das empresas, que lhes assegurasse qualquer benefício, esse futuro ser-lhes antecipado.

As Condições de Trabalho

Como toda atividade sazonal, o trabalho na salina é, por si só, uma fonte de insegurança e angústia para o trabalhador. Ao final de cada jornada, sente pesar a ameaça do desemprego, vivendo sob o risco constante de não poder garantir a sobrevivência de si a sua família. Daí a associação natural com a atividade rural o que lhes favorecia a possibilidade de se manterem ocupados durante grande parte do ano. Portanto, os operários das salinas eram constituídos por dois grupos. Havia os que estavam ligados exclusivamente à salina, eram profissionais. Os outros eram de origem rural, trabalhavam os primeiros seis meses do ano na agricultura e durante a entressafra, ingressavam nas salinas. Normalmente provinham da Várzea do Açú e cidades próximas.

As condições de trabalho eram muito duras. A jornada de trabalho era de 10 a 12 horas diárias. Começava pouco depois da meia-noite, para evitar a excessiva claridade do sol, que refletida na brancura do sal, formava uma luminosidade incandescente, insuportável aos olhos. Não havia iluminação, trabalhavam no escuro, orientando-se pelo brilho dos montes de sal, permaneciam na salina durante toda a semana, descendo para a cidade aos sábados. Ficavam alojados em galpões cobertos de telhas, sem paredes laterais, expostos ao vento e à chuva.

O trabalho era realizado por tarefa. A produção era medida em alqueires. O alqueire oficial contém 32 cuias, mas na salina valia 36 cuias. Essa diferença era para compensar o possível desgaste do sal sob o efeito do vento e da chuva. Dessa maneira, era descontado antecipadamente do trabalhador o possível prejuízo, através do trabalho não pago.

Claridade do sol era um dos grandes inimigos do operário de salina. Eles procuravam burlar o sol montando jornadas que se iniciavam pelas 2 horas da madrugada até o meio-dia. Contudo, muitos tinham problemas de visão, ocasionados pelo excesso de luminosidade, que resultavam da incidência dos raios solares sobre os montes alvos de sal. A intensa luminosidade irritava os olhos, os trabalhadores iam ficando com os olhos vermelhos, lacrimejando, e dependendo do grau de irritação, eles eram obrigados a se retirarem do trabalho, porque não tinham condições de continuar se expondo ao sol. “*Parecia que o sujeito estava com conjuntivite*” (59). Não havia qualquer tipo de assistência médica, ou remédios. O doente que se considerasse impossibilitado para o serviço que se retirasse. Como eles ganhavam por produção, sair significava não dispor de qualquer importância para fazer frente às despesas, suas e da família.

A claridade era, portanto, muito nociva aos operários, já que eles não dispunham de quaisquer equipamentos de segurança. Mas não era o único obstáculo que eles tinham que enfrentar. Outro grande temor era de que apanhassem “maxixe”. Assim eles denominavam um tumor grande que tinha um “carnegão” e que deixava marcas, uns buracos, onde se formavam. Esses tumores tinham origem no contato direto da pele com as impurezas do sal. Começava com uma pequena erupção no “pé” do cabelo e evoluía para um tumor grande e extremamente doloroso. O “maxixe” nascia com mais frequência na perna, do joelho para baixo, que permanecia em contato direto com a água. No entanto, nada impedia que nascesse em outras partes do corpo, sendo o bastante o contato com a água salgada. Tanto que havia muitos casos de nascerem “maxixes” no ombro, porque no ato de transportar o sal, que era feito 2 a 2, através de balaios suspensos por cordas presas a um pau sustentado no ombro, se o operá-

rio não tivesse cuidado e passasse as mãos sujas de sal no ombro, estava correndo o risco de que nascessem tumores em seus ombros.

Não havia tratamento para os tumores. O trabalhador tinha de suportar a dor e esperar que “amadurecesse”. Aí então espremia, expulsando o “carnegão” e todo o pus que estava retido. Estourar o “maxixe verde”, diziam os trabalhadores, era risco certo de infecção. Nesse caso, sobrevinha febre mais alta e dores insuportáveis, impossibilitando-o para continuar no trabalho. Era frequente que os trabalhadores tivessem até três tumores ao mesmo tempo, o que significava trabalhar sob alta temperatura e muitas dores. Ao ser perguntado sobre as condições de saúde, Chico Guilherme resumiu:

“Tinha que estragar a sola dos pés, as rachaduras nos pés, tinha os maxixes, tinha a claridade. O excesso de claridade acabava com a vida da gente. Ao meio dia o sal é mais alvo do que neve, a gente olhando para o sal faz um reflexo como que seja um vidro, parece mentira. O resto era queda, acidente, quebrar perna...” (60).

Apesar de concentrar numeroso contingente operário, não tinha nenhum atendimento médico, nem mesmo uma pequena enfermaria equipada com material de primeiros socorros. Quando o operário ficava impossibilitado para o trabalho por doença ou acidente, como não havia qualquer assistência e inexistia previdência ou o reconhecimento de acidente de trabalho, a solução era “*vir para casa morrer de fome*” (61). Nesses casos se evidenciava a solidariedade operária. Os trabalhadores faziam circular uma listinha de contribuições que eles chamavam de “rateio” e através dessa lista reuniam uma pequena ajuda que era entregue ao trabalhador doente até que ele se recuperasse e “pudesse voltar pra salina, pra ganhar”.

As salinas distavam até 48 km de Mossoró. Um dos itens permanentes da pauta de reivindicações dos operários era transporte por conta da empresa. Não conseguiam, o que os obrigava a fazer o percurso a pé, tanto na ida, como na vinda. Juntavam um grupo de trabalhadores e saíam caminhando. Saíam meia noite e chegavam lá no raiar do dia. “*Saía aquela turma, 10, 12, um saco nas costas, conversando, contando histórias... um terreno plano, planície... parecia gado quando vem do sertão*” (62). Somente na década de 40 é que eles conseguiriam o atendimento dessa reivindicação: transporte de ida e volta por conta da empresa. Mas nessa época, o percurso era feito a pé. Algumas salinas ficavam mais próximas, ou seja, 3 léguas ou 18 km. As mais distantes ficavam a 8 léguas ou 48 km.

Outro grande problema para os trabalhadores das salinas era a água. Havia uma reivindicação antiga para que a empresa se encarregasse do fornecimento da água. As empresas não concordavam. Então

os operários se cotizavam para pagar o abastecimento de água que vinha de uma distância de 4 léguas, ou seja, 24 km. Cada trabalhador pagava 1.500 réis pela água, que ficava em tonéis sem cobertura, exposta ao sol forte da salina. Além disso, era compartilhada com os animais, que serviam de condução aos feitores.

“Não tinha aparelho sanitário, o sujeito defecava no leito da maré, depois de passar muito tempo no sol, virava aquele torrão. O animal habituou-se a comer aquilo e depois vinha beber água no tambor e lavava a boca e deixava cair aquela baba dentro do tonel. Nós desorganizados éramos impotentes pra eles, a ponto de algum trabalhador reclamar e teve patrão que disse: eu tenho é nojo que o meu cavalo, que o meu burro beba com vocês” (63).

O feitor ficava tomando conta da água, e se formava a fila, porque era proibido beber longe do tonel. Tinha que ser ali às vistas do feitor, para que o trabalhador não usasse um pouco de água doce para lavar os pés ou o rosto. Lavar-se com água doce era a única forma de se livrar das impurezas da água salgada que infectavam a pele e traziam os “maxixes”. Mesmo a água sendo paga pelos próprios trabalhadores, seu consumo era racionado e controlado.

“A gente trabalhava suando, a camisa molhada de suor, aonde corria aquele suor e caía, o pingo de sal ficava, aquela lista branca. Era arriscado até sair maxixe no rosto. E se a gente lavasse o rosto com água doce, tirava o risco daquilo. Mas eles não deixavam lavar. Diziam que era desperdício” (64).

A proibição era tão severa que se alguém fosse pego utilizando a água de outra maneira que não fosse bebendo, era multado em 5.000 réis. E a água era paga pelo trabalhador. Mas, por ter passado no rosto, ele era obrigado a pagar essa multa que na época era a quantidade de dinheiro necessário para pagar 2 kg de carne. Portanto, o único recurso preventivo contra os tumores era higiene, ou não deixar a pele por muito tempo em contato com o sal, o que se transformava num problema imenso, porque o tipo de trabalho, muito pesado e exposto, exigia banho e não dispo de água doce, o operário tomava banho de maré, ficava salgado. *“A água às vezes estava com 2, 3 graus. E a gente não tinha o direito de tirar o sal do corpo. Por isso dava maxixe”* (65).

Além dos maxixes, do transporte e da água, havia o problema dos acidentes. As quedas eram frequentes. A operação de transportar o sal era feita por cima de pranchas de madeira, que molhadas ficam escorregadias e à noite era uma cilada. *“Uma vez eu caí numa barcaça quase dessa altura, tinha um salzinho dentro, eu fiquei todo ralado, depois comecei a traba-*

lhar novamente” (66). Podia ter se dado mal, porque o sal velho desgastado pela chuva, fica muito duro, *“Corta mais que ponta de faca. Corta como ostra e é até parecido com ostra”* (67).

A tarefa de descascar o sal também envolvia grandes riscos de acidentes. Depois de colhido e transportado nos balaios, o sal é organizado em montes de formato de uma pirâmide, ali permanecendo durante seis meses. É o período da “cura”. O sal fica exposto ao sol e à chuva despreendendo as impurezas. Ao pé do monte fica escorrendo um caldo grosso, a salmoura. Esse período de cura é fundamental porque vai influir diretamente na qualidade do sal. Terminado o período de descanso, o monte se transforma num todo compacto, endurecido. É o momento de quebrar o sal. *“A gente vai descascar, tirar aquele cascão por cima, aquelas lapadas como um beiju e aquela parte da pedra se desprende lá de cima do serrote, aquilo corta que só navalha”* (68). Não foram raros os casos de trabalhadores acidentados nestas circunstâncias.

Portanto, o trabalho na salina era realizado sob as condições mais desfavoráveis ao trabalhador. Não havia da parte da empresa a menor sensibilidade para as questões de alojamento, segurança, transporte e saúde. A mão de obra farta, disponível e barata agia como um mecanismo de compressão: baixa remuneração e péssimas condições de trabalho.

Mesmo direitos já plenamente conquistados pela classe trabalhadora e aceitos pelos patrões em outros lugares, como repouso semanal remunerado e seguro por acidente de trabalho, em Mossoró a intransigência dos patrões obrigava a que se fizesse greve para conseguir. Mesmo assim, nem sempre acompanhavam as conquistas, como por exemplo, o direito às férias, que somente viria a ser reconhecido em 1947.

Os trabalhadores, cujas mãos formavam as grandes riquezas da região, eram submetidos a péssimas condições de saúde e higiene. Muitos ficavam tuberculosos. Outros tinham a visão comprometida pela excessiva exposição ao sol.

A mercadoria comercializada no barracão, apesar da qualidade inferior, custava de duas a três vezes o preço normal do mercado.

Todo operário de salina dessa época, de trabalho manual, tinha um calo no ombro. Eles carregavam balaios cheios de sal, suspensos por um pau, no ombro de dois homens. *“Era um negócio bonito, para quem estava de fora, mas quando a gente entrava no jogo, tremia as pernas (...)”* (69). Em decorrência, muitos tiveram a coluna vertebral afetada, tortos para o resto da vida.

Além do mais, as constantes escaramuças entre os operários e os patrões e prepostos, fizeram com que passassem a ser visados pela polícia. E era lá no ombro, naquele calo, que a polícia ia com a mão em busca de sua identidade.



5. O Sindicato do Garrancho

A Organização

Os trabalhadores persistem na organização do sindicato, não se amedrontando frente às acusações de ilegalidade que lhes faziam os patrões e que concretamente se traduziam na mais violenta repressão. Uma violência que se dava pela repressão policial direta à prática sindical, mas que alcançava níveis ainda mais absolutos na ação em surdina dos patrões visando impedir o reconhecimento do sindicato, ao mesmo tempo em que se negavam a aceitá-lo enquanto associação, sob o argumento de que não era um sindicato legal.

Durante as reuniões, os oradores apelavam constantemente para uma radicalização verbal, cuja contundência literalmente assombrava a classe proprietária e que era decorrente da ação do Partido. Esse, embora na clandestinidade, prosperava naquele espaço propício e chegaria a se expandir por outras cidades da região.

Primeiro sindicato a ser formado na região, suas reuniões monopolizavam a atenção dos trabalhadores de diversas categorias.

“As reuniões do Sindicato eram muito concorridas. Normalmente, a sede não comportava a quantidade de trabalhadores que vinha para participar das assembleias. Muita gente era obrigada a ficar de fora, no meio da rua, pelas calçadas. Essas assembleias não eram frequentadas só por elementos da categoria. Era quase como uma festa, porque para o trabalhador não havia diversão, lazer. A própria reunião do Sindicato se transformava em festa para ele. Pessoas de outras categorias também participavam dos debates. Havia também elementos da rua, do povo, que compareciam até mesmo por curiosidade” (1).

Pode-se imaginar o mal-estar dos grupos dominantes ao constatarem a polarização de grande parte da classe trabalhadora pelo Sindicato. A repercussão dessas reuniões abertas era enorme. Todos debatendo os seus problemas particulares e descobrindo na discussão que o proble-

ma do operário da salina era diferente e igual ao problema do operário da construção civil, diferente e igual ao problema dos ferroviários. Sua dimensão pedagógica inquestionável, o povo tendo como assunto de suas conversas, na calçada, na boca da noite, suas condições de vida, a causa de tanta exploração e, sobretudo, o caminho de organização como forma de superação dessa situação.

“Dentro dos Sindicatos também havia discursos inflamados, de educação política, de conscientização. Um operário tomava a palavra e propunha aos trabalhadores: Precisamos seguir o exemplo da União Soviética, onde existe uma Pátria que se chama Pátria dos Trabalhadores. Lá o trabalhador tem direito a tudo que produz. Isto é uma árvore que nasceu na URSS e que vem sombreando todo o mundo, e, um dia, o mundo inteiro há de se tornar comunista.” (2).

Os operários se entusiasmavam com as propostas de luta pelo socialismo e pela conseqüente derrubada da burguesia. Continuava o orador: *“Diz Carlos Marx que a burguesia traz dentro dela o germe que irá destruí-la. Esse germe somos nós”* (3).

O Sindicato dos Salineiros funcionou como uma grande escola para a classe trabalhadora mossoroense. Então, o Partido passou a se preocupar com a fundação de outros Sindicatos.

“Na reunião do Partido se destacavam os elementos para organizar os outros sindicatos de outras categorias. Eram escolhidos elementos da própria categoria, que já participavam das reuniões dos trabalhadores da salina” (4).

Concentraram os esforços para a organização do Sindicato da Construção Civil, que foi fundado no bojo da luta pelas 8 horas de trabalho. Naquela época, a jornada dos operários da construção civil era de sol a sol, iniciava com o nascer do sol e suspendia quando o sol se punha. Na verdade, era bem maior, porque os patrões não aceitavam que os trabalhadores amolasses seus instrumentos durante a jornada. Então ele tinha que se levantar cedo. *“Era pegar 4 horas da madrugada para amolar os ferros de usar no serviço”* (5). Os trabalhadores começaram a se reunir e discutir, como lutar para diminuir as horas de trabalho. À frente do movimento, estavam Joaquim Rodrigues da Silva, Vicente Cassimiro, Luiz Dantas de Carvalho e Barôncio Ananias, todos ligados ao Partido e que mais adiante fundariam o Sindicato. No dia 14 de julho de 1932 se reúnem e decidem parar a construção civil. No dia seguinte, saem de construção em construção, parando todas as obras da cidade. As que não aderiam, eles tomavam os instrumentos de trabalho, de modo que, às 4 da tarde, na

cidade inteira, todas as obras haviam parado. Dirigiram-se em passeata à Prefeitura, exigindo do Prefeito, Paulo Fernandes, que assinasse as 8 horas de trabalho. Eram cerca de 400 pessoas. O Prefeito argumentou que não era de sua competência, mas que ia tentar resolver. Os trabalhadores então afirmaram que a partir daquela data trabalhariam 8 horas diárias, eles mesmos fariam respeitar a lei. Restava o problema de dar o sinal para que todos ouvissem. Dirigiram-se a uma empresa que tinha sirene, mas a empresa se recusou. A empresa pertencia aos Fernandes. Tentaram o cinema que também dispunha de sirene. O cinema funcionava no prédio do Grande Hotel. Eles foram falar com o proprietário e ele disse que não poderia atendê-los *“Porque não queria perder o prestígio da burguesia e estava sujeito a perder se fizesse isso”* (6). Não havia mais a quem recorrer. Os trabalhadores se reuniram e chegaram à conclusão de que eles mesmos é que teriam de avisar as horas. Então decidiram fazer uma cota entre todos eles e comprar foguetões. Dividiram-se em comissões por bairro que ficaram responsáveis pelo rodízio dos trabalhadores, que na hora de pegar e largar pela manhã e à tarde, soltavam os foguetões. Durante oito dias, Mossoró ouviu o estouro dos foguetões avisando os operários o início e final da jornada de trabalho. Depois de uma semana e sob a ameaça de nova greve, o Prefeito consentiu que a sirene da usina anunciasse a jornada de 8 horas.

Como consequência dessa luta vitoriosa, os trabalhadores fundaram o Sindicato da Construção Civil. A repressão não se fez esperar. As lideranças sindicais passam a ser demitidas. É um momento de grave crise, a seca prolongada fez correr para Mossoró centenas de flagelados. O Governador lança programas de obras públicas, construção de estradas, açudes, etc., para absorver parte dos miseráveis que vagueiam pela cidade. Com um exército industrial de reserva violentamente inchado e aviltado, vendendo-se por qualquer coisa que lhe diminua a fome, os patrões sentem-se à vontade para combater essas ideias de organização dos trabalhadores em Sindicato.

Por esta época saem notícias em jornais, informando que a redação foi procurada por uma comissão do Sindicato da Construção Civil, para protestar pela *“expulsão de Silvino Freire Sobrinho e a perseguição de Vicente José dos Santos pela estrada de rodagem”* (7). Outro expediente usado para pressioná-los é negar emprego, como denuncia Francisco Ananias, um dos fundadores do Sindicato, ao Jornal, informando:

“Estar pedindo providência ao Governo do Estado, pela má vontade do Prefeito, negando-lhe trabalho nas obras públicas da cidade. Declarou ser calúnia chamarem-no de comunista” (8).

Nesse mesmo jornal, pode-se ler a notícia de que oito operários foram despedidos sob a alegação de pertencerem ao Sindicato (9). Vale a pena lembrar que esses fatos acontecem com a Aliança Liberal no poder e depois de dada a conhecer pelo Governo Federal a Legislação Sindical que supostamente deveria ser respeitada pelo menos no âmbito do poder público. Os operários demitidos, sob a acusação de fundarem um Sindicato, também perdem sua condição de sócios da Liga, sendo eliminados porque “*receberam favores e não souberam corresponder à sua finalidade*” (10). A situação da Liga àquele momento, totalmente descaracterizada, sendo frequentada pelos políticos, autoridades e patrões, leva a pensar que se trata também de uma forma de repressão aos sindicalistas.

A classe trabalhadora mossoroense começava a ter uma ativa prática sindical. No exercício dessa prática, passa a ser confrontada pelos patrões locais e pelos poderes públicos, ao mesmo tempo em que adquire sua consciência de classe. Pouco a pouco outras categorias foram se organizando em Sindicatos, também orientados pelo Partido e auxiliados pelos companheiros que já tinha experiência sindical em suas categorias.

Essa mobilização vai se refletir no 1 de maio de 1932, que é comemorado com um grande comício na Rua Doze Anos, organizado pelos Sindicatos dos Salineiros e da Construção Civil (11). Continuaram a aglutinar trabalhadores de outras categorias, que formariam o Sindicato dos Sapateiros, dos Ferroviários e dos Merceeiros (uma espécie de Sindicato dos Comerciantes).

À medida que a proposta foi ganhando adeptos entre os trabalhadores, mobilizou contra a classe a ira das elites e foi se configurando o quadro de violento confronto em que se desenrolaria. Como não havia, entre os militantes locais, quem tivesse prática anterior em organização sindical, o Partido destacou para essa tarefa Zé Mariano, um quadro experiente, que teria um papel importante nas lutas da classe trabalhadora mossoroense.

Zé Mariano era cearense, chegou a Mossoró vindo de Pernambuco, com a missão de ajudar a organizar os Sindicatos. Envolvera-se em rebeliões no exército e já veio para Mossoró na clandestinidade. Seu nome legal era Luís Manoel da Silva. “*Era um grande sindicalista*” (12). Aqui chegando, era necessária uma fachada de atuação legal. Zé Mariano alugou um local no mercado e lá fazendo cuscuz e vendendo, ao mesmo tempo, tinha acesso aos operários. Naquele tempo não havia supermercados e o Mercado Público era onde se concentrava os alimentos a serem comercializados. Ponto estratégico, onde, obrigatoriamente, circulavam os trabalhadores.

A partir do momento que em Mossoró o Sindicato vai se estruturando, penetrando na classe trabalhadora, ganhando o seu reconhecimento, passando a ser considerado como o grande instrumento de luta em nível das relações de trabalho, o núcleo dirigente do Partido começa a pensar em ampliar sua atuação, visando a atingir outras cidades da região.

A proposta, seguindo a tática implantada em Mossoró, era fundar núcleos do Partido, atraindo os trabalhadores mais conscientes e, a partir daí, comprometê-los com a organização da massa trabalhadora em sindicatos. Para a execução desse plano, diferentemente no início, contavam agora com a experiência dos organizadores do Sindicato do Garrancho, e com a assessoria sindical de Zé Mariano. Priorizavam locais de concentração de salinas ou regiões de atividade rural que se sobressaíssem como fornecedoras de mão de obra temporária para as salinas.

Com essa expansão, visavam a assegurar os espaços conquistados pelos trabalhadores mossoroenses, comprometendo um contingente cada vez maior de trabalhadores na resistência à exploração patronal, ao mesmo tempo em que, ao organizarem os trabalhadores rurais, evitavam que ao ingressarem nas salinas, completamente alheios ao processo, diminuíssem o nível de mobilização já conquistada. Além do mais, dessa maneira, cimentariam a Aliança Operária Camponesa, como via necessária à sua emancipação. Dessa maneira continuava-se a trabalhar a proposta do Partido em nível nacional, quando da formação do BOC (Bloco Operário e Camponês), em 1928 (13).

Desse modo, tem início o processo de organização da classe trabalhadora de outras cidades da região, no PCB e em Sindicatos. A cidade de Areia Branca, área de concentração de salinas, era um local estratégico e para lá foi deslocado José Mariano.

Areia Branca situa-se a 41 km de Mossoró. Cidade predominantemente operária, pela concentração de salinas e pelas atividades decorrentes da movimentação portuária, dada a existência do porto que lhe dava uma importância estratégica pelas facilidades de comunicação que proporcionava. Aportavam numerosos navios para o transporte do sal e enquanto esperavam o embarque, os marinheiros desciam e passavam o material de propaganda do Partido, trocavam informações e discutiam com os trabalhadores os acontecimentos lá do sul, de onde eles vinham.

Zé Mariano começou a organizar os salineiros. Feitos os primeiros contatos, formou-se um pequeno número que fora simpático à ideia e alugaram uma sede. A notícia começou a se espalhar, a sede ficava cheia, o povo acorrendo para o Sindicato para ouvir os discursos de Zé

Mariano, que *“falava muito bem, era um grande agitador”* (14). As adesões começaram a acontecer. Eram categorias exploradas, tanto os salineiros, como as categorias ligadas ao Porto, os estivadores e barceiros.

Fundado o Sindicato, foi constituída uma direção provisória, passando a funcionar regularmente, associando trabalhadores e fazendo reuniões. Começaram a surgir ameaças e por segurança, os trabalhadores passaram a agir com maior discricção, mantendo inclusive em segredo o nome das lideranças do movimento.

Os agentes das Companhias desencadearam uma grande reação. Os trabalhadores da salina passaram a ser perseguidos. Na época, existiam em Areia Branca a Companhia de Comércio e Navegação, a Wilson Sons e a Henrique Lage. Francisco Bianor era o agente da Lage, uma espécie de gerente e era um homem muito reacionário, muito prepotente. Tinha grande projeção social na cidade, era ligado ao Partido Popular que reunia a fina flor do empresariado potiguar. Ele começou a perseguir os operários, a torturá-los para saber do Sindicato, se eles faziam parte, quem era a diretoria.

Destacou-se como o maior inimigo dos operários de Areia Branca. *“Aonde ele encontrava operário, no caminho das salinas, ele arrancava unha de alicate, pegava no bucho até tirar pedaço, isso para tentar descobrir onde estavam e quem eram os dirigentes do Sindicato”* (15).

Isso foi criando um clima de pânico para os trabalhadores, que começaram a se intimidar e a reclamar a Zé Mariano da situação que estavam enfrentando. Certa vez ele surpreendeu três operários que estavam fazendo propaganda do Sindicato e arrancou as unhas de todos os três. Eles foram a Zé Mariano e disseram: *“Taqui Zé Mariano o que o Sindicato deu pra nós”* (16).

O clima era de terror: Zé Mariano reuniu a Direção Municipal do Partido para discutir a questão. Propôs a execução de Chico Bianor. A maioria foi contra. Zé Mariano não respeitou a decisão. *“Ele disse: o negócio agora é pessoal”* (17).

Terminada a reunião, Zé Mariano convidou 4 operários e dirigiu-se para a fazenda de Francisco Bianor que ficava nos arredores da cidade. Passava da meia noite quando bateram na porta do vaqueiro, que se recusou a recebê-los. Eles ameaçaram botar a “porta dentro”. O vaqueiro abriu e eles botaram as armas em cima dele e o obrigaram a ir chamar o patrão (18). Mesmo reconhecendo a voz do empregado, Francisco Bianor relutou em abrir a porta. O grupo pediu para que ele dissesse que eram homens de Mossoró, que estavam em busca de trabalho, não dispendo

de dinheiro, tinham vindo a pé, estavam cansados e famintos e queriam uma ordem para arranjar dormida e comida no barracão. Francisco Bianor continuou argumentando através da porta fechada que era tarde e o serviço estava pouco nas salinas. Diante da insistência, ele abriu a porta, vinha com um rifle na mão, mas não houve tempo. Atiraram na boca. Havia ainda na casa uma mulher e uma criança que não foram molestados.

Na manhã seguinte a cidade foi surpreendida pelos papéis afixados em pontos de fácil acesso como as portas da prefeitura, do cartório e da igreja. Continha uma lista de 11 nomes, o primeiro, Francisco Bianor, seguido de Antônio Lúcio, Francisco Souto, etc. (19) todos donos de salinas ou seus prepostos, feitores e encarregados. Ao final dizia que caso não deixassem de perseguir os trabalhadores, seriam todos fuzilados.

Os primeiros a perceberem a novidade, avisaram aos outros e foram se formando aglomerações, alguns dos participantes da lista, as figuras de destaque na cidade, ao mesmo tempo surpresas e incrédulas com o que viam. Comentavam rindo *“olhe só que magote de malucos, ora se eles são homens para enfrentar Chico Bianor, um homem que anda armado até os dentes e é muito valente (...)”*. Estavam nestes comentários quando chegou o carro vindo da fazenda, trazendo o corpo de Francisco Bianor. Foi pânico geral.

Os componentes da lista fugiram todos, foram procurar se esconder em Mossoró, outros passaram a “dormir fora, na barcaça, sobre água” (20). Mas, apenas, Francisco Bianor, o 1º da lista, foi executado.

Era o dia 14 de outubro de 1934, dia da eleição em que se enfrentavam a Aliança Social de Café Filho e Mário Câmara e o Partido Popular de José Augusto. A notícia estourou como uma bomba em todo o Estado e seus estilhaços atingiram a Aliança Social. A disputa estava muito acirrada, o clima era de muita provocação e violência e Francisco Bianor era ligado ao Partido Popular. Os jornais da oposição deram a notícia com grande estardalhaço, responsabilizando os partidários de Mário Câmara e Café Filho como responsáveis diretos.

A decisão havia sido tomada por Zé Mariano à revelia do Partido. Francisco Bianor havia participado pessoalmente de uma diligência com a polícia para capturar Zé Mariano que vivia clandestino. Quando torturava os operários, mandava recados, jurando matá-lo.

“Zé Mariano era um homem moreno, Francisco Bianor chamava-o de ‘burro preto’; e por ser um homem avermelhado e cheio de manchas brancas, era chamado por Zé Mariano de ‘cavalo pampa’. Esses apelidos acirravam mais ainda os ânimos e havia promessas de quando se encontrassem, resolverem as diferenças. Foi decisão individual dele, era um negro valente e perdeu a calma” (21).

Os outros que o acompanhavam era Antônio Felipe de Miranda, João Alves da Silva, José Pinto da Silva e Francisco Félix que ainda era menor. Eram todos ligados ao Partido e alguns faziam parte da diretoria do Sindicato.

A repressão baixou com violência sobre o sindicato. No momento em que mataram Chico Bianor estava presente uma mulher, Maria Jararaca, com quem ele vivia maritalmente. Ainda pensaram em exterminá-la, mas Zé Mariano falou: *“Não, o negócio é só com o homem, a mulher, deixa”* (22). Vieram reforços policiais para proteger as elites da cidade, cujo nome constava da lista e fazer as investigações. Maria Jararaca foi acareada com os trabalhadores e apontou pessoas que não tinham participado da ação. *“Nessas alturas, a mulher fazendo uma acusação dessas, valia mais do que a palavra do Presidente do Tribunal Federal”* (23). Acusou toda a diretoria do Sindicato. Foi instruída pelas elites locais, que utilizaram o pretexto para atingir os trabalhadores mais conscientes. Até o presidente do Sindicato que estava há dias doente, acamado, foi acareado e “reconhecido”. *“Havia um cara de quem a mulher disse: você estava com um chapéu bem grande na cabeça, e ele disse: minha senhora eu nem uso chapéu”* (24).

Esta morte trouxe graves consequências para a classe trabalhadora de Areia Branca, que era conhecida como Moscouzinho, pelo nível de organização do Sindicato e pela atuação do Partido. Ambos foram destruídos. As Companhias de Navegação exigiram uma repressão violenta, que atingiu principalmente os trabalhadores de salinas.

Zé Mariano e os outros não tiveram alternativa. Fugiram de Areia Branca evitando as estradas, por dentro dos matos e não puderam mais sair da clandestinidade, ficaram foragidos pelos arredores de Mossoró, mantendo contato com o Partido, até 1935.

Pouco depois da ida de Zé Mariano para Areia Branca, o Partido deliberou pelo deslocamento de alguns de seus militantes para Açu com a tarefa de organizar o Partido e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais naquela cidade.

Situado a 80 km de Mossoró, o Vale do Açu era o grande fornecedor de mão de obra para as salinas da região oeste. Região fértil, com predominância do cultivo da carnaúba e da produção agrícola, que os trabalhadores alternavam com o trabalho da salina. Iniciavam o ano em Açu limpando a roça e plantando. O fim da colheita coincidia com a época em que as salinas começavam a furar, atraindo a mão de obra ociosa naquele período. Essa combinação de atividade era muito utilizada tanto por assalariado, quanto por arrendatários, parceiros e até mesmo pequenos pro-

prietários, como forma de completar a renda. Quando o ano era de pouco inverno, aumentava a procura das salinas, como a última possibilidade de conseguir sobreviver até a safra do ano seguinte.

Para lá se deslocaram Manoel Torquato e Joel Paulista. A experiência adquirida na organização do Sindicato dos Operários de Sal em Mossoró lhes mostrara que um dos maiores obstáculos ao progresso do Sindicato era aquele contingente que chegava a cada ano, sem qualquer experiência associativa, carregando uma vivência marcada pela submissão total ao senhor da terra. Ou os que, dispondo de um pedaço de terra, embora pequeno, para onde podiam voltar no período do inverno, não se percebiam vivendo sob as mesmas circunstâncias dos outros. Encaravam o período na salina como algo que tinham de aguentar, adaptando-se a todas as circunstâncias para manter a si e a família até o início do próximo inverno. Além do mais, se no ano seguinte conseguissem um bom resultado na agricultura, talvez nem precisassem procurar aquele trabalho, que lhes fazia sangrarem os ombros com os balaíos pesados, que lhes rachava a pele pela salinidade da água e castigava os olhos com a brancura incandescente dos montes de sal.

A escolha de Manoel Torquato, para realizar o trabalho em Açu, se baseara em dois critérios. De um lado, na sua experiência anterior na organização do Sindicato dos operários de salinas em Mossoró, onde era reconhecido como um de seus militantes mais ativos. De outro lado, porque sendo natural daquela região, de onde saíra já adulto, e onde ainda permaneciam seus familiares, haveria maior facilidade em estabelecer os contatos. Além do que, Manoel Torquato era reconhecido como um homem ponderado, de grande capacidade de convencimento, pela sua calma e firmeza no trato do movimento, qualidades que certamente seriam necessárias no decorrer do trabalho. Estes argumentos foram acrescidos ainda pelo fato de Manoel Torquato estar vivendo numa situação de clandestinidade em Mossoró, sendo procurado pela polícia e perseguido por um dos grandes proprietários da região. Certa vez, ele voltava de uma pescaria e como já estava sendo visado pela atividade sindical, procurou um atalho que lhe evitasse ser visto. Além do mais, vindo de uma pescaria no Rio do Carmo, esse atalho lhe economizaria percorrer seis quilômetros. Adiante, já próximo à sua casa, deparou-se com uma porteira e um vigia que lhe impedia a passagem alegando que, de acordo com o proprietário Dr. Soares, era proibido passar por ali. Torquato tentou convencê-lo que vinha de muito longe, estava cansado e que não poder ultrapassar a porteira, significaria refazer todo o caminho de volta. O vigia irredutível respondia que tinha ordens do Dr.

Soares para não deixar ninguém passar por ali. Manoel Torquato, continuava a insistir, agora tentando retirar os paus da cerca que o vigia recolocava em seguida. O vigia recolocava e Manoel Torquato retirava outro pau da porteira. Irritado o vigia investe contra Manoel Torquato. Rolam no chão atacadados. Manoel Torquato puxa sua faca e mata o homem. Ultrapassa a porteira e economiza mais de uma légua de caminhada. Mas passa a ser procurado e sua família perseguida, por ordem do Dr. Soares, latifundiário que fora prefeito da cidade e que detinha grande poder. A polícia, a seu mando, montou um cerco para pegá-lo. Manoel Torquato escapou fugindo, mas não pôde mais se apresentar publicamente. Legalmente, entrou de vez na clandestinidade (25).

A chegada de Manoel Torquato trouxe grandes surpresas a seus familiares. Afinal fora ele que, com sua persistência, conseguira, há muito tempo atrás, vencer as resistências da família e convencê-los a entrar para o protestantismo. Os cultos em sua casa eram muito frequentes, todos querendo ouvir aquelas pregações que falavam como Jesus viria salvar a todos. Bastava que se entregassem a Ele e foi o que todos fizeram. Por isso se surpreenderam ao vê-lo dizendo que a salvação está na organização de todos os trabalhadores e orientando-os sobre como procurar fazer valer seus direitos.

O companheiro escolhido pelo Partido para auxiliá-lo na tarefa, Joel Paulista, era um negro alto e robusto. Nascido de mãe solteira, fora criado sob a orientação de Costinha Fernandes, um dono de salina que era seu padrinho e para quem sua mãe trabalhava como lavadeira. Adulto entrou para a salina, em 1927. O trabalho era duro, mas ele foi logo subindo, passando a atividades de controle sobre os outros operários, afinal, além de ser forte, era de confiança do patrão, qualidade principal para seu exercício. Algum tempo depois, 1931, começaram a falar de sindicato, de se unirem para se protegerem da exploração, mas haveria proteção maior do que ser afilhado do patrão? Aonde chegava, Joel Paulista combatia o Sindicato. “Era um verdadeiro instrumento dos Fernandes” (26). Os Fernandes eram uma família poderosa, donos de salinas, de indústrias, dela saíram alguns prefeitos e o governador Rafael Fernandes. Todos conservadores, reacionários, inimigos dos trabalhadores.

Joel Paulista provocava constantemente os trabalhadores, reprimindo-os pela atividade sindical. “Quando um operário lhe abordava procurando trabalho, ele perguntava: porque não vai pedir emprego ao seu Sindicato? Ou então a Jonas Reginaldo?” (27). Os trabalhadores mais conscientes passaram a concentrar sua atuação sobre ele. Procuravam se aproximar, discutir e aos poucos ele foi diminuindo as agressões, foi entendendo

como agiam os patrões e o que significava ele dar às costas aos operários para ficar do lado do patrão. Mas foi uma tarefa difícil e demorada. Ao buscar formas de abordagens, acabaram por descobrir que seu pai, João Martins Paulista, era militante do Partido.

“Então o Partido foi a ele e disse: João, seu filho está sendo grande empecilho para o nosso trabalho nos sindicatos, sempre furando greve, provocando nossos companheiros. Depois de algum tempo ele foi pela primeira vez ao sindicato, estava havendo reunião, Joel fez um discurso e terminou chorando. Foi uma verdadeira autocrítica” (28).

Passou a frequentar o Sindicato, começou a crescer com o movimento, tornou-se uma liderança respeitada. Certo tempo depois, em 1934, levado pelo pai, entra para o Partido. É na qualidade de Secretário de Organização Sindical que ele se desloca para Açú.

O trabalho em Açú começou nas localidades de Cobé e Canto do Mangue, já próximo a Pendências. Era uma região que se caracterizava pela oferta de força de trabalho para as salinas, onde se entrelaçavam várias relações de trabalho. Havia um grande número de assalariados que batiam palha de carnaúba, arrendatários, meciros e pequenos proprietários.

Nas reuniões, discutindo as condições de trabalho ouviam muitas reclamações. Era o arrendatário que estava sendo expulso por não ter podido pagar a renda, os meciros que tinham suas roças invadidas pelo gado do patrão antes de terminar a colheita, etc. Redigiam boletins onde expunham todos os problemas que afligiam os trabalhadores da região e concluíam:

“Como sair desta situação de roubo e miséria do regime capitalista? Somente organizados em uma potente frente única de todos os trabalhadores e todo o proletariado das cidades e dos campos unidos na luta sob a palavra de ordem de seu verdadeiro partido revolucionário - o Partido Comunista do Brasil - como único dirigente do proletariado por suas reivindicações econômicas e políticas”.

Em seguida colocavam as reivindicações que abrangiam todas as diferentes relações de trabalho. Assinava o Boletim, o C. L. de Açú do P.C.B. – R. G. do Norte (29).

Como era de se esperar, os latifundiários começaram a se inquietar com aquela situação. Além dos trabalhadores andarem metidos com reuniões, sempre que algum problema mais grave entre empregado e patrão acontecia, Manoel Torquato e seu grupo denunciavam pelos Boletins, que eram espalhados pelas estradas, pregados nas porteiras,

além disso, vinham pessoalmente em grupo, pressionar o patrão. Como fizeram com o Sr. Manoel Cortez, quando ele “mandou capangas, armados de rifles, invadirem a casa do rendeiro” (30). Chamava-se Raimundo Vicente, era rendeiro há 15 anos na mesma terra, adoecera e estava atrasado em dois anos com o pagamento da renda. Colocaram tudo no Boletim e foram lá, como nos conta sua filha, que presenciou a visita:

“Lá em casa veio Manoel Torquato, Joel Paulista e Zé Domingos, que era cangaceiro, de muitas mortes. Raimundo estava sem pagar a renda há cinco anos, papai pediu a terra. Ele disse que não dava. E nem pagava. Papai já tinha entregue a questão ao Juiz para expulsá-lo, quando eles vieram falar com papai. Eles disseram que papai tinha que reembolsar o homem, das benfeitorias. Papai disse: apenas não quero que ele fique lá. Mas não tenho nada contra ele. Não quero que burlam com ele. Apenas não quero que ele fique lá. Porque não está me dando lucro, eu não quero” (31).

Essa prática de pressionar diretamente os patrões para respeitarem os direitos dos trabalhadores, se de um lado rendeu-lhe simpatia e adesão à proposta de formação do Sindicato, de outro lado, colocou a repressão no seu encaixo. Sempre que chegava aos ouvidos dos patrões que eles iriam fazer uma reunião em determinada localidade, a polícia era a primeira a chegar para tentar impedir a sua realização. A violência e as armas da polícia eram compensadas pela disposição e superioridade numérica dos trabalhadores. Os confrontos se sucediam. Numa ocasião, a polícia atacou-os, eles tiveram que fugir pulando uma cerca de arame, porque estavam em minoria, “no outro dia acharam um saco de peixeiras. Caíram na carreira, no agarrado, rasgando no arame da cerca” (32).

Apesar disso, eles conseguiam burlar a vigilância e frequentemente a cidade e arredores voltava a se encher de boletins que eles pregavam nas casas, nos mourões das porteiras dos currais. Prosseguiram também reunindo os trabalhadores e associando-os ao Sindicato, mas nada era feito às claras, abertamente.

“Era tudo escondido, tudo mascarado. Ninguém se declarava não. Hoje, todo mundo procura a carteira para assinar, mas nessa época, no começo, não. Quem falasse essas coisas perdia o canto. Quem era doido de falar em direito, essas coisas com o patrão? Falavam que o pessoal dos sindicatos eram os comunistas. Os patrões pagar o direito, eles diziam que era comunismo” (33).

As elites proprietárias, sentindo-se ameaçadas mobilizaram a polícia que passa a procurá-los permanentemente.

Numa dessas buscas, conseguiu prender Manoel Torquato e alguns outros trabalhadores, e os trouxe para a delegacia de Açú. A notícia chega a Mossoró e o Partido envia um dos seus membros para fazer contato com os presos. Francisco Guilherme, escolhido para a tarefa, dizendo-se parente de um deles conseguiu acesso à delegacia (34). Um dos presos, Cândido Lúcio, fazia parte da diretoria do Sindicato e conseguiu do delegado, Ernesto Carão, que era seu cunhado, certa flexibilidade na vigilância. Pouco tempo depois, Manoel Torquato e todos os outros organizaram uma fuga e se embrenharam pelas matas em direção a Mossoró. Lá se juntariam a outros que já estavam obrigados a permanecerem na clandestinidade, como José Mariano e Miguel Moreira.

Portanto, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na luta por sua organização sindical foram imensas. Durante a primeira metade da década de 30, a região Oeste foi palco de lutas cruentas. Qualquer tentativa dos trabalhadores nesse sentido era prontamente respondida com violência. Antes de irem para o Vale do Açú, Manoel Torquato e Joel Paulista haviam iniciado organização sindical dos trabalhadores rurais de Alagoinhas, situada a 24 de km de Mossoró e área de fornecimento de mão de obra para as salinas. O trabalho foi facilitado pela presença naquele contingente de muitos trabalhadores que já haviam entrado em contato com a proposta, durante os períodos de atividade salineira. Cândido Benedito, um dos fundadores do Sindicato dos Operários do Sal, fora demitido em represália, numa das primeiras greves e sofrera boicote dos feitores que lhe negavam emprego. Retirara-se para Alagoinhas, onde se fixou como trabalhador rural e foi um dos organizadores do Sindicato, juntamente com Manoel e José Mateus de Souza, pai e filho. Começaram a fazer reuniões e rapidamente chegaram a aglutinar quase duas centenas de trabalhadores. Instalaram-se numa sede, onde organizavam festas para levantar fundos para os trabalhadores impossibilitados ao trabalho por doenças ou acidentes. *“Não havia ainda a conquista de acidente de trabalho (...) isso aí levantou o ânimo de todo mundo”*. As reivindicações dos camponeses eram basicamente aumento nos preços da tarefa e da diária. A indignação dos latifundiários foi tamanha que muitos deles tomaram a si, pessoalmente, a repressão aos trabalhadores.

“Anísio Pereira, um dos proprietários, quando surgia notícia de reunião nas comunidades rurais distantes, enchia seu caminhão de soldados e ia perseguir os trabalhadores, que eram presos e torturados (...) o Major Moura era o delegado de polícia, vivia na casa dos patrões e a qualquer denúncia, ia procurar o povo para açoitá-lo” (35).

Cândido Benedito foi uma das vítimas da violência patronal, preso e torturado por Anísio Pereira.

Esse breve relato mostra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, na luta por sua organização sindical. Cada uma das tentativas de criação de associações ou sindicatos, seja em nível rural ou em nível urbano, desencadeou uma reação violenta dos patrões, expressa através da mais intensa repressão. Para fugir à repressão, os organizadores, vão se afastando das cidades, se internando nas matas, sendo obrigados a assumir uma clandestinidade forçada, mas mesmo aí são perseguidos. A intenção das elites dominantes é impedir essa organização, mesmo que para isso tenham de destruir fisicamente os portadores de tal proposta.

A reconstrução da história da classe trabalhadora de toda a região oeste, naquele período, passa necessariamente pela história do PCB, e muitas vezes com ela se confunde. A pré-existência do Partido em relação aos sindicatos, somada à orientação nacional do PCB na época de organizar frentes de atuação política entre o operariado e os camponeses, são pistas importantes para o entendimento da direção que esse movimento tomaria a seguir: a preparação para o Levante de 1935, sendo um dos aspectos mais importantes dessa preparação a formação da “guerrilha”, que entre 1935 e 1936 se desenrola na região, e a qual apenas o malogro do Levante de 35 colocaria ponto final.

As Greves

As primeiras formas de protestos contra a superexploração do trabalho da salina expressam o baixo nível de organização dos trabalhadores. O protesto era quase individual e ocorria em salinas isoladas. O motivo principal era o balde do sal; as empresas não assumiam as limpezas dos baldes, o sal saía sujo com resíduos de lama, mas não aceitavam receber o sal sujo. A solução era lavar o sal, o que naturalmente duplicava o tempo de trabalho, que era realizado por tarefas, prejudicando o rendimento dos operários, com um dispêndio a mais de energia, não remunerado.

Os trabalhadores não aceitavam a situação e muitos abandonavam a salina, deixavam de pagar o barracão e iam embora à procura de outra salina, onde esse problema não existisse. Então, as primeiras lutas visavam que as empresas assumissem a limpeza dos baldes e chegaram a acontecer greves isoladas em algumas salinas. Mas não havia organização suficiente para atacar a questão conjuntamente. Somente em 1932 se inicia o processo de deflagração de “greve geral”, engloban-

do todas as salinas e, conseqüentemente, a categoria como um todo, na luta por suas reivindicações. Na primeira greve conjunta, essa reivindicação foi conquistada definitivamente.

Os trabalhadores das salinas entraram em greve pela primeira vez no dia 28 de dezembro de 1932. A greve foi orientada pelo Partido e teve como organizadores Manoel Torquato, Alcides Ferreira, João Crisóstomo e Oscar Ferreira. *“Mas, o autor intelectual da greve foi Lauro Reginaldo, que fez passeata, que chegou na porta da prefeitura e falou”* (36). Os trabalhadores das salinas estavam em seu primeiro movimento e não havia ninguém com experiência anterior. A presença dos militantes do Partido, como os Reginaldo, principalmente Jonas Reginaldo, que dedicou toda sua vida à organização da classe trabalhadora mossoroense, era muito importante e lhes dava muita força. Jonas era um orador brilhante e um homem muito respeitado na cidade, sempre representando os trabalhadores na hora dos discursos, desde antes dos sindicatos, quando tentavam resolver algum problema tirando comissões para irem denunciar aos jornais ou reclamar às autoridades.

A greve foi decidida e planejada na reunião do Partido. As reivindicações principais eram aumento salarial e regulamentação das medidas usadas. Os patrões haviam definido o alqueire de sal contendo 36 cuias de 7 litros, quando a medida usual do alqueire era 32 cuias de 5 litros. Ocorre que, aumentando as medidas, os patrões já estavam descontando a parte que inevitavelmente se destrói pela ação do vento e da chuva. *“Isso era para dar o desconto que o inverno ia comer. Nós não fazíamos parte dos lucros, fazíamos parte do prejuízo”* (37). Essa era a reivindicação principal, porque implicava numa superexploração, uma quantidade enorme de energia desprendida, de valor criado e não pago. Pediam também água em condições de consumo e a volta imediata ao trabalho dos companheiros expulsos por reclamarem das desumanas condições a que eram submetidos.

Os trabalhadores das diversas salinas se encaminhavam para Mossoró em passeata. *“No dia 28 deste, uma grande massa operária salineira entrou nessa cidade, sob sol causticante, em greve pacífica”* (38) (...) Dirigiam-se à prefeitura, onde comunicaram ao prefeito as razões do movimento e solicitaram sua intermediação junto aos patrões. O prefeito Raimundo Juvino de Oliveira, da Aliança Liberal, convocou os proprietários de salinas a uma reunião para discutir a questão. Os poucos que compareceram mantiveram-se intransigentes e a reunião terminou sem resultados concretos. Finalmente, os proprietários concordaram em aumentar o preço do alqueire, que passou de 300 para 600 réis, e rebaixavam um

pouco a medida da cuia, mas se mantiveram irredutíveis quanto à medida do alqueire. *“Ainda hoje o alqueire é de 36 cuias, isto aí eles não abrem mão, o alqueire oficial é de 32 cuias, mas aqui é de 36 cuias”* (39).

Apesar da presença da Aliança Liberal no poder local, e da posição de aliado que o movimento operário desfrutava, Lauro Reginaldo foi preso durante a concentração na frente da prefeitura, ao fazer um veemente discurso *“responsabilizando os patrões pela miséria e fome que atormentavam a classe trabalhadora”* (40).

O movimento deixou um saldo organizativo muito grande, menos pelo número de reivindicações atendidas e mais pela descoberta, na prática, da possibilidade de enfrentarem a arrogância dos patrões e não serem massacrados. Encerrada a greve, voltaram para as salinas e continuaram a arremeter sócios para o Sindicato, àquela época na clandestinidade.

Durante a colheita de 1934, novamente os trabalhadores entraram em greve. A reivindicação principal foi o aumento no preço do alqueire do sal, seguida do pedido de transporte por contas da empresa, água para beber gratuita e segura em caso de acidente. Nesse momento, a cidade estava mobilizada pela campanha eleitoral na qual em todo o Estado se defrontavam os políticos afastados do poder em 1930 e os representantes da Aliança Liberal. Os aliancistas se concentravam numa coligação, a Aliança Social, que reunia os partidos liderados por Mário Câmara e Café Filho. Os conservadores, organizados no Partido Popular, apresentaram como candidato a governador Rafael Fernandes, mossoroense e proprietário de salinas.

A disputa estava muito acirrada. Os trabalhadores, naturalmente, voltavam as costas ao Partido Popular, integrado pelas elites proprietárias locais. Os votos do numeroso contingente de trabalhadores eram disputados pela Aliança Social, que apesar das ambiguidades, concentrava alguns de seus aliados. É nesta conjuntura que é deflagrada a segunda greve dos operários do sal, numa tentativa clara de explorar em seu favor as contradições e divergências que o processo eleitoral exacerbava.

Respaldados na orientação do Partido e na experiência concreta da greve anterior, procuraram ampliar o espaço da greve pela participação de outras categorias. Conseguiram a adesão de todas as outras categorias. Pararam eletricitários, ferroviários, padeiros, construção civil, barceiros e estivadores. A Associação de Mulheres mobilizou as mulheres, irmãs e filhas de operários, numa grande concentração em solidariedade à greve. Todas as atividades deixaram de funcionar. A cidade parou completamente. *“Não teve luz, pão e transporte. Jonas Reginaldo era marchante e convenceu os outros marchantes a não matarem boi, então também não teve carne”* (41).

Formaram um comando de greve do qual faziam parte Francisco Guilherme, Joel Paulista, João Crisóstomo e Cândido Benedito pelos operários do sal e mais o presidente de cada Sindicato solidário com o movimento. O comando de greve organizou uma coleta entre os comerciantes que doaram a alimentação dos trabalhadores mais necessitados e suas famílias. Souberam explorar muito bem o interesse que o comércio tinha de que aumentassem os seus salários. Afinal, aos sábados, quando desciam das salinas para a cidade, o mercado público, tradicionalmente entrepósito, em meia hora ficava vazio. Por menos que ganhassem, o potencial consumidor de cerca de 5.000 homens não era algo a ser desprezado.

De Mossoró até Areia Branca, todas as salinas pararam. Eram 32 salinas paradas e mais os trabalhadores de outras categorias. Chegava a quase 5.000 o número de trabalhadores em greve. As classes privilegiadas ficaram revoltadas porque foram obrigadas a experimentar um pouco da vida do operário. Nesse dia não comeram carne, não teve pão para o café e à noite faltou a luz para lhes iluminar os sonhos.

Os patrões, pressionados, chamaram os trabalhadores para um acordo e concordaram em aumentar em 100% a colheita de um alqueire de sal, além de atenderem a todas as outras reivindicações. Foi uma grande vitória. Além do ganho econômico, deixou saldos organizativos para toda a classe trabalhadora mossoroense. Os trabalhadores puderam ver concretamente a vitória como um resultado de sua capacidade de luta e organização e o sindicato saiu extremamente fortalecido, sendo visto como o instrumento adequado para tal fim.

Por outro lado, as elites dominantes locais, apesar de se submeterem a negociar e a aceitar as reivindicações, sentiram-se enormemente traídas. A ousadia dos trabalhadores em confrontá-los despertou neles uma fúria, que os fez a partir de então, comportarem-se em relação à classe trabalhadora como se estivessem participando de uma guerra, onde todas as armas deveriam ser usadas para quebrar “o moral” do inimigo, fazê-lo reconhecer sua fragilidade e impotência.

Durante as primeiras greves, os patrões procuravam a todo custo desmoralizar o movimento, procurando aqueles trabalhadores menos conscientes e lhes oferecendo grandes quantias para furarem as greves. Chegavam a oferecer por um dia de trabalho um valor equivalente ao que ele ganharia trabalhando mais de um mês. “*O dinheiro ficava amarrado no cabo do ferro de cortar sal, bem à vista (...)*” (42). Os trabalhadores organizados em comissões iam procurar esses operários, procurar convencê-los de que agindo contra a categoria estavam apenas ajudando o

patrão a explorá-los. De início as comissões ouviam todo o discurso que os patrões e seus prepostos colocavam em suas bocas. Pouco a pouco, porém, o sindicato foi se fazendo respeitar, a força que emanava daquele conjunto de homens foi se propagando e então de um total de 4.000, apenas dois ou três furavam a greve.

O momento escolhido para deflagrarem a greve era no pique da colheita do sal ou quando estivessem muitos navios no porto, esperando carga. Os prejuízos decorrentes do atraso eram muito grandes nos dois casos, e os trabalhadores entravam para negociação em posição mais favorável.

No início de 1935, os salineiros realizaram uma greve diferente. Dessa vez, não se tratava de qualquer reivindicação salarial ou por melhores condições de trabalho. O resultado da greve de 1934 fortalecera grandemente o Sindicato. As classes proprietárias estavam preocupadas com os desdobramentos que isso viesse a ter. Era preciso fazer os trabalhadores perceberem que o Sindicato não podia servir de escudo contra eles. Na época, o Presidente do Sindicato era Joel Paulista, de quem os Fernandes guardavam mágoa antiga por ter traído o seu padrinho Costinha Fernandes e se tornado um líder dos trabalhadores. O Governador inclusive era um dos Fernandes, Rafael.

Arrumaram um pretexto qualquer e prenderam Joel Paulista, que eles achavam que era o mentor de toda aquela movimentação dos salineiros. Francisco Guilherme soube da prisão, foi às salinas e arregimentou os trabalhadores, que paralisaram as salinas. Desceram 300 operários até a cadeia pressionar para soltarem Joel Paulista. Foram vitoriosos. Joel foi solto, e logo na porta da cadeia fez um discurso veemente.

Pouco tempo depois prenderam Joel novamente. Dessa vez, haviam pedido reforço policial em Natal e estavam preparados para fazer uma surpresa aos operários. Esses se organizaram, pararam as salinas e vieram buscar Joel. Chegando à cadeia, foram surpreendidos pelo numeroso contingente policial que cercou a passeata e prendeu cerca de 200 trabalhadores. Superlotaram a cadeia. *“Não tinha onde sentar, comer, dormir, nada, nada”* (43). Então, a polícia foi soltando de quatro em quatro, o último a ser solto foi Joel Paulista. Dessa vez, não houve clima para manifestações. Saíram em silêncio.

O cerco estava se fechando sobre os trabalhadores de salina. Joel Paulista ficou sendo seguido, vigiado e, certo dia, foi preso mais uma vez. Só que agora a repressão não esperou que os operários viessem soltá-lo. Ele foi colocado num jipe e levado para Natal, cercado de policiais.

As últimas greves dos salineiros, nos primeiros meses de 1935, foram mais violentamente reprimidas. Por um lado, porque os pleitos já não eram explicitamente econômicos, como aumento salarial, reivindicavam agora, a liberdade do companheiro preso, o que, em última instância, significava reivindicar a própria liberdade da classe de se organizar, de se mobilizar, de se assumir enquanto classe. Em resposta, a burguesia bradava através dos seus jornais, tachando o movimento de subversivo e os operários de comunistas. De outro lado, porque assumira o Governo do Estado Rafael Fernandes, também salineiro, em Mossoró, que conhecia de perto a mobilização dos operários das salinas e que usou as prerrogativas do cargo para colocar toda a máquina repressiva na perseguição dos trabalhadores e na defesa dos seus interesses de classe.

A Greve

Em 1935, Rafael Fernandes tomou posse no Governo do Estado. A repressão que até então fora feita, a partir de ações isoladas, passou a ser presença no Estado como um todo. Agora havia um plano levado a cabo organizada e sistematicamente para destruir os sindicatos. Rafael Fernandes destacou-se como o idealizador e executor desse plano. Evidentemente, o plano não visava exclusivamente a Mossoró, mas no Rio Grande do Norte, naquela época, era lá que se concentrava o operariado. Natal, apesar de capital, não tinha um polo industrial desenvolvido e apenas a atividade portuária concentrava um número mais significativo de operários. Daí a repressão ter atingido a classe trabalhadora mossaoroense com toda a violência.

A vitória do Partido Popular, em 1934, colocara o poder nas mãos dos grupos conservadores do Estado. As relações entre o poder e os trabalhadores perderam toda a ambiguidade, que o mascaramento dos conflitos ocorridos durante os primeiros anos do governo liberal produzira. Principalmente em Mossoró, onde os embates constantes entre trabalhadores e patrões forjara de lado a lado uma consciência aguda dos interesses e dos meios de realizá-los. A partir daí, para o governo já não se tratava mais de tentar conciliar o conflito e sim de resolvê-lo a partir da destruição pura e simples da organização dos trabalhadores e para vencer essa guerra todas as armas seriam válidas.

O Governo Fernandes inaugura uma nova postura em relação à política sindical vanguardista. Ao invés de funcionar como um seu agente, passa a atuar em sentido contrário, desconhecendo as orientações e recusando-se a admitir direitos já assegurados, numa tentativa de de-

sestimular a prática sindical. Essa atitude tem sua explicação no fato de que, sendo salineiro e conhecendo a luta dos trabalhadores pela sua organização, desde o início, Rafael Fernandes se propôs a agir com firmeza, enquanto portador dos interesses de sua classe, no sentido de impedir essa concretização. Na verdade, a movimentação ocorrida nas salinas nos últimos anos mostrava que a classe trabalhadora encontrara o caminho e não iria mais submeter-se docilmente às extorsivas relações de trabalho praticadas até então. Os salineiros, principais interessados na derrota do movimento, contam com o apoio irrestrito de toda a burguesia oriunda das relações rurais, que levaram para a atividade industrial urbana o peso e a marca que caracterizam as relações no campo. Juntaram-se todos, concentrando os seus esforços na tarefa de combater o surgimento de novos Sindicatos e a continuidade dos já existentes. Mobilizaram-se intensamente para esta tarefa sem se darem ao trabalho de analisar a proposta sindical do governo. Tivessem tido essa abertura, chegariam rapidamente à constatação de que seria menos difícil conviver com a existência de um sindicato, conformado em seus limites de ação, por determinação do próprio Estado. A intolerância levou-os a enfrentar um movimento sindical muito mais vigoroso, fortalecido pelas greves vitoriosas e, principalmente, por uma prática que extrapolava os limites dos Sindicatos em atuação na época e que trazia em seu bojo uma concepção sindical que, em nível do Sul do País, já se encontrava domesticada pela nova legislação.

Mas, esse não foi o entendimento de Rafael Fernandes e das elites dominantes. Trataram de lançar uma furiosa perseguição aos sindicatos. A repressão atingia também os trabalhadores que no processo de formação dos sindicatos entraram em conflito direto com os patrões e estavam na clandestinidade. A vigilância sobre qualquer movimentação passou a ser uma constante. O governo queria dar uma lição ao movimento sindical que servisse como exemplo e desencorajasse qualquer tentativa de organização.

Já havia por essa época entre os trabalhadores alguma experiência acumulada em termos de defesa pessoal. Desde o início do movimento, constantes incidentes haviam mostrado a necessidade de se organizarem coletivamente com essa finalidade. Daí nasceram os grupos de autodefesa que reuniam os trabalhadores mais fortes e mais experientes. Quando ocorria - e era frequente - de algum operário ser molestado pela polícia ou sofrer algum constrangimento físico, eram esses grupos os responsáveis pela defesa do companheiro, o que várias vezes os obrigava a confrontos armados com as forças repressivas. Certa vez um operário chamado Chico Belo levou uma surra do delegado de polícia. “*Veio*

apanhando de Passagem de Pedras até aqui". Pediu aos companheiros: "*se eu morrer, vinguem minha morte, se eu não morrer, vingo minha surra com vocês*". Quando ficou bom, "*ai reunimos com ele no sindicato, com 19 pessoas do Partido. (...)*" Decidiram procurar o tal delegado, que ao ver o grupo recuou. "*Aí foi bala. Eles mataram um companheiro nosso de nome Luís Goela e nós matamos um sargento (...)*" (44). Vingaram a morte do companheiro, mas a polícia apertou o cerco e eles tiveram que se esconder, entrando para clandestinidade e ficando no mato pelos arredores da cidade.

Em consequência desses conflitos e da extrema violência policial que se seguia, aos poucos foi aumentando o número de operários que já não podiam circular livremente, sem que corressem o risco de serem presos. Esse grupo de trabalhadores, ligados ao Partido, e com destacada atuação na formação de Sindicatos, foi sendo empurrado para a clandestinidade. Rapidamente, o número de trabalhadores clandestinos chegou a mais de 30 e à medida que a mudança de tática do governo foi se traduzindo em maior vigilância e perseguição, começou a ficar muito difícil permanecer naquela situação. Decidiu-se então convocar uma reunião do Partido para deliberar sobre os rumos que o movimento deveria tomar.

A reunião foi realizada à noite em casa de Chico Guilherme. "*Foi na minha casa, era uma casa de subúrbio, tinha um quintal muito grande*". Participaram a Direção Municipal, representantes de todas as células, simpatizantes e aliados do Partido. "*Tinha gente de sindicato, cafeístas, liberais e militares*" (45). Eram mais de 100 pessoas, a reunião começou às 8 horas da noite e se prolongou até a meia-noite. Foi aberta por Jonas Reginaldo, que colocou as duas questões a serem discutidas: a situação das pessoas que estavam na clandestinidade e a preparação para um movimento revolucionário, prestes a eclodir em todo o País, através do qual o Partido, se vitorioso, chegaria ao poder.

Colocados os informes disponíveis, foi avaliado que estava próximo o momento de explosão do movimento e que seria plenamente vitorioso. Passou-se a discutir, então, de que maneira aqueles homens, que estavam impedidos de aparecer publicamente, poderiam ajudar ao movimento. Surgiu a proposta de se formar a "guerrilha", "*porque a revolução vinha e na hora já estaria todo mundo pronto para o que desse e viesse*" (46). As informações que chegavam, as pessoas traziam notícias, reiteravam a iminência do movimento. Formando o grupo armado, estariam a postos para ajudar a implantação do movimento. Vitorioso, então, saíam para a liberdade.

Encaminha da a discussão, delineararam-se duas posições. Uma liderada por Miguel Moreira, defendia que comesassem logo o movimento

armado. Outra, moderada, liderada por Jonas Reginaldo, propunha que se mantivessem todos organizados, aguardando o início do movimento em nível nacional, aí então começariam também em Mossoró. Com Miguel Moreira formaram a maioria dos clandestinos e dos operários presentes. Contra a proposta da luta armada ficou a maioria da Direção do Partido, e mais os cafeístas e liberais, simpatizantes e aliados presentes.

Colocadas as propostas em votação, foi amplamente majoritária a proposta de guerrilha. O resultado surpreendeu a direção do Partido que resolveu recolocar o assunto novamente em discussão. Alternaram-se as argumentações pró e contra. Horácio Valadares, também clandestino, votara contra a guerrilha e voltou a defender sua posição, baseando seus argumentos na inexistência de uma infraestrutura para servir de apoio ao grupo guerrilheiro. Dizia ele:

“Companheiros, nós perdemos, mas vocês estão inconscientes. Nem toda a maioria é consciente... Nós estamos conscientes (...). Nós vamos jogar no escuro, se acaso a revolução estourar, bem, e se não estourar, estaremos condenados (...)” (47).

Chico Guilherme argumentou contra o movimento dizendo:

“Eu também sou contra. Porque se a reação pegar, ela não vai pegar como guerrilheiro. Ela vai pegar como bandoleiros, como cabras de Lampião, e nós não somos (...). Guerrilheiros, somos nós que chamamos (...)” (48).

Finda toda a argumentação pró e contra, exigiu-se outra votação. A proposta da “guerrilha” foi amplamente derrotada. Alguns dos que estavam na clandestinidade acompanharam a posição de Horácio Valadares. Mas foram poucos. A grande maioria dos clandestinos e demais membros do Partido votaram pela “guerrilha”. Derrotados na segunda votação, permaneceram defendendo sua proposta e comunicaram ali mesmo que a levariam adiante, mesmo à revelia do Partido: *“Nós vamos fazer a guerrilha, não vamos nos insubordinar”* (49).

A “guerrilha” foi formada a partir de suas condições: Em primeiro lugar, acreditava-se que haveria uma revolução no país, que seria de caráter comunista e que a fundação da ANL era o início deste movimento. Essa avaliação serviu de esteio para os clandestinos – e aí está a segunda condição – sem qualquer possibilidade de se apresentar publicamente, foragidos pelos matos, não viam como pudessem ajudar o processo revolucionário em seu início legal via ANL, mas viriam a ser fundamentais no momento de seu desdobramento em luta armada. Além do que, *“isto*

é questão de dias, a revolução vem, nós sairemos da clandestinidade e seremos vitoriosos" (50). Então o plano era aguardar o início do movimento armado, que aqui no Estado se daria de Natal, de onde saíam as caravanas para o interior, às quais eles se juntariam.

A reunião se deu em meados de 1935. Mas desde o ano anterior começara a circular entre os trabalhadores a possibilidade de uma ação mais incisiva frente à repressão. *"O movimento começou a se organizar em dias de 1934, já se preparando para o movimento de 35, para a tomada de poder pelas armas"* (51). Seu início corresponde à fase de expansão do Partido e dos Sindicatos quando, estruturados em Mossoró, definem militantes para as cidades circunvizinhas, com a tarefa de organizar os trabalhadores. Lá, as dificuldades encontradas e o enfrentamento com os patrões os levaria à clandestinidade e à procura de outras formas de luta, sempre tomado como referência o movimento que estaria sendo preparado em nível nacional pelo PCB. *"O que encorajou muito foi a proximidade da revolução"* (52). Inclusive, a presença de quadros do Partido, enviados pelo Comitê Central, em Mossoró, corrobora com a tese de que, o trabalho aí realizado, o nível de confronto a que se chegara era de conhecimento da direção, e que por outro lado, realmente pensava-se num movimento em nível nacional, que no Rio Grande do Norte teria na região oeste seu ponto de apoio. José de Alencar, por exemplo, viera do Rio exclusivamente assessorar o Partido em nível local, no preparo de armas e explosivos. Horácio Valadares, por sua vez, viera em meados de 34 também do Rio de Janeiro com a tarefa de organizar a ANL em Mossoró. Há referências de que o próprio Miguel Moreira, embora natural de Lages, no Rio Grande do Norte, estivera morando no Rio de Janeiro, onde se ligara ao Partido, sendo enviado de volta para atuar neste movimento (53).

Terminada a reunião, ficou claro que a "guerrilha" teria início apesar de ter sido derrotada e não contar com o apoio da maioria da direção local do Partido. Frente à firmeza dos que defendiam iniciar o movimento, a direção do Partido decidiu que, mesmo discordando, daria toda a ajuda necessária em relação à infraestrutura material. Ocorre que, apesar da não aprovação à proposta por parte da direção local, o corpo do Partido, principalmente os trabalhadores que na militância sindical haviam se defrontado com a violência patronal e respondido com a organização dos grupos de autodefesa, concordaram com a deflagração do processo de luta armada. Para eles não havia outros meios de fazer respeitar seus direitos. *"Nós aqui, individualmente, a repressão prende a gente, leva, espanca, faz e acontece, mas nós estando armados, seremos respeitados"* (54).

A origem das armas utilizadas na “guerrilha” também fortalece a ideia de que aquela não era uma proposta repentina. A maioria havia sido “confiscada” já há algum tempo, a partir da orientação dada pelo Partido de que, quem soubesse da existência de armas informasse sobre sua localização, que seriam formadas “comissões” para capturá-las. As empregadas domésticas, através da Associação de Mulheres, tiveram um papel fundamental nessa aquisição. Mas não apenas dos lares da burguesia foram retiradas armas.

“De uma só vez, pegamos 12 rifles na Força e Luz de Mossoró. Viram quando o empregado estava limpando e avisaram ao Partido. Ela era do Partido. Elas viam um revólver, botavam no seio e traziam” (55).

Também contribuíram com armamentos e munições os simpatizantes do Partido, como alguns liberais e cafeistas cuja expectativa era de que esse movimento derrubasse o governador Rafael Fernandes, cuja vitória desalojara do poder os setores mais próximos à proposta da Aliança Liberal de 1930.

A infraestrutura material de apoio foi montada pelo Partido, junto aos camponeses da região. Já havia um trabalho anterior no meio rural.

“A exploração no campo era muito grande. O cara trabalhava de meia, de terça não tinha terra. A diária era 10 tostões, 2 cruzados. O saldo do agricultor era de 3 ou 4 mil réis e do operário da salina era de 20 mil réis. É tanto que quando a salina furava todo mundo ia para salina” (56).

Na salina, o contato com a organização dos trabalhadores em defesa de seus salários abria para esses homens uma nova perspectiva. Certa ativez. “*Criavam coragem e diziam: não vou, desse preço, não vou*” (57). Daí o ódio comum de salineiros e latifundiários contra o Sindicato. Mesmo entre os que não haviam convivido nas salinas, circulavam notícias sobre essas lutas, e os trabalhadores nela engajados eram vistos com muito respeito e admiração. Não houve quem se negasse a ajudar. “*Os companheiros davam mandioca, farinha, feijão, galinha*” (58). Alguns pequenos proprietários rurais permitiam que eles permanecessem em suas terras, doavam farinha, feijão, e autorizavam que eles sacrificassem animais de seu rebanho. Contaram também com o apoio material de grandes fazendeiros como: Benedito e Joaquim Saldanha, politicamente ligados ao movimento liberal, principalmente à ala cafeísta. Recém-saídos do processo eleitoral em que se envolveram profundamente e do qual saíram derrotados, julgavam que o movimento poderia derrubar Rafael Fernandes do gover-

no do Estado. Os pequenos proprietários ajudavam muito mais por medo de represálias. Aquele tempo, de bandos cruzando o sertão, e de milícias particulares, era temerário deixar de atender a uma solicitação daquele tipo. Esse trecho do depoimento de um desses proprietários, preso em 1935, nos dá a dimensão exata dessa ajuda:

“O major disse: então você é coiteiro. (Naquele tempo o sujeito que guardava conivência era tido como coiteiro, coautor, como o sujeito que compra roubo). Ai ele disse: é eu guardei conivência e do jeito que guardei você guardaria também. Eu sou fazendeiro, tenho propriedades, gado, vivo na minha casa sozinho, esses homens têm 20 ou 30 homens no mato, eu vivo lá só, não tenho a polícia para me garantir, eu tenho que fazer com que esses homens não me persigam, então eles andaram na minha casa e eu disse que eles vendo uma rês minha podiam escolher, sendo o meu ferro, podia. Se tivesse formado, matasse e viesse buscar a farinha lá em casa” (59).

Ou seja, ajudavam não por solidariedade de propósitos, mas porque, assim fazendo, defendiam seu próprio patrimônio. Normalmente eles deixavam intactos os bens dos proprietários que eles sabiam que não iam informar à polícia sobre sua localização, ou que lhes ofereciam víveres e procuravam utilizar daqueles mais reacionários, que tinham ligações com a polícia. Esses animais que eles abatiam, muitas vezes salgavam a carne, faziam em mantas e um dos elementos menos conhecido do grupo, ou algum contato, ia vendê-la em Mossoró. Era a maneira de comprar alguns artigos difíceis de encontrar na região, como cigarros e remédios. *“O inverno de 34 tinha sido bom e era muito açude, muito riacho, feijão, era tudo favorável”* (60).

Ficaram se movimentando entre Mossoró, Açú e Areia Branca, dentro do mato, parando um pouco quando encontravam um lugar mais seguro, saindo em seguida para confundir a polícia que estava sempre no seu encalço. O grupo contava com a vantagem de conhecer bem o terreno, de dominar bem a geografia do lugar. *“Os arredores era todo mato. Não tinha estrada de rodagem, era tudo vereda. A polícia não sabia andar. Entrava no mato com guia”* (61). A polícia era informada, por algum patrão, da presença do grupo próximo às suas terras, se dirigia para lá e como não sabia se orientar no mato fechado, sem estradas, pedia ao fazendeiro um guia para conduzi-los até o grupo. Ocorria quase sempre do guia, simpático ao grupo, orientar a polícia em sentido contrário ao que eles estivessem.

Desde o início a “guerrilha” teve um caráter puramente defensivo. Não foi elaborado qualquer plano de ataque. O objetivo era manter o grupo, que estava na clandestinidade, coeso, preparando-se para intervir na “revolução” que estaria prestes a eclodir. Enquanto esse momento não chegasse, caberia a eles alargar a base de sustentação do movimento, trabalhando a adesão dos camponeses. Essa tarefa foi muito facilitada porque já havia chegado até aqueles homens relatos dos acontecimentos de Mossoró, Açu, Alagoinhas e Areia Branca, de modo que, mesmo que não conhecessem os seus objetivos, sabiam de suas lutas e naquele sertão, onde mal se conseguia disfarçar a escravidão, a coragem em enfrentar os poderosos era algo que não passava despercebido. A decisão de permanecerem apenas na expectativa do início do movimento em nível nacional não se manteve por muito tempo. Foram atacados pela polícia e tiveram de travar vários combates.

O primeiro confronto realizado com a polícia aconteceu numa localidade chamada Três Vinténs, na saída de Mossoró, próximo ao Hotel Thermas. Naquele tempo ficava a seis quilômetros da cidade. Era uma região de vegetação rala, sem árvores grandes, muito plana, com uma lagoa chamada Três Vinténs. Naqueles arredores moravam Feliciano e Marcelino que eram do Partido e faziam parte do grupo. Era um lugar seguro, as únicas casas próximas eram habitadas por familiares deles, que apoiavam o movimento. Feliciano, que até então não era visado, indo à cidade em busca de mantimentos, envolveu-se num conflito com um soldado da polícia. A polícia, que desconhecia suas ligações com o grupo, ficou sabendo durante a perseguição que os homens estariam naquelas imediações e cercou o grupo. Eles conseguiram furar o cerco, depois de intenso tiroteio de mais de uma hora. *“Mas, a polícia correu”* (62). Naquela época era muito difícil transporte e o acesso era muito ruim. Depois dessa derrota a polícia intensificou a procura, sendo assessorada pelos patrões, que cediam carros para serem utilizados na perseguição ao grupo. Ao mesmo tempo, resolveram perseguir os familiares dos “guerrilheiros”. Como em sua grande maioria eram trabalhadores de salinas, concentraram suas atenções nos bairros operários. Criaram uma ronda para circular permanentemente na intenção clara de intimidá-los, o que passou a ser fonte de novos e constantes conflitos, dada a superioridade numérica dos operários.

A notícia do grupo amotinado espalhou-se rapidamente e chegou até a Interventoria Estadual através dos prefeitos da região. A República, jornal oficial, publica no dia 10 de Julho comunicação dos prefeitos de Açu e Macau, os quais informavam que *“na várzea desse município, grande número de pessoas do povo, armadas, se achavam fazendo depredações”*. Tomando co-

nhecimento do fato, diz A República, o Interventor em exercício fez seguir desta capital uma força de 20 praças, a qual encontrou desbaratados os assaltantes, contra quem já se havia movido o destacamento de Açu, e por ordem do governo, os de Angicos, Sant'Anna do Mattos e Macau (63).

Essa parece ter sido a primeira vez que o movimento é mencionado em nível da imprensa. Curiosamente, apesar de denominar os envolvidos por assaltantes, o Interventor, em telegrama ao Ministro da Justiça, refere-se explicitamente a movimentos *“irrompidos há poucos dias, com caráter extremista”* (64). Isso nos encaminha para aquela hipótese de que àquela altura já as autoridades estaduais tinham bem claro a dimensão exata do movimento. Vale ressaltar que na região Oeste, que fora palco, há pouco tempo, de episódios de grande tensão, nas últimas e recentes eleições, concentravam-se naquele momento e, por razões distintas, duas frentes de combate ao Governo Estadual. De um lado, os inconformados com a derrota eleitoral, os quais embora não estivessem liderando qualquer ação concreta para desalojar Rafael Fernandes, eram vistos pelo governo como potencialmente capazes de fomentarem alguma rebelião, tamanhas eram as fissuras que as contradições interoligárquicas haviam gerado. De outro lado, os trabalhadores através do PCB, empenhados na luta pela sua liberdade de organização sindical. Ora, os trabalhadores e os liberais, em que pese a presença de candidatos próprios vinculados ao PCB, estiveram lado a lado nas eleições, ao colocarem-se terminantemente contrários ao Partido Popular. Portanto, utilizando-se de querelas partidárias, o Governador sugeria nitidamente a existência de uma articulação entre os seus adversários políticos e o grupo amotinado, ao mesmo tempo em que procurava sempre tornar público rumores da proximidade *“de um movimento sedicioso no Estado”* (65).

Essa expectativa de uma rebelião liderada pelos descontentes é reforçada pelo Governo Estadual, que dela se utiliza para pressionar o Governo Federal a lhe conceder auxílio necessário à repressão dos trabalhadores. Tanto é assim que o Ministro da Guerra envia telegrama ao 21º BC sediado em Natal, *“dando instruções no sentido de ser prestado ao Governo do Estado todo o apoio moral e material na manutenção da ordem pública”* (66). O Governo Estadual se apressa a publicar uma nota oficial, em que:

“Torna público que está devidamente aparelhado, já com elementos próprios, já com a cooperação da Força Federal, para manter a ordem, em qualquer emergência, com garantias plenas a toda a população. (...) Já sendo conhecidos todos aqueles que poderão estar empenhados nesse movimento, o governo não os deixará fugir à responsabilidade criminal por qualquer atentado ou tentativa de perturbação de ordem pública que se verificarem” (67).

Os acontecimentos futuros demonstrariam que as divergências políticas foram utilizadas como pretexto para o Governo Estadual aparelhar-se militarmente para mover uma verdadeira guerra contra os trabalhadores e suas organizações. A insistência do governo em obter auxílio federal, estava ligada ao fato de que, durante a gestão passada, seu antecessor havia reformado administrativamente os oficiais leais aos conservadores, colocando, em seu lugar, oficiais do exército e elementos de confiança dos liberais. Daí, Rafael Fernandes buscar respaldo fora do Estado, até que, em outubro de 1935, conseguiu anular a decisão anterior e chamou para a ativa todos os reformados, readquirindo, a partir de então, a confiança no aparelho repressivo estadual.

Recomposto o quadro de oficiais de sua confiança, a administração estadual passa a realizar modificações no âmbito da Polícia Militar, procurando dotá-la de maior mobilidade, de modo a adequá-la para exercer a repressão sobre os trabalhadores. Assim, nos meados de Novembro, em nota oficial, o Departamento de Segurança Pública informa que *“Ninguém pode possuir em hipótese alguma, sem estar devidamente autorizado, armas utilizáveis como de guerra ou como instrumentos de destruição”* (68). Logo em seguida o Governo Estadual, através do decreto nº 19, de 20 de novembro de 1935, resolve extinguir a Guarda Civil e criar a Inspeção de Polícia. A extinção da Guarda Civil, que fora criada por Café Filho, em 1932, desempregou 300 homens, gerando uma forte crise social que viria a ser considerada, posteriormente, um dos elementos para explicar a relativa adesão que tivera o Levante.

O segundo grande confronto se daria pouco tempo depois, 24 km distante dos Três Vinténs nos arredores de uma salina denominada Jurema (69). O grupo estava naquelas imediações há algum tempo. O lugar era seguro e eles contavam com o apoio de Chico Baixa Verde, um vaqueiro da fazenda de Antônio Rodrigues. Como das outras vezes, ele colocou os caçuás nos cavalos e foi para a cidade comprar mantimentos para o grupo. Voltou com a polícia. *“Ele viu a reação apertando, talvez tenha achado que esse era o meio de se limpar, denunciar”* (70). Foram atacados por um contingente bem mais numeroso do que nos Três Vinténs. A polícia local, sentindo-se insuficiente para derrotar o grupo, depois do combate de Três Vinténs, requisitara reforços à capital. Chegou e cercou o grupo.

Novamente eles furaram o cerco, mas dessa vez com uma baixa muito importante; o guia do grupo.

Sebastião Cadeira era um trabalhador de salina, ligado ao Partido e profundo conhecedor da região. Atuava como guia do grupo em toda a

região. Naquele dia ele portava uma espécie de cinto repleto de bombas. *“Um tiro acertou o depósito. O corpo dele esfaqueou-se, desapareceu”* (71). Apesar das duras condições de vida nas matas, das dificuldades com a perseguição da polícia ao grupo, e à sua família, havia a perspectiva de que se iniciasse o movimento nacional, quando se tentaria conquistar o poder pelas armas. Por essa época as notícias vindas do sul davam conta de que o momento de sua eclosão estaria bem próximo. Os membros da Direção Local do PCB permaneciam numa discreta prontidão, aguardando a chegada da mensagem que traria as instruções. De acordo com o que fora combinado com a Direção Estadual, a comunicação seria feita pelo telégrafo, meio de comunicação mais rápido e seguro, porque eles contavam com cumplicidade do funcionário, membro do Partido. A mensagem viria em forma de senha. *“Mamãe está boa”* seria a senha positiva que autorizava entrar em ação imediatamente. *“Zeca baixou o hospital”* seria a senha negativa indicando que o movimento fracassara (72). O Partido organizou pequenas equipes que se revezavam no correio, esperando sua chegada.

Em 1935 havia em Mossoró o Tiro de Guerra 42 e um destacamento da Polícia Militar. O Instrutor do Tiro de Guerra, Amaro Potengi da Silva, aproximou-se do Partido, durante sua permanência na cidade e sabia do movimento que estava sendo aguardado. Combinou que quando fosse iniciado, elementos do Partido simulariam um ataque ao Tiro e seus subordinados estariam instruídos para entregarem as armas sem resistência. Em meados de 35 chegou a Mossoró para comandar o destacamento policial, o tenente Moisés da Costa Pereira, que tinha ligações com o PCB. Discretamente ele foi se aproximando, começou a participar das reuniões e ficou inteirado do que estava sendo planejado. Chegou a mostrar telegrama do Chefe de Polícia nestes termos: *“Estou informado que há movimentos subversivos aí, procure investigar e tomar as devidas providências”* (73), aos quais ele respondia negando a informação tranquilizando seu Chefe. Ele preparou um Cabo de sua confiança para fazer a guarda no momento preciso e ceder as armas.

Durante o período em que a polícia mossoroense esteve sob o comando do tenente Moisés da Costa Pereira, a classe trabalhadora e em especial os operários das salinas viveram uma breve trégua. A perseguição ao grupo “guerrilheiro” e seus familiares foi interrompida. Evidentemente que foi por pouco tempo. Logo chegaria novembro de 1935, trazendo um Levante Comunista frustrado e uma repressão sem precedentes na história do operariado mossoroense e que, ironicamente, faria do tenente uma de suas primeiras vítimas.

Mas, os acontecimentos de novembro ainda estavam por vir, e o intervalo de paz foi utilizado para intensificar sua preparação. À medida que os informes que chegavam davam conta da proximidade do movimento, os “guerrilheiros” procuravam alargar sua base de sustentação através do estreitamento dos contatos com os camponeses, cujo apoio seria decisivo para o êxito do Levante. No âmbito do PCB, tanto a parcela que integrava o grupo, quanto os que haviam permanecido na cidade, vivia-se um momento de intensa expectativa, não destituída de certa dose de euforia pela iminência de sua eclosão.

O Levante iniciou-se em Natal, no dia 23 de novembro de 1935. A compreensão da escolha dessa data permanece até hoje dificultada, pela diversidade das versões disponíveis. Há quem afirme, por exemplo, que a data teria sido marcada através de um telegrama falso com que o Chefe de Polícia na época, informado de toda a preparação por um dos membros da Direção do Partido de quem se fizera amigo, arquitetara determinar o seu início e ficar em posição privilegiada para agir contra os comunistas. Outras versões negam a anterior e afirmam que houve má interpretação da senha: “*A senha era 2 e 3, era para ser 25, mas Natal disse 2 e 3 é 23, aí rebentou em 23*” (74). Há versões que apontam para interferências do próprio Getúlio, que estaria acompanhando a atuação dos comunistas desde a fundação da ANL. Não é objetivo deste trabalho tratar o episódio de 35, além de sua repercussão em Mossoró e – principalmente – as consequências do malogro do Levante para os que estavam na “guerrilha” esperando sua deflagração.

Em Natal, o movimento conseguiu por em fuga o Governador do Estado todo o secretariado, e constituiu uma Junta Revolucionária (75) que durante dias permaneceu no poder. Além disso, tentou se expandir para as cidades do interior para onde partiram caravanas dirigidas por militantes do Partido, com a função de destituir os Prefeitos e nomear pessoas de confiança em seu lugar.

Em Mossoró estranhamente, não aconteceu nada. Além de toda a preparação anterior e da combinação prévia de não resistência por parte das corporações ali sediadas, havia a “guerrilha”, homens armados, experientes e dispostos, esperando apenas o sinal para saírem das matas e começarem a luta. Há qualquer coisa não muito bem explicada até hoje nesse episódio. “*(...) A gente estava com Mossoró na mão. A gente estava com o Tiro de Guerra, a Polícia Militar e a guerrilha. Mossoró seria dominada na hora, sem um tiro (...)*” (76). Segundo Francisco Guilherme, na época integrante da Direção Local do Partido, além da secretaria do sindicato e de uma das equipes que se revezava no correio à espera da mensagem, as coisas se

passaram assim: *“Aí quando nós recebemos o telegrama era ‘Zeca baixou o hospital’ (...). A senha significava que o movimento já tinha fracassado”* (77).

A mensagem encheu de perplexidade a todos que estavam na expectativa. Além da frustração pelo malogro do Levante, naquele momento eles tiveram a certeza de que os companheiros que haviam aderido à “guerrilha” estavam condenados. *“Aí a gente veio todo mundo triste, parece que tinha morrido gente, lembrando dos guerreiros da guerrilha (...)”* (78). Como justificar que um dia antes da data marcada para o início do Levante, tenha chegado à mensagem afirmando o fracasso? Embora não haja qualquer evidência concreta, faz sentido pensar que a autoria desse telegrama pode ser creditada à própria polícia, já que hoje não há nenhuma informação segura que alguém do Partido tenha assumido sua autoria.

Portanto, a mensagem, tal como era de esperar, impediu qualquer possibilidade de efetivação das ações anteriormente planejadas. O único acontecimento significativo foi a fuga de um grupo de presos da cadeia pública que integram a “guerrilha”. Esse grupo era constituído por presos políticos, os acusados da morte do feitor da salina em Areia Branca. Curiosamente, eles conseguiram a adesão de Júlio Porto, preso desde 1927, quando Lampião atacou Mossoró. Naquele momento, a cidade que já estava de sobreaviso, conseguia organizar-se para a defesa. Lampião rechaçado e alguns cangaceiros são presos entre os quais Júlio Porto. Na cadeia começou a ter contato com os acusados da morte de Chico Bianor, operários de salinas, ligados ao sindicato e ao Partido. Eles convenceram Júlio Porto a se entregar ao movimento.

Com o fracasso do levante, o Governador Rafael Fernandes reassume o Governo do Estado e junto com elites proprietárias, ainda estupefatas, começaram a montar uma grande revanche.

Planejaram uma verdadeira expedição punitiva, através da qual penalizam indiscriminadamente, tanto os que de uma forma ou de outra havia se envolvido, como também numerosa pessoa cujo crime se limitava apenas a serem identificadas com a oposição. A perseguição aos adversários ganhou tal dimensão que os deputados ligados à Aliança Social, após intensos debates, resolveram telegrafar ao Ministro da Justiça, Vicente Rão, nesses termos:

“Declarações correligionárias dá lugar verdadeira casada humana, fins exclusivos satisfazer paixões partidárias, arrancando lares para prisões comuns centenas cidadãos pacato, burgueses exemplares, pais de famílias dignos, visando atemorizar, fracionar nosso Partido, pelo excesso de pânico” (79).

As prisões são destino certo de quem não consegue fugir a tempo. Jonas Gurgel, ex-prefeito de Caraúbas, sentindo-se ameaçado, refugia-se em Brejo do Cruz, na Paraíba onde telegrafa para o Ministério da Justiça, dizendo: “*despeito Rafael Fernandes ser padrinho meu filho, sinto-me hoje sem garantias, ameaçado prisão, motivo vim refugia-me aqui, junto outros amigos (...)*” (80).

Interrogado, Rafael Fernandes lança sobre seus adversários a acusação de extremistas e legitima toda a perseguição: “*não sendo meu governo culpado alguns adversários menos avisados hajam participado do movimento extremista aqui rompido (...)*” (81). Vivia-se um intenso anticomunismo e a referência do governo ao movimento “extremista” era suficiente para justificar todo tipo de atrocidade.

A ocasião era favorável para se livrar de pessoas que, por outro motivo, seja de ordem política, seja de ordem pessoal, fossem considerados indesejáveis, pelos Populistas à frente do comando do Estado. Ainda estava presente nas memórias o clima em que se desenrolava a eleição no ano anterior, as feridas, muitas ainda não haviam cicatrizado. Muitos episódios não absorvidos voltaram à tona, como por exemplo, a atuação de latifundiários, como os Saldanha e suas milícias particulares que distribuídos pelas cidades da região oeste, pressionaram os eleitores do Partido Popular chegando até ao constrangimento físico, para impedir que participassem da eleição. Ou o uso da máquina administrativa do Estado em favor à aliança dos candidatos da Aliança Social, diziam os opositores. Todas as acusações feitas anteriormente, todas as indisposições geradas pelo aguçamento da campanha, ou mesmo, desde a chegada da Aliança Liberal ao poder no Estado, puderam enfim ser julgados, ou melhor, punidas.

Sim, porque, imediatamente após o fracasso do Levante Comunista, uma repressão sem precedentes na história do Estado pegou de cambalhada todos os adversários do grupo no poder. Os cafeístas foram violentamente perseguidos, presos. Os partidários da Aliança Liberal, mesmo os não cafeístas, foram envolvidos. Foram todos acusados de comunistas e de participarem do levante. Uma temporada de caça às bruxas, que teve facetas como expedição de 963 ordens de prisão de uma única vez pelo Governador Rafael Fernandes.

Efetivamente, embora os liberais e cafeístas que não fugiram a tempo tivessem sofrido perseguições, processos, prisões, não se pode comparar à fúria que se abateu sobre os sindicatos, em especial sobre o sindicato das salinas. Nesse processo, de organização dos trabalhadores, pode ser exteriorizado. Todas as vitórias que os trabalhadores haviam conseguido

com suas lutas, e que permaneciam nas garantias da burguesia, engasgando-a, com as afrontas ao seu poderio ilimitado, sucumbiram diante da vaga repressiva. O fracasso do levante de novembro ofereceu, enfim, o pretexto que os proprietários ansiavam para arrasar como os sindicatos. À acusação de implicação no movimento comunista, seguia-se a mais violenta repressão sobre a atividade sindical e seus agentes. Fecharam o sindicato e apreenderam todo o material existente, como mesa, cadeiras, máquinas de escrever, etc. Toda a diretoria do sindicato foi presa.

Até então, a vinculação orgânica de muitos operários ao PCB era praticamente desconhecida, e as acusações genéricas. Nessa oportunidade as delações revelaram à polícia parte da estrutura do Partido em Mossoró. O instrutor do Tiro de Guerra e o delegado de polícia foram dos primeiros a serem presos. Seus substituídos chegaram com a tarefa de realizar um verdadeiro expurgo e, para realizá-lo contento, foram providenciadas modificações no aparelho repressivo: o contingente policial local foi reforçado. *“Aqui era soldado a toda hora, corrigindo as casas, açoitando o povo”* (82).

A organização dos trabalhadores revelou-se forte o suficiente para resistir. Mesmo com a diretoria do sindicato e parte dos militantes mais ativos da prisão, inúmeros trabalhadores vinculados ao PCB que não tiveram sua militância revelada, ligaram-se à produção e à continuidade do trabalho sindical.

De outro lado foi montado um cerco à “guerrilha”. Os fazendeiros da região, suspeitos de auxiliarem o grupo de alimentos, passaram a ser rigorosamente vigiados. Pessoas que moravam em lugarejos nos arredores vistos comprando alimentos na cidade eram seguidos, interrogados, açoitados. Tinha a mesma sorte quem fosse surpreendido à noite pelas estradas. Dessa maneira, as ligações entre o grupo e os possíveis contratos foram interrompidas. Isoladas, sem notícias, sem mantimento, as pessoas das redondezas que até então lhes apoiariam, apavoradas com a violência da polícia, assim a resistência foi sendo minada.

A notícia do fracasso do Levante foi recebida pelos “guerrilheiros” com sua condenação. Empurrados para a clandestinamente, aquela lhes parecera uma saída para resistirem até a eclosão do movimento. Iniciando o Levante, abandonariam a luta para participar da luta. Vitoriosos o movimento, voltariam à vida normal como homens livres, empenhadas na construção de um novo poder.

No dia 26 de novembro de 1935 foi decretado o Estado de Sítio, sobre todo o território nacional. Dois dias depois, partiria de Fortaleza para Mossoró o 23º BC, 564 homens, sob o comando do Major Rober-

to Dantas Barreto, como um reforço ao contingente policial local, empenhado na repressão decorrente ao Levante. O 23º BC se domaria em Mossoró até o dia 2 de dezembro. Durante sua permanência na cidade de trabalhadores viveram a intensa perseguição. Teve início o toque de recolher que se instituiria apenas em meados de 1936, após a destruição total do grupo. *“A reação andava cercando a casa, dessa hora em diante, ninguém mais podia andar na rua, a polícia procurando o pessoal, em vez de procurar um mato, vinha para as casas”* (83).

O empresariado mossoroense manda um telegrama ao Governo do Estado, assassinado por todas as autoridades legais, em que pressiona: *“vimos apelar V. Excia. acudir nossa terra, haveres familiares, sob ameaças incríveis audácia bandoleiros que zombam todos os recursos combate até agora empregados”* (84).

No início de 1936, o grupo descolou-se em direção a Açú. Os latifundiários reagiriam violentamente à presença dos “guerrilheiros”, especialmente a de Manoel Torquato, natural da região, onde ainda permaneciam os seus familiares. Os proprietários rurais ainda não haviam esquecido que, em 1934, Manoel Torquato tentara organizar os trabalhadores rurais em sindicatos, numa subversão sem precedentes das relações de trabalho ali vigentes. Chagando na região, o grupo tentou ficar nas imediações do açude Campo Comprido. Arthur Felipe, um dos proprietários rurais, soube da localização do grupo e resolveu tomar a si a tarefa de combatê-los. Formou um grupo com os outros proprietários e saiu à procura. Encontraram os trabalhadores próximos à embocadura do açude e começaram a batalha. Do lado dos proprietários morreu Arthur Felipe, um dos trabalhadores, Luís de Paula. *“os chefões, os latifundiários, botaram a polícia para prosseguir para perseguir o grupo”*. A polícia foi direto para casa de Sebastião Silvestre, pai de Manoel Torquato.

“Ele morreu dentro de casa mesmo. Fizeram um fogo lá, esburacaram a casa todinha de bala. Mataram até a galinha. A velha escapou dentro de uma caixa de farinha de guardar rapadura em época de inverno” (85).

A polícia passou a perseguir sua família para saber onde estava Manoel Torquato. *“Os irmãos desse Manoel Torquato apanharam de largar o couro, viviam escondidos”* (86). Mesmo os familiares mais distantes foram acoçados e a polícia chegava a açoitá-los quem trabalhasse para eles. O velho Chico Nilo era sogro de Antônio Silvestre, tio de Manoel Torquato.

“Foi cortar o babaçu, chamou muita gente, e o povo assombrando, mode esse negócio de apanhar não foi ninguém. Para não dizer que não foi, de trabalhador só foi um, um cara de fora, tal de Assis Higino. Quando chegou a turma de soldados aí pegou os trabalhadores e foi arrastando uma a um para açoitar. Esse dito Assis não apanhou porque tinha uma pessoa que era conhecida dele, na hora deu uma palavra por ele, que ele não tinha culpa, que era um simples ganhador, aí foi quando liberaram ele para sair, empurraram ele para fora, para sair do meio dos comunistas. Aí Assis Higino correu tanto que quase perdeu as alpargatas. Os que apanharam era porque era da família de Manoel Torquato, mas era família longe, eles diziam que eles davam cobertura, que davam assistência ao bando de Manoel Torquato” (87).

A família de Manoel Torquato caiu em desgraça. Ninguém se aproximava dele como medo de ser açoitado. Deixaram de sair à noite, porque se encontrassem a polícia, ela podia pensar que estavam fazendo contato com o grupo.

As elites locais enfurecidas desencadearam uma repressão brutal sobre a população que morava afastada da cidade, próximos da região onde o grupo fora encontrado.

“O povo ficou muito amedrontado, ninguém andava, era difícil sair de noite naquele tempo. Porque se se encontrassem, a polícia os obrigava a dizerem onde estavam. Quer soubesse, que não soubesse, se viu hoje, se viu tal dia, tinha que dar um roteiro” (88).

De Assu o grupo caminhou para as proximidades de Mossoró. O cerco estava se fechando sobre eles. Passando o impacto do levante e superado o auge da perseguição aos envolvidos, o aparelho repressivo do Estado concentrou sua atuação no combate à “guerrilha”. *“Eram por todo o canto. Haja botarem soldados que traziam de Natal, daqui para Areia Branca. Até dentro das salinas eles iam aborrecer a gente” (89).*

O grupo foi sendo empurrado para o isolamento. Os fazendeiros viados, o povo amedrontando, a orla da mata cheia de soldados. Não havia como chegarem notícias, alimentos.

Na cidade, o Partido se reuniu para discutir a situação do grupo. Chegaram à conclusão de que não havia mais condições para eles permanecerem na mata. Decidiram montar um esquema de emergência entre membros, simpatizantes e aliados do Partido, para fornecer apoio material a quem quisesse sair.

A irritação das elites com a insistência dos trabalhadores levou-as a persistirem no plano capaz de levar ao grupo ao aniquilamento total. A vigilância foi redobrada nos bairros operários. Agora já não apenas nos familiares dos integrantes do grupo e sim sobre todos os trabalhadores, seus filhos, mulheres, família. Todos eram suspeitos e mesmo não tiveram ajudado diretamente aos clandestinos, era importante dar-lhes uma “lição” antecipada, que lhes faria desistir quando surgisse a oportunidade. *“A polícia perguntava se tinha visto Manoel Torquato, o cara dizia: ‘não, não vi’. Aí toma peia, teve gente de apanhar e quase ficar morto”* (90).

O grupo avaliou que já haviam esgotado as possibilidades de sobrevivência naquela situação. Nesse momento, a guerrilha já fora isolada. O grupo fraco, faminto seminu, mal podia se esgueirar pelas matas para sair da região que estava sendo esquadrinha pela polícia. Não existia outra saída. Era tentar ir se afastando da zona sob observação, ou do contrário, cair nas mãos da repressão. Resolveram recuar organizadamente, seriam das matas aos poucos, dois a dois, deslocando-se em direção ao Ceará, cuja fronteira pouco depois de Mossoró, não seria difícil alcançar. Mas atravessaria era muito perigosa. A polícia estava lá, cercando-os, aterrorizando o povo, caçando-os como animais ferozes.

“A família ficava vigiada. A mulher de Manoel Torquato foi presa, a polícia mantinha como refêns. Eles vinham visitar a família, despistadas de caçador, mas era difícil. O movimento no mato era restrito. O pessoal quase não caçava, porque a polícia ficava em cima, tomava até faca da mesa. Se aparecesse alguém caçado, chamava logo a atenção deles”.

As duplas foram se formando e procurando se afastar, conforme o combinado. A Manoel Torquato coube a companhia de Feliciano. Feliciano era um negro alto, forte, a barba preta cerrada. Analfabeto, um homem rude, respeitado por sua valentia. Era operário da salina e membro do partido, e justamente com seu irmão Marcelino votar a favor da realização da “guerrilha”. Manoel Torquato foi avisar a família que se afastaria por algum tempo da região, se despedir. Justificou a saída para mulher: *“é, tá uma vida danada, não tem onde pegar água, não tem onde buscar comida, a polícia tomando todos os becos (...)”* (91). Era asmático, estava em crise e faminto. A mulher propôs que se escondesse nas imediações enquanto ela preparava alguma coisa para eles comerem. Era noitinha, logo que eles saíram Feliciano matou Manoel Torquato.

“Ele morava perto lá de casa. Eu ouvi tiros lá de casas. Foram 2 tiros. E eu disse, caçador uma hora dessas? E aquilo é tiro de rifle. Naquele tempo não havia estação de rádio e somente pela manhã eu soube da notícia” (92).

Embora não houvesse uma hierarquia no interior do grupo, desde o início, as decisões tomadas tinham influência de Manoel Torquato, Miguel Moreira e do Alemão. Principalmente de Manoel Torquato, que pela sua grande liderança entre os trabalhadores, acabou sendo naturalmente considerado o líder do movimento. Com o aperto do cerco, a polícia passou a falar que daria um prêmio a quem capturasse Manoel Torquato.

Depois de matá-lo, Feliciano procurou a casa de um proprietário e contou-lhe o ocorrido. O proprietário levou-o a presença da polícia, que lhe prometeu a liberdade em troca de informações. Então Feliciano passou para a polícia o nome de todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas naquele movimento. *“Isso foi desespero de causa, como uma pessoa que recorre ao suicídio como última etapa. Ele achou que era uma saída, que isso aí salvar a situação dele”* (93).

A polícia foi buscar o corpo de Manoel Torquato, em um caminhão.

“Quando o carro parou em frente à cadeia pública, a polícia puxou pela perna, como um bicho, chegou bater com a cabeça no chão. Ele estava assim com uma espécie de mescla, tinha umas divisas, parece que era coronel. Aí ficou estirado no chão e o povo correu para ver” (94).

Espalhou-se a notícia da morte de Manoel Torquato e das declarações que Feliciano fizera. Agora, tratava-se de sair o quanto antes. Feliciano denunciou todos que estavam no grupo e toda a estrutura de apoio que se formara, a partir da cidade. Como elemento ligado ao partido, revelou toda a estrutura, desde que eram ligados organicamente, até os simpatizantes e quem, de uma forma ou de outra, tivesse auxiliado o grupo.

Alguns dos denunciados ao serem presos, por desemprego ou inexperience acabaram delatando outros companheiros.

“Eu fui delatado por outro companheiro que também compunha a guerrilha. O nome dele era Herculano José Barbosa, era ex-soldado, um cara valente e estava a par de todo o movimento, porque era partido também. Não sei por que entendeu de me complicar” (95).

O último combate aconteceu num lugar chamado Cigano, próximo da serra Mossoró, uma região de vegetação mais fechada e maior que a

de Três Vinténs, distante 18 km de onde se dera o primeiro conflito. Por essa época, meados de 1936, o grupo já estava praticamente destruído. Grande parte dos “guerrilheiros” conseguia burlar a vigilância e já haviam saído da mata, como Zé Domingos e Júlio Porto que se refugiaram pelo interior, ou João Paulo que junto com outros tomaram rumo ao Ceará. Outros não conseguiram escapar da polícia foram presos durante a fuga, como Herculano Barbosa, ou Miguel Moreira, preso em Pendências. Alguns poucos ainda estavam tentando encontrar o caminho da fuga, quase perdidos na mata.

José de Alencar, o Alemão, chegará a Mossoró no ano anterior, vindo do Rio de Janeiro. Era muito jovem, alto, loiro, daí o apelido. Especialista em explosivos, viera ensinar o fabrico de bombas de munição a serem usadas no Levante de 35. A notícia da retirada surpreende-o com o que restava da roupa em farrapos e muito enfraquecido pela fome. Além do mais, não conhecia a região, tinha dificuldades de se orientar pelo mato, desgarrou-se e acabou vagando sozinho. Depois de muito caminhar, encontrou uma casa no meio do roçado. Havia uma mulher e uma criança. Pediu comida e uma roupa que pudesse alcançar a estrada sem chamar a atenção. A mulher mandou a criança avisar ao pai, ocupado na roça. Ele chegou, o Alemão, falou que estava quase morto de fome e que precisava de uma roupa, pois estava sendo perseguido pela polícia. Ainda apelou que não comentassem com alguém a sua presença ali. O homem mandou-o deitar-se à sombra de árvore e esperar o almoço. A mulher iria matar iria matar uma galinha e enquanto isso ele descansaria da caminhada. Imensamente, mandou avisar a polícia. Alemão despertou com os gritos do contingente armado que lhe gritava ordem de prisão. Ainda teve tempo de dizer: *“Não me matem, que já estou morto”* (96) e foi sacudido pela saraivada de balas.

O comandante do destacamento, Sargento Francisco Felício, ou Chico de Zaca, como era mais conhecido, era filho de um amigo militante do Partido, morto numa briga com um dos irmãos de Reginaldo, Glicério Reginaldo, há algum tempo atrás. Zaca administrava uma das terras dos Fernandes que fazia divisa com uma das propriedades de Glicério. Iniciaram uma divergência a partir da marcação dos limites e os Fernandes passaram a instrumentalizar Chico de Zaca como o obstáculo à resolução da questão. Teceram tamanha intriga, que ao se encontrarem, começaram uma discussão que rapidamente derivou para a agressão física. Zaca puxou uma faca e Glicério atirou. Os Fernandes mandaram chamar seus filhos e lhes asseguraram que o Partido mandara matar seu pai. Colocaram os dois na polícia, todos analfabetos, um como sargento

e o outro como cabo. O sargento transformou-se num agente da repressão e ganhou um destaque como instrumento da burguesia na perseguição aos comunistas. Daí a ferocidade como o que executou o Alemão, um homem indefeso e quase morto.

Destroçado o grupo, a repressão passou a se concentrar nas denúncias e as prisões se enchem de trabalhadores. Seu grande delito era terem ousados tentar se organizar para enfrentar a tirania dos patrões. Por esse crime, muitos foram para a Ilha Grande como, Francisco Guilherme, Joel Paulista, Francisco Freire de Amorim, Jonas Reginaldo, Anastácio Lopes, Gonçalo Marcelino, Herculano, o próprio Feliciano e tantos outros. Alguns jamais voltariam, vítimas de doenças e maus tratos na prisão (97).

A burguesia atingiria seu objetivo. O Sindicato e o Partido estão destruídos, as pessoas amedrontadas. É preciso agora que todos os trabalhadores tenham conhecimento do está reservado a quem se atreva a percorrer os mesmos caminhos. Por isso, o Alemão, encontrando quase morto de fome, teve de receber uma fuzilaria. Para servir de exemplo. Enquanto persistisse a lembrança do seu corpo perfurado, certamente seria mais difícil que outros tentassem insistir na sua luta.

Os trabalhadores que naquele ano dirigiam-se à salina para trabalhar na colheita, ao perguntarem ao feitor o preço do alqueire, escutara a resposta: *“quer trabalhar ou quer saber o preço?”*. *“No dia do pagamento tiveram uma grande surpresa: o preço do alqueire tinha baixado a um nível inferior ao do ano interior”* (98).

Não houve qualquer reação. O sindicato estava mudo. Enfim, os proprietários puderam respirar em paz.



6. Conclusão

A reconstituição histórica da luta dos trabalhadores em salinas de Mossoró, por sua organização em sindicatos – e dos limites ultrapassados nesse percurso – faz emergir alguns pontos sobre os quais se faz necessário um mínimo de reflexão. Mesmo que em seu decorrer e ao seu fim não surja uma argumentação capaz de dar conta, de explicar suficientemente tais acontecimentos, serão expressas algumas indagações que poderão vir a ser desenvolvidas com maior propriedade por tantos quantos tenham algum compromisso com o vir a ser da classe trabalhadora.

Até que ponto, o “sindicato do garrancho” e seus desdobramentos podem ser considerados um caso singular, no quadro geral da luta dos trabalhadores brasileiros por sua organização como classe, sua constituição enquanto sujeitos políticos? Onde estaria essa singularidade? De início, podemos considerar a extrema radicalização atingida, expressa, por exemplo, no funcionamento clandestino do sindicato na formação dos grupos de autodefesa, nos conflitos com as elites proprietárias ou seus agentes. O clima permanente envolveu os operários ligados a atividades sindicais e os empurraria para o desafio à legalidade, via opção pela luta armada (por mais defensiva que nos possa parecer). Esses elementos serão indicativos concretos de uma situação atípica em termos de processo de organização dos diversos segmentos da classe trabalhadora em sindicatos ou partidos? Afinal, onde buscar explicação para essa radicalização? Poderia começar pelos altos níveis de exploração praticada por uma classe dominante intolerante e refratária ao mais leve sinal de alteração de seus privilégios? Na conjunção de fatores característicos da conjuntura política local e regional na primeira metade dos anos de 30 e que teria levado a explorar até ao limite as disputas inter-oligárquicas locais? No processo histórico de construção do capital mossoroense que engrenou desde cedo classes sociais antagônicas com contornos bastante definidos, e uma classe média pouco numerosa e sem um projeto político que a capacitasse a atuar como amortecedora dos conflitos? Poder-se-ia, também, dar um peso específico a estes fatores que refere à teia de relações sociais que compõem o quadro político a nível local, compreender a sua dimensão, convenientemente a tentar

apreender o movimento a partir dos seus movimentos mais internos, dos elementos intrínsecos a seu próprio desenvolvimento. Seríamos levados então a percorrer outra trilha, a partir de outras indagações. Qual a importância que desempenhou o Partido Comunista do Brasil, sua atuação, num quadro específico de preexistência do Partido do Sindicato? Até que ponto a forma de relacionamento entre duas instâncias organizativas, cuja tônica foi a diferenciação dos limites da atuação, merece ser considerada como consequência direta do atrelamento ao sindicato do Partido? Por outro lado, devemos buscar os anexos entre a prática do Partido a nível local e a linha predominante a nível local e a linha predominante a nível nacional? E nessa linha de raciocínio, como as orientações emanadas da III Internacional, principalmente através dos seus 6º e 7º Congresso (1928 e 1935), os quais vão deliberar a atuação do Partido no período aqui focado?

Estas perguntas mais abrangentes recobrem os outros pontos de discussão que lhes estão diretamente ligados, como a dimensão da ANL (Aliança Nacional Libertadora), a nível local, e o anexo real entre a “guerrilha” e o movimento de novembro de 1935.

Por outro lado, vale ressaltar que esta discussão adquire sentido para nós, principalmente na medida em que – subjacentes a todos estes pontos de inflexão - ganha corpo a questão maior da emancipação da classe trabalhadora. Todas as perguntas formuladas, todas as indagações restantes de reconstrução deste episódio, crescem em oportunidade e importância na medida em que apontam para essa questão, qual seja, a da participação dos próprios trabalhadores no processo de transformação da sociedade, na perspectiva dos seus interesses e a partir dos instrumentos que lhe possibilitem avançar concretamente em direção à sua emancipação.

O processo de formação da classe operária mossoroense se dera desde o início num ritmo mais acelerado do que no restante do Estado. As especificidades no processo de constituição do capital local – charqueadas, empório comercial e indústria do sal – vão produzir com certa rapidez um contingente assalariado, oriundo principalmente da atividade agrícola e que gradativamente vai se transformando em uma massa de operários, sobrevivendo exclusivamente à custa de seu assalariamento na atividade de extração do sal. A esses, somam-se os que, embora vinculados à agricultura, através das mais diversas formas de trabalho, veem-se obrigados a procurar outra atividade que lhes garanta a sobrevivência durante o período da entressafra agrícola. A salina, àquela época completamente manual, era a atividade econômica capaz de absorver essa mão de obra numerosa e de baixa qualificação.

A concentração desse contingente, competindo entre si, disposto a se assalariar a qualquer preço, sem nenhuma prática associativa anterior e sem experiência de luta em defesa de quaisquer direitos, é a pedra de toque dos altos níveis de exploração praticados que se traduzem na mais valia, extraída a partir das jornadas excessivas, baixos salários e péssimas condições de trabalho.

À medida que tem início o processo de organização, os confrontos vão acontecendo e no decorrer da luta, vão se delineando os interesses que estavam em jogo – quem era o inimigo e que ações poderiam sensibilizá-lo. Mais ainda, passaram a se ver enquanto ser plural, coletivo (nós) ligado pela mesma situação frente à exploração dos patrões (eles). O processo de sua constituição enquanto classe se dará no bojo de intensas lutas a partir das quais os campos de atuação serão demarcados. É no espaço resultante desse delineamento que se exercitará a prática de classe, em que se confrontarão enquanto forças antagonicas os operários e os patrões e seus instrumentos de dominação.

A conjuntura política da época, a República Nova, marcada pelo Estado de Compromisso (1), caracterizava-se, em nível local, pela teia de contradições secundárias que colocavam em campos opostos, pelo menos em determinados momentos, os setores oligárquicos tradicionais junto às suas dissidências, ganhando forma no bojo do movimento de 1930. Os setores da pequena burguesia politicamente organizados expressavam-se através do cafeísmo, o qual embora duramente combatido pelas elites proprietárias, jamais chegaria a ultrapassar a radicalização verbal utilizada nos limites do superestrutural. Em nenhum momento empunharam bandeiras de lutas que apontassem concretamente para a superação da exploração. O discurso cafeísta era amplo e genérico o suficiente para não comprometer com demandas vitais, como a questão da terra e a superexploração do trabalho. Mesmo se autoproclamando aliado da classe trabalhadora, sua prática foi sempre orientada para beneficiar-se dessa aliança, utilizando-a como base de sustentação política e como respaldo nas negociações com as demais forças, numa atuação tipicamente populista (2). Esse comportamento ficou exemplarmente evidenciado nos momentos de greve, em que ao se verem diante de reivindicações que feriam os interesses do patronato, procuravam intermediar o conflito, esvaziando pleito dos trabalhadores de modo a preservar os interesses patronais (3). Em se tratando de trabalhadores acusados de comunistas, essa relação perde as aparências e aparece com toda contundência de repressão (4).

O desenrolar dos acontecimentos mostrou que o envolvimento desses setores com o operariado se deu sempre com o objetivo claro e definido de utilizar-se de seus movimentos, de suas iniciativas políticas para respaldar seus próprios projetos.

O cafeísmo no poder se revelou incapaz de respaldar os trabalhadores na luta pela negociação menos desfavorável do valor de sua força de trabalho. Dessa forma, ao buscarem uma atuação conjunta em nível de política global, foram impelidos não por uma definição da classe operária como aliada preferencial e sim porque com o acirramento das dissidências interligárquicas no Estado, e o agravamento da crise política durante o processo eleitoral de 1930, não lhes restou alternativa que a de jogar com os trabalhadores para enfrentar o bloco de José Augusto na luta pelo governo do Estado. Derrotados nas urnas, alguns de seus integrantes chegariam a fornecer, por ocasião da “guerrilha”, algum apoio material ao grupo. Assim fazendo, tinham a convicção de estarem jogando pesado na desestabilização do Governo Rafael Fernandes.

Portanto, a polarização entre as classes fundamentais, expressas no enfrentamento contínuo e na radicalização dos processos de luta, aponta para a inexistência de uma classe média numerosa, capaz de atuar como amortecedora dos conflitos. Essa ausência deve ser levada em consideração como um dos fatores que funcionou como elemento catalisador, desnudando as contradições e favorecendo assim o exercício constante de uma prática de enfrentamento, espaço privilegiado em que se enformam as classes sociais enquanto sujeitos históricos.

No seu processo de constituição enquanto classe, os trabalhadores mossoroenses travaram contato em primeiro lugar com o projeto político, tático e estratégico do Partido Comunista e em seguida com a proposta de organização sindical. Formada a “vanguarda”, coube-lhe, como primeira tarefa, organizar a massa de operários em sindicatos e seguindo o modelo clássico de inspiração leninista pinçar entre essa massa os elementos mais atuantes para reforçar o “destacamento avançado da classe” e dar sequência ao esquema massa - vanguarda.

Desse modo, as reivindicações mais imediatas como, valor da força de trabalho, transporte e água por conta da empresa, regulamentação das medidas, etc., começam a fazer parte do universo de propostas dos operários, ao mesmo tempo em que surgem propostas de superação da relação capital/trabalho. A politização e o nível de ideologização dos trabalhadores demonstram através dos seus discursos, ainda no início, durante o breve período que funcionaram legalmente enquanto Associação é uma decorrência desse processo.

“Precisamos seguir o exemplo da União Soviética, onde existe uma pátria chamada Pátria dos Trabalhadores. Lá o trabalhador tem direito a tudo que produz. Isso é uma árvore que nasceu na URSS e que vem sombreando o mundo todo. E um dia, o mundo inteiro, há de se tonar comunista (...) Diz Carlos Marx que a burguesia traz dentro dela o germe que irá destruí-la. Esse germe somos nós (...) Temos que acabar com quem nos mantém sob esse sistema de exploração (...)” (5).

Para se entender o grau de radicalização a que os trabalhadores chegaram, deve ser levada em conta a identidade de ação Partido/Sindicato, ou seja, o espaço privilegiado onde o Partido colocava suas propostas e onde desaguavam naturalmente todas as suas orientações. *“Na reunião do PCB se discutia sobre o sindicato, o PCB dava toda a cobertura ao sindicato, porque lá é que estava a massa”* (6). O Partido agia através do sindicato de tal modo que não havia possibilidade de distinção entre as duas esferas de atuação. *“O sindicato tinha a ação, mas era o Partido que estava agindo”* (7). Naturalmente, a massa operária ignorava a presença do Partido, embora obedecesse às suas palavras de ordem, empunhasse suas bandeiras de luta e colocasse na prática sua orientação: *“(...) e daí começou (o PCB), o sindicato, a direção dos operários, mas os operários não sabiam de coisa nenhuma (...)”* (8). Daí o sindicato ser percebido como o instrumento capaz de alterar radicalmente as suas existências. Tanto assim que um dos entrevistados, que fora na época dirigente do Partido, fez a seguinte reflexão: *“os trabalhadores sabiam que as lutas sindicais poderiam mudar sua situação de vida e que aí é que ele poderia se livrar da miséria e da escravidão”* (9).

Contudo, a comprovação de que o “sindicato do garrancho” funcionava como uma frente legal de atuação do Partido é insuficiente para justificar os caminhos os quais esta luta derivou. Isso porque o atrelamento do sindicato ao Partido sempre foi uma prática corrente, estando inclusive no cerne de uma das primeiras crises internas do PCB, em 1927, e que daria origem à primeira cisão do Partido (10).

É preciso, portanto, não se limitar a essa questão tentar descobrir em outros aspectos os elementos dessa radicalidade. O PCB mossoroense recebia todo material proveniente da Direção Nacional através da Direção Estadual, localizada em Natal, capital do Estado. Afora esse fluxo natural de informações, no decorrer da pesquisa, chamou-nos atenção outras formas de acesso que passavam ao largo da Direção Estadual. No Porto de Areia Branca, na época o 7º do país em movimentação (11), o fluxo de cargueiros para o transporte do sal era intenso. Na época, parte

significativa dessa tripulação era ligada ao Partido e funcionava como um meio de comunicação altamente eficiente. Durante o tempo que os navios permaneciam parados esperando carga, a tripulação descia para a terra e além de passar documentos do Partido para seus contatos e discutir seus conteúdos, transmitiam todo o clima que o movimento atravessava nos pontos de seu trajeto no país. Tanto é assim que, nas entrevistas, ao se abordar o período próximo ao Levante, a referência é constante: “(...) *notícias chegadas do sul, davam conta da proximidade do movimento*” (...) (12). A proximidade do porto facilitava o trânsito das pessoas por Mossoró. O próprio comandante Sisson, secretário da Aliança Nacional Libertadora, acompanhado de Ivan Pedro Martins, permaneceu alguns dias em Mossoró, nos meados de 1935, trabalhando no núcleo local da ANL. Assim, mantinha-se um fluxo incessante de informações sobre os acontecimentos do eixo centro-sul do país e aquele núcleo do Partido, geograficamente localizado, tão distante da efervescência política do período. Além disso, Lauro Reginaldo da Rocha, um dos fundadores do Partido em Mossoró, mantinha-se no Rio de Janeiro, desde o episódio de sua “deportação” do Estado, por ordem de Café Filho, em 1932. Em 1934, por ocasião da 1º Conferência Nacional do Partido, passaria a integrar o Secretariado Nacional (13). Nesse período, alguns dos membros da família Reginaldo faziam parte da Direção Municipal, o que nos leva a supor que a presença de Lauro na Direção Nacional esteja por trás não apenas de um intercâmbio mais frequente de informações, como também tenha influenciado na designação de quadros especialmente do Rio de Janeiro, para cumprirem tarefas organizativas em Mossoró por deliberação do Partido (14).

Esse rastreamento nos leva a supor que o núcleo mossoroense do PCB estava perfeitamente sintonizado com as orientações a nível nacional. E quais seriam essas orientações? Quando surge, em 1928, o PCB a nível nacional caminhará do Bloco Operário de 1926, para o BOC (Bloco Operário Camponês), criado em meados de 1927 e que colocava pela primeira vez “*a questão da aliança política dos operários com os camponeses*” (15). Nasce sob o signo de “*uma política independente de classe*” (16), o núcleo mossoroense permanecerá fiel a ela, mesmo depois de desfeito o BOC, após as eleições de 1937(17), tal como demonstra a leitura dos boletins que circulavam por volta de 1934(18).

Uma das pistas prováveis para explicar o rumo que tomou o movimento mossoroense passa inevitavelmente pelo cotejamento entre sua prática a nível local e as deliberações em nível nacional e avançando um pouco mais nessa direção, pelas orientações emanadas da III Inter-

nacional e que norteavam toda a definição tática do Partido (19). Em primeiro lugar, cumpre lembrar que em 1928 foi realizado em Moscou o VI Congresso da Internacional Comunista, onde pela primeira vez é produzido *“um relatório específico sobre a conjuntura latino-americana, assim como aparecem questões sobre a estratégia a ser seguida pelos Partidos Comunistas dessa região”* (20). De acordo com as análises produzidas nesse Congresso, *“O capitalismo caminhava para a crise final, e o atual período ‘seria marcado por grandes lutas revolucionárias’, devendo-se, portanto, combater os socialistas e outras correntes de esquerda que não comunistas, pois já estaria colocada a luta pela tomada do poder”* (21). A partir de então:

“A revolução brasileira deixa de ser democrático-pequeno-burguesa, para ser democrático burguesa, anti-imperialista. Em consequência, suas tarefas mudam (...). O eixo das alianças políticas passa da busca de contatos com a pequena burguesia (urbana) revolucionária, para a aliança com as massas camponesas (...), e em decorrência assume-se palavras de ordem como ‘governo operário e camponês (...)’” (22).

Definindo-se ainda como formas de luta, *“(...) armamento de operários e camponeses visando a criação de milícias populares (...)”*. (23). Portanto, logo ao nascer, o PCB mossoroense passa a conviver com uma avaliação de conjuntura, absolutamente irreal, que ignorava as especificidades da formação social brasileira, e ao desconhecer totalmente a sua realidade específica, lançava para aquele contingente de trabalhadores, extremamente ideologizados pelo discurso comunista, a ilusão da proximidade do momento da tomada do poder, que aqui no Brasil seria traduzido em *“radicalização político-partidária, visando a criação de condições insurrecionais”* (24). Por ocasião do III Congresso do PCB (fins de 1928/início de 1929) foram referendadas posições do VI-IC, traduzidas na palavra de ordem de Frente Única. Suas deliberações afirmam que deverá,

“(...) adquirir a todo preço a hegemonia no movimento revolucionário que se desenvolve no Brasil, cujas principais forças motrizes serão o proletariado, a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres” (25).

Por outro lado, neste Congresso, em termos da questão sindical, tem lugar intensa polêmica, gerada pela dissidência de Barbosa e Pimenta, que criticavam o atrelamento do Partido ao sindicato e as consequências nefastas ao movimento, provocados pela busca incessante de hegemonia nas entidades sindicais. A discussão não se prendeu às questões substantivas, limitando-se à crítica aos dissidentes e legitima-

ção das intervenções do Partido que estava sendo criticadas, justificando-o, ao reafirmar o seu papel de “vanguarda centralizada e disciplinada do proletariado” (26). Ou seja, a intercessão Partido/Sindicato, que em Mossoró chegaria a ter consequências drásticas, era fruto natural da visão predominante no PCB, a quem como o “destacamento avançado do proletariado”, caberia definir a tática correta, através da qual a massa chegaria a atingir os seus (dele) objetivos, que afinal seriam os objetivos dessa mesma massa, que por sua inconsciência cabia ao Partido definir.

Vale ressaltar, também, que esse período que estamos tratando 1931- 1935 se caracterizou por ser uma fase de grande sectarismo. As deliberações do VI Congresso da IC e III Congresso do PCB se traduziram no interior do Partido “num radicalismo obreirista e num ultra esquerdismo” (27), cuja decorrência foi um período de muita instabilidade a nível da Direção Nacional, onde quadros eram guindados à cúpula e em seguida caíam em desgraça e eram afastados. O obreirismo, marco definidor desse período, privilegiaria a participação dos operários “puros” em detrimento dos quadros oriundos da pequena burguesia. Embora as substituições físicas não alterassem a política global do Partido. Portanto, o núcleo comunista mossoroense nasce sob os auspícios dessa política centrada na aliança operário-camponesa e no desprezo aos setores da pequena burguesia, na supervalorização do obreirismo, e a nível da questão sindical na recusa em repensar a atuação do PCB neste campo e na prática do atrelamento e luta pela hegemonia política no interior dos sindicatos. Na reconstrução da história do “sindicato do garrancho” esses elementos vão estar presentes e, curiosamente, vão apresentar-se muito resistentes a mudanças de rota, mesmo quando propostas pelo MCI (Movimento Comunista Internacional) e encampadas pelo PCB.

Em 1934, dois fatores vão determinar modificações radicais na atuação do PCB. A nível internacional, a vitória do nazismo vai colocar para a IC a necessidade de rever sua postura em relação a outras correntes da esquerda e setores da sociedade, o que vai derivar na política de Frente Ampla (28). Somado a isso, temos a nível interno a adesão de Prestes ao PCB, que vai influenciar uma abertura a setores de classe média, especialmente pela incorporação a seus quadros, de intelectuais progressistas e de parte significativa do movimento tenentista. Essas mudanças vão apontar para a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e seu potencial aglutinador de setores médios da sociedade. A partir de então, *“O PCB se torna mais popular e menos operário, (...) os problemas da nação, sobrepujando aos da classe”* (29).

Curiosamente, em Mossoró, embora a Frente Ampla possa ser detectada e largos setores da classe média e da intelectualidade tenham aderido à ANL, em cuja direção o Partido tenha conseguido colocar 2 de seus membros, esse processo ocorre sobre certas especificidades. Em primeiro lugar, no âmbito do Partido, não há um número significativo de novas adesões. A própria radicalidade que o processo já atingira, fez com que a aliança tática aparecesse com toda a clareza. Com efeito, no início de 1935, já havia grupo de trabalhadores clandestinos e semi clandestinos, perseguidos por sua atuação sindical. Ou seja, a luta de classes já acumulara experiências concretas na definição de contornos de seus protagonistas. A intensa mobilização pró ANL, embora fizesse afluir centenas de pessoas (30), não parece ter apontado para elas o caminho do PCB. Do mesmo modo, para o Partido, a aliança com setores de classe média não chegaria a estreitamentos maiores. Certamente, o clima, a efervescência política peculiar àquele período, influenciou no sentido do Partido se sentir mais fortalecido, atuar mais publicamente, muitos militantes sindicais assumindo em praça pública a vinculação ao Partido (31), mas não há registros de que o quadro de filiados tenha sofrido modificações de peso no período, no que se refere à adesão de outros setores, que pudessem alterar sua composição social. O PCB mossoroense permaneceu essencialmente operário. A não adesão de outros setores que não o proletariado ao PCB se explica pelas especificidades locais. Num espaço totalmente ocupado pelas oligarquias, aparece uma classe trabalhadora querendo se constituir como sujeito e portanto como adversário político capaz de desafiar as elites. A própria intolerância dos patrões, ao fecharem todas as possibilidades de existência legal do sindicato, e os conflitos daí decorrentes fizeram com que esse contingente fosse ganhando rapidamente seus contornos de classe, e empurrando-os para uma radicalização política inesperada e atípica. Por isso o populismo cafeísta não conseguiu lograr êxito. Entre a oligarquia e o populismo da pequena burguesia, os operários optaram pela liberdade e autonomia de classe. Até porque, com a chegada da Aliança Liberal ao poder, os trabalhadores se depararam com a contradição entre o discurso liberal e a prática manipuladora e autoritária que não lhes deixava qualquer espaço de sobrevivência independente. O vigor que o movimento dos operários mossoroenses adquire, tem a ver com a indiferenciação Partido/Sindicato, através do qual a massa operária é trabalhada com discurso extremamente ideologizados e por outro lado, em nível de Partido, por essa “pureza de classe” que lhe afasta das acomodações próprias das composições e alianças.

Paradoxalmente, a política de Frente Popular (32), preconizada pelo 7º Congresso da IC (1935) vai coincidir com o período de maior radica-

lização do Partido em Mossoró, quando parte significativa de seus militantes, inclusive quadros dirigentes, se decidem por iniciar um movimento armado, uma “guerrilha”. Essa atitude, se à primeira vista parece surpreendente, começa a ganhar sentido quando se incursiona pelos documentos produzidos no âmbito do Partido, entre fins de 34 e meados de 1935. O manifesto de Prestes de 5 de Julho é bastante enfático, no que se refere à conjuntura política:

“A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o assalto” (33).

Nesse manifesto, Prestes propõe concretamente a derrubada do governo e a instalação de um governo democrático e popular. A resposta do governo de Vargas a esse Manifesto é colocar a ANL na ilegalidade (34). É interessante notar que em Mossoró esse ato foi interpretado como um avanço a mais no processo pré-revolucionário. Afinal, no 7º Congresso da IC, um dos delegados do PCB, *“assegurou que milhões de brasileiros se reuniam em torno da ANL”* (35). Contava-se com esses milhões para realizar a revolução, da mesma forma que se acreditava que o PCB tinha *“grande influência nas forças armadas do Rio de Janeiro (...) e junto ao movimento operário”* (36). Certamente que avaliações desse tipo tiveram papel importante na definição do movimento de 35, e mais ainda, faziam parte dos argumentos utilizados em Mossoró, para justificar a guerrilha. O fluxo de informações otimistas e absolutamente irreais em relação à conjuntura vivida em meados de 35 integrava tanto os informes prestados pelos Delegados aos Congressos da IC, como as avaliações que se faziam internamente. Essa superestimação das condições efetivas e do nível do aprofundamento do processo revolucionário continua mesmo após o fracasso do movimento, aparecendo com toda clareza, por exemplo, num artigo de Henry Berger(37), onde ele afirma que

“Houve levante de massas populares e soldados em Pernambuco e no Rio Grande do Norte (...) organizações de colunas revolucionárias, armados e voluntários no Nordeste (...) os operários e soldados em armas, que não puderam se manter em Recife e Natal, deslocaram a luta armada para o interior (...) podendo absorver os milhares (de) novos combatentes surgidos das fileiras das massas camponesas” (38).

Esse relato foge muito à realidade. No Rio Grande do Norte, as “colunas” que se encaminharam para o interior, não chegaram sequer a

dispor de tempo suficiente para empreender tantas lutas. Malgrado o movimento, 3 dias após o seu início, essas “colunas” dispersaram-se, fugindo, a começar pelos integrantes da Junta Revolucionária, procurando assim fugir à repressão. Apenas em Mossoró, o grupo armado sobreviveria ao fracasso de 1935 e permaneceria atuando até meados de 1936, quando enfim é derrotado.

Vale a pena examinarmos as eventuais ligações entre o Levante de 35 e a “guerrilha”. De um lado, já foi bastante ressaltado que a proximidade desse movimento teria sido o argumento mais consistente dos que defenderam início imediato da “guerrilha”. O outro argumento levava em consideração a existência de um grupo numeroso já vivendo na clandestinidade, para escapar da repressão. Segundo alguns autores, o Levante teria sido programado pelos quadros dirigentes do PCB (39) e da Internacional a partir dos informes apresentados sobre a situação vigente no país. Leôncio Martins Rodrigues afirma que em Junho de 1935 *“um levante armado, decidido pelo Partido foi marcado para Novembro, devendo contar com a participação de militares e civis”* (40). O autor em questão não coloca nenhuma argumentação que sirva de apoio a essa informação. Mesmo assim, tomemos como base para raciocinar sobre as ocorrências em Mossoró. Julho de 1935, coincide com o início da guerrilha. Será que podemos afirmar a existência de ligação entre os dois fatos? Já foi mencionado anteriormente o eficiente sistema de informação que ligava esse núcleo interiorano aos acontecimentos do sul do país, especialmente os documentos e orientações gerados pela Direção Nacional do Partido. Mas, se havia essa orientação porque em outros Estados do Nordeste não se concretizou? Essas indagações nos encaminham a pensar os acontecimentos em Mossoró, independentemente das indagações do Comitê Central, respondendo muito mais à dinâmica interna do movimento, expressa nas especificidades locais de radicalização da luta de classes. Ou seja, apesar de se orientar expressamente pelos documentos do Partido, a dinâmica concreta do movimento escapa ao procedimento geral e aponta para algumas especificidades. Sabe-se que uma das propostas do Partido era a deflagração de greves por causa do Levante. No decorrer da pesquisa não apareceu nenhuma vez alusão à preparação de greves com o objetivo de respaldá-lo. A tônica das preparações é a luta armada. Por quê? Estaria o sindicato numericamente enfraquecido pela adesão de seus principais quadros, os que formavam “o destacamento avançado do proletariado”, a “guerrilha”? Contudo, parte dos quadros dirigentes do Partido que não aderira à luta armada, permanecia ligado à produção, nas salinas. A luta do “garrancho” aparece neste período deslocada das orientações mais gerais da Frente Popular e antecipada em relação à questão do Levante de 1935.

A constituição social do Partido em Mossoró era majoritariamente operária. Os raros representantes da pequena burguesia como os Reginaldo, votaram contra a luta armada e contra as ações de justicamento, mas foram ultrapassados, mesmo fazendo parte da Direção, pela massa operária. O “abandono” da atividade sindical parece ter a ver com a radicalização do processo político local, a partir do qual foram privilegiadas outras formas de luta, mais contundentes.

A preocupação demonstrada em formar alianças horizontais como os camponeses pode ser satisfatoriamente explicada pelo fato de o Partido ter surgido e vivido seus primeiros anos, quando predominava essa orientação (41). Com efeito, conforme documento produzido pela representante da IC para a América Latina,

“O proletariado e seu Partido devem, em primeiro lugar, unir-se estritamente ao campesinato, organizando os operários agrícolas, como uma ponte para organizar os camponeses pobres, os arrendatários, os colonos (...)” (42).

Em nível interno, essas posições eram forçadas quando os documentos oficiais do Partido afirmavam que:

“A organização e a política do BOC excluem também, por sua mesma natureza, qualquer espécie de colaboração, ligação ou acordo com as organizações políticas, não operárias e camponesas” (43).

Em Mossoró, essa aliança esbarrava concretamente na situação da população rural, uma massa amorfa, desorganizada, submetida aos donos da terra através de leis de servidão. O caminho encontrado pelo Partido para superar essas dificuldades foi começar a deslocar quadros para iniciar a organização dessa massa em sindicatos. Mas, à medida que a fundação de sindicatos respondia às necessidades do Partido de expandir-se horizontalmente, cumprindo a palavra de ordem da aliança operário camponesa, sua organização além de ser meramente tática, como frente legal de atuação do Partido, se colocava tarefas que estavam em desacordo com o nível de organização e de conscientização política que eles apresentavam. Como decorrência natural desse “atropelamento”, temos um processo de organização que não leva em consideração o nível da massa, que a manipula e instrumentaliza, não deixando possibilidades de intervir no processo, indo a reboque de propostas e de práticas que, além de lhe serem estranhas, dificultava o entendimento que se passava ao seu redor. Esse típico processo de “introjeção” da cons-

ciência, da “interiorização” de objetivos táticos e estratégicos pode ser considerado como um ponto de inflexão importante para entendermos toda essa contradição entre a existência de uma massa até 1931, sem nenhuma forma de organização coletiva, sem sequer terem despertado para a organização de Associações Operárias, comuns naquele período, e a rapidez com que essa massa se “politizava” e “radicaliza sua prática” a ponto de se propor a combater não apenas o patrão, ou mesmo a classe dominante, mas combater o eixo da sociedade capitalista, ao pretender tomar o Estado e destruir a classe proprietária.

Ao imbricar tão profundamente Partido/Sindicato, as áreas de atuação perdem seus contornos, o que vai gerar um movimento de superpolarização a nível da vanguarda em contraposição a uma massa que, embora siga as palavras de ordem, não tem clareza suficiente para intervir, mudar o curso, ou pelo menos exercer com um mínimo de autonomia sua prática. Tanto é assim que, em 1935, quando as lideranças mais representativas ingressam na “guerrilha”, deixam a área sindical a descoberto, pela inexistência de lideranças intermediárias, de elementos de ligação entre a base do movimento e sua vanguarda. De que forma o “sindicato do garrancho” prestou algum apoio aos companheiros em armas, ou pelo menos, como prosseguiram as lutas dos operários das salinas? Mesmo que se considere a gravidade da conjuntura de 1935, o furor repressivo pós movimento de novembro e a existência de um “grupo” amotinado lhe davam características particularidades, - num certo sentido, ao se insurgir contra a lei dos patrões e resistir à repressão, - de quase dualidade de poder. Nesse contexto, tem-se de admitir que ao se tomar a prática sindical recortada, ela perde sua expressividade e se dissolve no âmbito de sua atividade partidária radicalizada, enquanto a massa operária, desarmada continuamente pela cooptação de seus quadros mais conscientes pelo Partido, pouco ou nenhuma reação demonstram.

Ou seja, exposta a saga dos operários de salina, restam algumas perguntas inquietantes e que dizem respeito à questão da emancipação da classe trabalhadora. O desfecho do movimento, seu refluxo, se deu em função de uma correlação desfavorável de forças ou porque colocar objetivos que eram previamente definidos pelo Partido para serem incorporados pela massa, cujo nível de organização e de conscientização estava muito aquém dessas propostas, não tiveram o seu respaldo?

Além do mais, as consequências foram muito duras. A repressão em Mossoró, pode ser visualizada em dois momentos distintos. Em 1935, embora alguns trabalhadores já publicamente identificados como comunistas tenham sido presos, a grande vítima foram os adversários do

governo. Esse primeiro “*round*” repressivo procuraria derrotar as forças englobadas na Aliança Liberal, principalmente os cafeístas. A “guerrilha” sobreviveria a Novembro de 35, assim como a estrutura do Partido permaneceria quase intocada. Passado esse primeiro momento, a repressão concentrou suas forças para exterminar o movimento armado. Essa luta ultrapassaria 35 e chegaria a meados de 1936. Durante esse período, à medida que a “guerrilha” era sufocada, perdendo seus contatos, ficando isolada, os trabalhadores das salinas perdiam pouco a pouco sua capacidade de atuação e a atividade sindical vai se extinguindo lentamente. Ao final, ao derrotar o movimento armado, uma operação “pente fino” varreu da cidade centenas de operários, além de destroçar toda a estrutura do Partido. Mas, mais do que afastar esses homens, a repressão golpeou fortemente uma ideia que começava a se firmar entre os trabalhadores da região e que apontava na direção da organização como o instrumento de emancipação de toda a classe trabalhadora.

Posfácio

José Willington Germano

*Professor aposentado do Departamento de
Ciências Sociais da UFRN*

O presente livro aborda com maestria a saga de um grupo de trabalhadores das salinas localizadas na região de Mossoró e Areia Branca (RN) contra as vis e sub-humanas condições de exploração que lhes eram impostas pelo patronato. Autênticas relações despóticas configuravam o quadro em que as elites proprietárias tratavam os trabalhadores das salinas. Em face desse quadro, os trabalhadores começaram a se organizar para reagir e resistir contra esse processo de espoliação a que estavam submetidos. O contexto em que essas lutas se desenvolveram é o de meados dos anos 1930, época do primeiro governo de Vargas, do Levante de 1935, em um Estado governado por oligarquias, inequívocas representantes das classes proprietárias.

Os trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos, que desde o início foi alvo da repressão por parte do governo do Estado e do patronato. Esse quadro repressivo, juntamente com as lutas sociais em curso, junto ao clima gerado pela possibilidade do Levante de 1935, onde a atuação do PCB se fazia presente, conduziu um grupo de ativistas sindicais a intensificar a resistência.

Com a enorme repressão que se seguiu à derrota do Levante, o movimento foi destroçado e os seus integrantes severamente perseguidos e presos. Possivelmente essa foi uma forma inédita de resistência dos trabalhadores no contexto brasileiro daquele período.

Fruto de extensa pesquisa, esse trabalho foi apresentado originalmente como dissertação de mestrado defendida na PUC/SP sob a orientação do iminente e saudoso mestre Maurício Tragtemberg. Dada a relevância do texto, foi publicada sob a forma de livro que chega agora a esta presente edição.

Pelo ineditismo da pesquisa e pela qualidade da obra, este é um livro indispensável para todas as pessoas interessadas em conhecer a história das lutas sociais em terras potiguares.

Brasília Carlos Ferreira é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutora em

sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Fez o seu pós-doutoramento na Université Paris I, Panthéon Sorbonne. É professora aposentada do departamento de Ciências Sociais da UFRN, onde foi coordenadora do Programa de Pós Graduação. Exerceu a coordenação do UNITRABALHO, na qual desenvolveu uma extensa agenda de pesquisa. Além do *Sindicato do Garrancho*, é autora dos livros *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: o Nordeste no tempo de Vargas e Bangú: memória de um militante*.

De igual modo é autora de artigos, capítulos de livros e trabalhos acadêmicos diversos publicados no Brasil e no exterior. Atuou em vários conselhos editoriais, a exemplo da Revista Brasileira de Ciências Sociais. Como docente orientou dezenas de monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Por sua vez, aliou a sua primorosa vida acadêmica com intenso ativismo social e político, sempre voltado para o mundo do trabalho. Desse modo atuou junto a sindicatos rurais do Rio Grande do Norte, como assessora sindical, na área de formação, tendo participado ativamente, em São Paulo, da organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No Rio Grande do Norte, participou da construção do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado. Por oito anos (2003 a 2011) foi assessora parlamentar em Brasília, no Senado Federal.

Essa é a marca registrada da atuação da professora Brasília Carlos Ferreira: uma incessante participação no espaço público sempre no sentido da construção de um mundo melhor, tendo a sua caminhada impulsionada pelo sonho. Afinal, como escreveu Mia Couto: “O que faz andar a estrada? É o sonho”.

José Willington Germano.

Professor da UFRN.

7. Notas

in.2 - As Origens do Sindicalismo no Rio Grande do Norte

- (1) CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, MEC, 1955, p. 68;
- (2) LEITE, Augusto. Unamo-nos! A Liga. Natal, 23 mai, 1954;
- (3) A Liga, Natal, 23 mar., 1954;
- (4) A Liga, Natal, 17 jul., 1955;
- (5) VASCONCELOS, João Carlos de. Entrevista à autora. Natal, 10/04/1981;
- (6) FURTADO, João Maria. Entrevista à autora. Natal, 14/04/1981
- (07 ao 09) CALAZANS, Julieta. Sindicato SESI, e Serviço Social, 1950, “s.p.” (mimeografado);
- 10) Café Filho. Inicia sua vida pública como advogado de sindicatos, passa a liderar uma corrente política cuja base de sustentação é o movimento sindical. Candidato à vice-presidência em 1954, na chapa de Getúlio, tomaria posse como presidente em 1953, com o suicídio de Vargas;
- (11) CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete, memórias. RJ, J. Olímpio. “s.d.” p. 44,45;
- (12) CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete, memórias. RJ, J. Olímpio. “s.d.” p. 41;
- (13) CALAZANS, Julieta. Sindicato SESI, e Serviço Social, 1950, “s.p.” (mimeografado);
- (14) A República. Natal, 1 jan. 1933. P. 3; 01
- (15) A República. Natal, 3 jan. 1933. P. 1;
- (16) A República. Natal, 18 mar. 1933. P. 4;
- (17) A República. Natal, 14 jun. 1933. P. 1;
- (18) A República. Natal, 21 jun. 1933. P. 1;
- (19) A República. Natal, 12 jan. 1933. P. 8;

- (20, 21 e 22) A República. Natal, 13 jul. 1933. P. 1;
- (23) A República. Natal, 12 dez. 1933;
- (24) A República. Natal, 31 jan. 1934. P. 8;
- (25 e 26) A República. Natal, 23 set. 1933. P. 8;
- (27) A República. Natal, 28 set. 1933. P. 1;
- (28) A República. Natal, 22 out. 1933. P. 9;
- (29) OLIVEIRA FILHO, Moacyr. Praxedes: um operário no poder. SP. Alfa-Omega, 1935, p. 32;
- (30) GUERRA, Otto Brito. Entrevista à José Antônio Spinelli Lindoso. Natal, 23/11/1983;
- (31) SOUZA, Francisco Guilherme. Entrevista à autora. Mossoró, 02/08/1985;
- (32) A República. Natal, 2 ago. 1932; (33) A República. Natal, 31 ago. 1932; (34) A República. Natal, 10 set. 1932; (35) A República. Natal, 13 set. 1932;

in.3 - Elementos da História de Mossoró

- (1) ROSADO, Vingt-un. Mossoró. RJ, Irmãos Pongetti, 1940, p.
- (2 e 3) CASCUDO, apud. ROSADO, Vingt-un. Mossoró, RJ, Irmãos Pongetti, 1940, p. 12, 13 e 83;
- (4 e 5) FELIPE, J. Lacerda Alves. Organização do Espaço Urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 17 e 79;
- (6 e 7) CASCUDO, apud. ROSADO, Vingt-un. Mossoró, RJ, Irmãos Pongetti, 1940, p. 12, 13 e 83;
- (8) FELIPE, J. Lacerda Alves. Mossoró: um espaço em questão, in. BRITO, Raimundo Soares de - Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 80;
- (9 a 12) GUERRA, Otto de Brito. Golpe nas Oficinas. In. BRITO, Raimundo Soares de. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 26 e 27;
- (13) FELIPE, J. Lacerda Alves. Organização do Espaço Urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 79;
- (14) O “Porto de Mossoró”, como era chamado, atualmente pertence à Areia Branca (município desmembrado), até 1924 era considerado o 7º porto do Brasil em volume de exportação;
- (14) O “Porto de Mossoró”, como era chamado, atualmente pertence à Areia

Branca (município desmembrado), até 1924 era considerado o 7º porto do Brasil em volume de exportação;

(15) CASCUDO, Luís da Câmara. Os Negociantes. In. BRITO, Raimundo Soares de. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 13;

(16,17 e 18) NONATO, Raimundo. Negociantes e Mercadores, os estrangeiros em Mossoró. In. Brito, Raimundo Soares de. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 18;

(19) NONATO, Raimundo. Entrevista à autora. Mossoró, 29/09/1985; (20) FELIPE, J. Lacerda Alves. Organização do Espaço Urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 80;

(21) GUERRA, Felipe, apud. FELIPE, J. Lacerda Alves. Organização do Espaço Urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 81;

(22) MAIA, Tércio Rosado. O Drama da derrocada. In. Brito, Raimundo Soares de. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 35;

(23 e 24) Ver em CASCUDO, Luís da Câmara. Sal de Trezentos Anos. In. Brito, Raimundo Soares de. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 9; (25 e 26) CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. RJ, MEC, 1955, p. 376;

(27) FELIPE, J. Lacerda Alves. Organização do Espaço Urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 71;

(28) O Nordeste. Mossoró, 18 fev., 1930;

(29) Expressão das disputas inter-oligárquicas na Paraíba. Que ocasionaram a ruptura do grupo no poder, evoluindo para um conflito armado, onde o Governo do Estado deu combate ao chefe político José Pereira que liderou a rebelião em Princesa;

(30) O Nordeste. Mossoró, 12 abr., 1930;

(31) O Nordeste. Mossoró, 12 jul., 1930;

(32) O Nordeste. Mossoró, 28 jul., 1930;

(33) O Nordeste. Mossoró, 15 out., 1930;

(34) O Nordeste. Mossoró, 27 nov., 1930;

(35) BRITO, Raimundo Soares. Entrevista à autora. Mossoró 29/09/

(36) O Nordeste. Mossoró, 15 out., 1930;

(37) O Correio do Povo. Mossoró, 28 out., 1930;

- (38) FURTADO, João Maria Furtado, entrevista citada.
- (39) O Nordeste. Mossoró, 14 jan., 1931;
- (40) O Nordeste. Mossoró, 28 mar., 1931;
- (41) O Nordeste. Mossoró, 27 jul., 1931;
- (42) O Nordeste. Mossoró, 15 set., 1931;
- (43) O Nordeste. Mossoró, 14 jan., 1932;
- (44) O Nordeste. Mossoró, 15 mar., 1932;
- (45) O Nordeste. Mossoró, 15 abr., 1931;
- (46) O Nordeste. Mossoró, 22 abr., 1932;
- (47) IBGE. Mossoró, um centro regional do Oeste Potiguar. In. Brito, Raimundo Soares de. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, Um Pouco de História. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 97;
- (48) O Nordeste. Mossoró, 26 abr., 1932;
- (49 e 50) O Nordeste. Mossoró, 28 mai., 1932;
- (51) O Nordeste. Mossoró, 13 jul., 1932;
- (52) BRITO, Raimundo Soares de. Entrevista à autora. Mossoró, 08/ 08/1985;
- (53) O Nordeste. Mossoró, 13 ago., 1932;
- (54) O Nordeste. Mossoró, 02 nov., 1932;
- (55) O Nordeste. Mossoró, 14 jan., 1933;
- (56) O Nordeste. Mossoró, 29 abr., 1933;
- (57) O Nordeste. Mossoró, 16 jun., 1933;
- (58) O Correio do Povo. Mossoró, 05 out., 1934;
- (59) OTÁVIO JOSÉ, Operários Marchai!, O Correio do Povo, Mossoró, 9 out., 1934;
- (60) GUERRA, Otto Brito, entrevista citada;
- (61) MARIZ, Dinarte de Medeiros. in. Seminário sobre a vida e obra de José Augusto Bezerra de Medeiros, Natal, Fundação José Augusto 23/ 09/1980 (comunicação oral);
- (62) CORTEZ, Áurea. Entrevista à autora. Natal, 16/05/1983;
- (63) O Correio do Povo. Mossoró, 21 out., 1934;

in.4 - Formas de Organização da Classe Trabalhadora

- (1) O Nordeste. Mossoró, 8 nov., 1919;
- (2, 3 e 4) O Nordeste. Mossoró, 15 out., 1921, p. 3;
- (5) NONATO, Raimundo. Memórias de um Retirante. RJ, 1957. (O professor, a quem se refere o autor, trata-se de Raimundo Reginaldo da Rocha);
- (6 e 7) RAIMUNDO, Vingt-un. Andanças Pela História de Mossoró. Ed. Mossoroense, 1975, p. 166;
- (8) O Nordeste. Mossoró, 16 jan., 1926;
- (9) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (10 e 11) O Nordeste. Mossoró, 17 mar., 1927;
- (12) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (13) O Correio do Povo. Mossoró, 01 mai., 1927;
- (14) O Nordeste. Mossoró, 14 mai., 1927;
- (15) O Nordeste. Mossoró, 17 mar., 1927;
- (16) O Nordeste. Mossoró, 30 mar., 1927;
- (17) O Nordeste. Mossoró, 26 nov., 1927;
- (18) O Mossoroense. Mossoró, 24 dez., 1926, noticia sua viagem ao Rio de Janeiro acompanhando a mãe enferma;
- (19) ESCÓSSIA, Lauro da. Entrevista à autora. Mossoró, 15/06/1985;
- (20) JÁCOME, Francisco Florêncio. Entrevista à autora. Mossoró, 18/10/1985;
- (21) SOUZA, Francisco Guilherme, PAULISTA, Joel, ESCÓSSIA, Lauro, entrevistas citadas;
- (22 e 23) ESCÓSSIA, Lauro, entrevista citada;
- (24) O Nordeste. Mossoró, 31 jan., 1929;
- (25 e 26) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (27) GUERRA, Otto, entrevista citada;
- (28) O Nordeste. Mossoró, 10 jul., 1929;
- (29) O Nordeste. Mossoró, 18 fev., 1930;
- (30 e 31) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada; (32) A Guerra Acabou. Veja nº 850, 19/12/84, p. 45;
- (33 a 36) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

Sindicato do Garrancho

(37 e 38) MOREIRA, José. Operário de construção civil e dirigente do PCB, entrevista à autora, Mossoró, 18/10/1985;

(39) FLORENCIO, Francisco, entrevista citada;

(40) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(41) FLORENCIO, Francisco, entrevista citada;

(42 a 45) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(46) FLORENCIO, Moacir. Na época integrante da J. C. Entrevista concedida à autora, Mossoró, 18/10/1985;

(47) SOUZA, Francisco Guilherme e PAULISTA, Joel. Entrevistas citadas;

(48) Segundo Praxedes, o PCB surge, em Natal, em, novembro de 1926, fazendo parte do núcleo original 6 sapateiros: ele, Pedro Marinho, Arthur da Silva, Aristides e José Claudino, na casa de quem foi feita a 1ª reunião. O Partido surge sob orientação de um militante de Recife, Lourenço Justino, enviado por Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB e à época seu Secretário-Geral. OLIVEIRA FILHO, Moacir. In. Praxedes: Um Operário no Poder, SP, Alfa-Omega, 1985, p. 31,32;

(49 a 52) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(53 a 58) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(59 a 62) SOUZA, Francisco Guilherme, depoimento à autora, Mossoró, 18/10/1985;

(63 a 66) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista concedida a Homero, Mossoró, 09/05/1981;

(67) MOREIRA, José. Entrevista à autora. Mossoró, 18/10/1986;

(69) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

in.5 - O Sindicato do Garrancho

(1 a 3) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à Luís Alves, Mossoró;

(4) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(5 e 6) MOREIRA, José, entrevista citada;

(7) O Correio do Povo. Mossoró, 10 abr., 1932;

(8 e 9) O Nordeste. Mossoró, 15 abr., 1932;

(10) O Nordeste. Mossoró, 13 mai., 1932;

(11) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

- (12) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (13) PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. 2 ed. RJ, Paz e Terra, 1977, p. 132;
- (14 e 15) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (16) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (17 a 25) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (26 e 27) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista a Luís Alves, citada;
- (28) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (29 e 30) O Boletim vai em anexo, ao final do trabalho;
- (31 e 32) CORTEZ, Áurea, entrevista citada;
- (33) PEGADO, Manoel. Entrevista à autora.
- (34) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (35) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (36) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista concedida à Luís Alves, citada;
- (37) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora, 15/06/1985;
- (38) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à Luís Alves, citada;
- (39) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora citada;
- (40) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à Luís Alves, citada;
- (41) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora, citada;
- (42) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à Luís Alves, citada;
- (43) PAULISTA, Joel, entrevista à autora. Mossoró 15/06/1985;
- (44) PAULISTA, Joel, entrevista a Luís Alves.
- (45 a 50) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora, 15/06/
- (51 a 57) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (58 a 59) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (60) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (61 e 62) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (63) A República. Natal, 10 jul., 1935;
- (64) A República. Natal, 13 jul., 1935;
- (65) A República. Natal, 20 ago., 1935;

(66) A República. Natal, 18 ago., 1935;

(67) Não consta referência na 1ª Edição;

(68) A República. Natal, 12 nov., 1935;

(69) Referência a uma árvore pequena muito comum nas caatingas do Nordeste. Com muitos espinhos, tem o tronco grosso, de madeira dura. Há vários tipos, sendo a encontrada nesta região a jurema-preta, que se caracteriza por apresentar a casca do tronco preta, envolvendo o âmago vermelho. (Francisco Guilherme);

(70 a 74) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(75) Integrantes: Sgto. Quintino Clementino de Barros, Defesa; Lauro Lago, Interior e Justiça; José Macedo, Finanças; João Galvão, Viação; José Praxedes, Aprisionamento. Segundo Praxedes, haveria ainda João Lopes, Presidente (Praxedes, obra citada, pág. 62);

(76 a 78) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(79) A República. Natal, 17 dez., 1935;

(80 e 81) A República. Natal, 27 dez., 1935;

(82 e 83) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(84) A República. Natal, 31 dez., 1935;

(85 e 88) PEGADO, Manoel (trabalhador rural em Açú, na época fez parte do sindicato fundado por Manoel Torquato). Entrevista concedida à autora, em 11/10/1982;

(89) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(90) PAULISTA, Joel, entrevista citada;

(91 a 93) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

(94) ALVES, Rodrigues. Entrevista à autora. Natal, 15/05/1985;

(95 a 98) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;

in.6 - Conclusão

(1) Há a esse respeito a reflexão realizada por FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. Ed. Brasiliense, SP, pp. 95, 104;

(2) Ver WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira “(...) modo determinado e concreto de manipulação das classes populares (...) forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano (...) um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio (...) Esse estilo de governo e de compromisso político é essencialmente ambíguo (...)” pág. 62;

(3) Recorde-se do comportamento do prefeito durante a greve de 1932;

- (4) As prisões de Lauro Reginaldo e a recusa da prefeitura em empregar, em suas obras, operários da construção civil acusados de comunistas, são um exemplo;
- (5 e 6) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (7) PAULISTA, Joel, entrevista citada;
- (8 e 9) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (10) Joaquim Barbosa, fundador e dirigente do Partido, passou a divergir da atuação do PCB para com os sindicatos, afirmando que “o PCB pretendia utilizar os sindicatos em benefício da política do Partido”. Por ocasião do III Congresso do PC, as acusações de Barbosa, de sectarismo, criação de sindicatos de carimbo, etc., seriam refutadas, através de críticas severas ao seu individualismo e personalismo pequeno-burguês e completa incompreensão do papel do Partido como vanguarda centralizada e disciplinada do proletariado”. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In. História Geral da Civilização Brasileira;
- (11) NONATO, Raimundo, entrevista citada;
- (12) SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada;
- (13) RODRIGUES, Leôncio Martins, op. cit. Pág. 378;
- (14) Durante o período que vai de 1932 a 1935, foram deslocados para atuar em Mossoró: José Mariano, Horácio Valadares, José de Alencar, afora Miguel Moreira que, embora natural do Estado, estava morando no Rio de Janeiro, quando foi designado pelo Partido para atuar em Mossoró (conforme entrevista de Francisco Guilherme e Joel Paulista, citados);
- (15) PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit. P. 132;
- (16 e 17) RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit. P. 366;
- (18) Boletim s/d, assinado pelo C. L. do PC do B de Açu, em anexo;
- (19) Há entre os estudiosos do assunto uma polêmica quanto a essa questão. Enquanto Pinheiro, em Política e Trabalho no Brasil, realça a influência direta da I. C. na atuação do PCB, Zaidan vai em direção contrária insistindo na relativa subordinação do PCB às teses e resoluções dos diversos congressos da I. C. e na especificidade da elaboração teórico-prática do comunismo brasileiro, durante a década de 20. Ver o autor O PCB e o Movimento Internacional;
- (20) PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit. P. 135;
- (21) RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit. P. 369;
- (22 e 23) ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929). SP, Global, 1985, p. 50,51 e 84;
- (24) RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit. p. 369;

- (25) ZAIDAN FILHO, Michel. Op. cit. p. 96;
- (26 e 27) RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit. p. 67 e 370;
- (28 e 29) Palavra de ordem que encaminhava os PC's a se aproximarem "de todas as forças que pudessem incorporar-se a um movimento conjunto contra o fascismo". RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit. p. 67 e 375;
- (30) Segundo Francisco Guilherme, "teve uma aceitação nunca vista. Para fazer um comício da Aliança era bem depressinha..."
- (31) De acordo com Joel Paulista, por ocasião de um dos comícios da Aliança, o Partido deliberou que ele, presidente do Sindicato, falasse em nome do Partido. "Quando o locutor disse, vai falar o líder sindical Joel Paulista em nome do PCB, a palavra ecoou, mas a partir daí não tive mais sossego no Sindicato".
- (32) Ver nota 28;
- (33) Citado por SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. SP, Ciências Humanas, 1981, p. 41;
- (34) Em 12/07/1935;
- (35) Fernando Lacerda, apud. PRESTES, Luís Carlos. Lutas e Autocríticas. Vozes, RJ, 1982;
- (36) Declarações de "Miranda", Antônio Maciel. Bonfim, Secretário Geral do PCB em 1935, citado por Prestes, Luís Carlos, op. cit. p. 36;
- (37) Nome de "guerra" de Arthur Ewert, um dos enviados pela I. C. para assessorar o Movimento de 35, juntamente com Rodolfo Ghioldi, Jules Leon Vallés e Victor Baron;
- (38) EWERT, apud. VINHAS, Moisés. O Partidão. HUCITEC, SP, 1982, P. 71;
- (39) Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB, afirma que "em fins de 1934 (...) espantei-me quando Silo contou que ele e mais 10 integrantes da direção do PCB, inclusive Prestes, reunidos em Moscou, haviam decidido fazer uma revolução". Memória e História no 2, pág. 86;
- (40) RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit. p. 372;
- (41) Durante o período que vai de 1927 a 1934;
- (42) Humbert, Droz J. O Movimento Revolucionário na América Latina, La Correspondência Sudamérica, Buenos Aires, 30 de Septiembre de 1928, in. CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil (1877- 1944), Difel, SP, 1979, pág. 487;
- (43) C. C. do BOC. O Bloco Operário e Camponês: o desvio eleitoral. A Esquerda, RJ, 11/04/1928, publicado in. CARONE, Edgar. Op. cit. p. 541.

8. Referências Bibliográficas

01. A LIGA. Natal, 23 mar., 1954.
02. Natal, 23 mai., 1954
03. Natal, 23 mai., 1954.
04. ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982, 187 p.
05. A REPÚBLICA. Natal, 2 ago., 1932.
06. Natal, 31 ago., 1932.
07. Natal, 10 set., 1932.
08. Natal, 13 set., 1932.
09. N. Natal, 1º jan., 1933, p. 3.
10. 7. Natal, 3 jan., 1933, p. 1.
11. Natal, 18 mar., 1933, p. 4.
12. Natal, 14 jun., 1933, p. 1
13. aug. Natal, 21 jun., 1933, p. 1.
- 14.. Natal, 13 jul., 1933, p. 1.
15. Natal, 28 set., 1933 p. 1.
16. Natal, 23 set., 1933, p. 8
17. Natal, 22 out., 1933, p. 8
18. Natal, 12 dez., 1933.
19. Natal, 31 jan., 1934, p. 8.
20. Natal, 10 jul., 1935.
21. Natal, 13 jul., 1935.
22. Natal, 18 ago., 1935.
23. Natal, 20 ago., 1935
24. Natal, 12 nov., 1935.

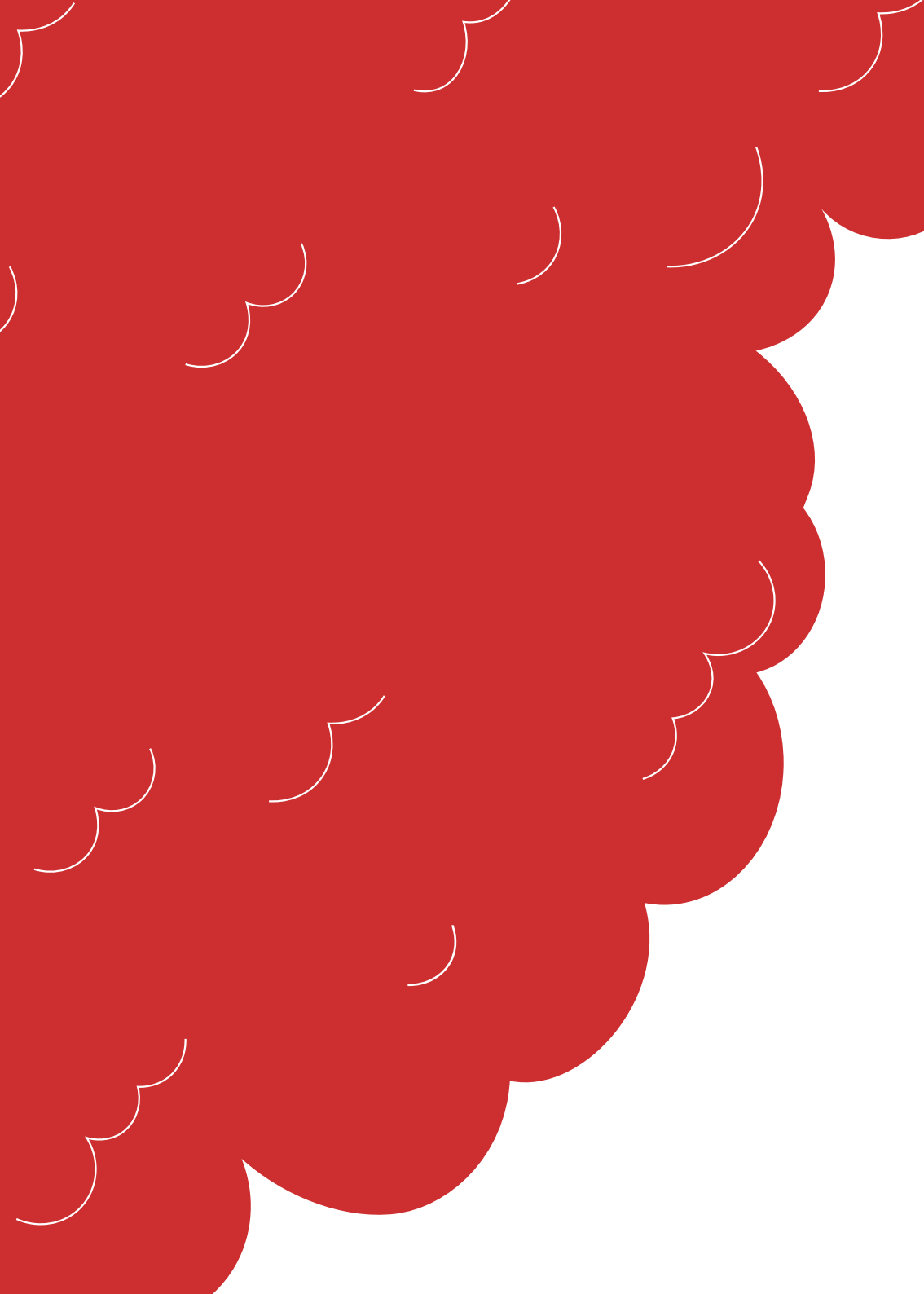
Sindicato do Garrancho

25. Natal, 17 dez., 1935.
26. Natal, 27 dez., 1935.
27. Natal, 31 dez., 1935.
28. Natal, 31 dez., 1935.
29. BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. Vol. 3. São Paulo, Alfa Ômega, 1978, 252 p.
30. Uma Vida em seis tempos. São Paulo, Alfa Ômega, 1876, 309 p.
31. BRANDÃO, Otávio. Combates e Batalhas, memórias. 1º vol. São Paulo, Alfa Ômega, 1978, 406 p.
32. BRITO, Raimundo Soares. Org. Pioneiros da Indústria e Comércio do Oeste Potiguar. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, 226 p. 33. Uma viagem pelo arquivo epistolar de Adauto Câmara. Natal, Fundação José Augusto, 1981, 225 p.
34. CAFÉ FILHO, João. Do sindicato ao Catete, Memórias. Rio de Janeiro, J. Olímpio, s/d, p. 44-45.
35. CALAZANS, Julieta. Sindicato SESI e Serviço Social. Natal, Escola de Serviço Social, 1950, s/p (mimeografado).
36. CARONE, Edgar. O PCB 1922 a 1943. Vol. 1. São Paulo, Difel, 1982, 350 p.
37. CASCUDO, Luis Câmara. Os negociantes. In: BRITO, Raimundo Soares. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, um pouco de história Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 12-16.
38. Sal de Trezentos Anos. In: BRITO, Raimundo Soares. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, um pouco de história. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 9-11.
39. História do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação e Cultura. 1955, 524 p.
40. CORDEIRO, Cristiano. Memória e História no 2. São Paulo, Ciências Humanas, 1982, 256 p.
41. DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1977, 330 p.
42. DULLES, John W. F. O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, 366 p.
43. FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo, Brasiliense, 6º ed., p. 95-104.
44. FEPIPE, J. Lacerda Alves. Mossoró: um espaço em questão. In: BRITO, Raimundo Soares. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, um pouco de história. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 78- 86.
45. FELIPE, J. Lacerda Alves. Organizações do espaço urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, 173 p.

46. FREIRE, Josué. O exército em face das lutas políticas. Biblioteca do Exército. s/d, 325 p.
47. FUCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros, organização e função política. Rio de Janeiro, Graal, 1980, 259 p.
48. FURTADO, João Maria. Vertentes. Rio de Janeiro, Olímpica, 1976, 474 p.
49. GUERRA, Otto de Brito. Golpe nas Oficinas, In: BRITO, Raimundo Soares. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, um pouco de história. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 25-27.
50. HUMBERT, Droz J. O movimento revolucionário na América Latina. La correspondência Sudamericana, Buenos Aires, 30 de Septiembre de 1928. In: CARONE, Edgar - Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo, Difel, 1979, 487 p.
51. IBGE. Mossoró, um centro regional do Oeste Potiguar. In: BRITO, Raimundo Soares. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 87-111.
52. LEITE, Augusto. Unamo-nos! A Liga. Natal, 23 mai., 1954.
53. LENIN, V. I. Sobre os Sindicatos. São Paulo, Polis, 1979, 238 p.
54. LEVINE, Robert M. O Regime Vargas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, 317 p.
55. LIMA, Heitor Ferreira. Caminhos percorridos, memórias de militância. São Paulo, Brasiliense, 1982, 303 p.
56. LOSOVSKI, A. Marx e os Sindicatos. Antologia. Lisboa, Maria da Fonte, 1975, 244 p.
57. MAIA, Tércio Rosado. O Drama da derrocada. In: BRITO, Raimundo Soares, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 34-36.
58. MELO, Manoel Rodrigues de. Várzea Açú. Edição dos Cadernos, São Paulo, 1940, 180 p.
59. NONATO, Raimundo. Memórias de um retirante. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957.
60. Lampião em Mossoró. Rio de Janeiro, Pongetti, 1956, 190 p.
61. Árvores de Costados. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1981, 175 p.
62. Os negociantes & mercadores, os estrangeiros em Mossoró. In: BRITO, Raimundo Soares. Org. Indústria e Comércio do Oeste Potiguar, um pouco de história. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982, p. 17-18.
63. O CORREIO DO POVO. Mossoró, 1º mai., 1927.
64. Mossoró, 28 out., 1930.
65. Mossoró, 10 abr., 1932.
66. Mossoró, 5 out., 1934.

67. Mossoró, 21 out., 1934.
68. O MOSSOROENSE. Mossoró, 24 dez., 1926.
69. OLIVEIRA, Filho, Moacyr. Praxedes: Um operário no poder. São Paulo, Alfa Ômega, 1935, p. 32.
70. O NORDESTE. Mossoró, 8 nov., 1919.
71. Mossoró, 15 out., 1926.
72. Mossoró, 16 jan., 1927.
73. Mossoró, 17 mar., 1927
74. Mossoró, 27 mar., 1927
75. Mossoró, 30 mar., 1927
76. Mossoró, 14 mai., 1927
77. Mossoró, 26 nov., 1927.
78. Mossoró, 31 jan., 1929.
79. Mossoró, 10 jul., 1929
80. Mossoró, 18 fev., 1930.
81. Mossoró, 28 mar., 1930
82. Mossoró, 12 abr., 1930.
83. Mossoró, 12 jul., 1930.
84. Mossoró, 28 jul., 1930.
85. Mossoró, 15 out., 1930.
86. Mossoró, 27 nov., 1930.
87. Mossoró, 14 jan., 1931.
88. O NORDESTE. Mossoró, 15 abr., 1931.
89. Mossoró, 26 abr., 1931.
90. Mossoró, 27 jul., 1931
91. Mossoró, 15 set., 1931
92. Mossoró, 14 jan., 1932.
93. Mossoró, 11 mar., 1932.40
94. Mossoró, 15 abr., 1932.
95. Mossoró, 13 mai., 1932.
98. Mossoró, 13 jul., 1932.
99. Mossoró, 13 ago., 1932.

100. Mossoró, 2 nov., 1932.
101. Mossoró, 14 jan., 1933.
102. Mossoró, 29 abr., 1933.
103. OTÁVIO, José. Operários, Marchai. O CORREIO DO POVO. Mossoró, 9 out., 1934.
104. PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro. São Paulo, Alfa Ômega, 1984, 236 p.
105. PEREIRA, Astrogildo. Ensaio históricos e políticos. São Paulo, Alfa Ômega, 1979, 240 p.
106. PEREIRA, Astrogildo. Construindo o PCB (1922-1924). São Paulo, Ciências Humanas, 1980, 151 p.
107. Memória e História no1. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, 214 p.
108. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930. 2. Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 135.
109. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. Dir.- História da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1981, t. 3, r. 3, p. 363-443.
110. RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1979, 232 p.
111. ROSADO, Jerônimo. A Serviço de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1981, 97 p.
112. ROSADO, Vingt-Un. Andanças pela história de Mossoró. Mossoró, Ed. Mossoroense, 1975, p. 166.
113. Mossoró. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1940. 114. SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus, 1866, 245 p.
115. SINGER, Paulo. A formação da classe operária. Campinas, Unicamp, 1985, 80 p.
116. SOBRINHO, Barbosa Lima. A verdade sobre a revolução de outubro de 1930. São Paulo, Alfa Ômega, 1983, 209 p.
117. VINHAS, Moisés. O Partidão, luta por um partido de massas. São Paulo, HUCITEC, 1982. 268 p.
118. WEFRORT, Francisco. O Populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 62.
119. ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929). São Paulo, Global, 1985, p. 50-51.



Este livro foi composto em IBM Plex Serif (OTF) (corpo do texto, título, subtítulo, legendas e notas), impresso em papel offset 75 gramas (miolo) e cartão triplex 300 gramas (capa) pelo Departamento Estadual de Imprensa do Rio Grande do Norte, com a Co-produção da Gráfica e Editora Manimbu em novembro de 2024.